

Anuário do Museu Imperial

Museu Imperial. Petrópolis.  
Anuário do Museu Imperial. Petrópolis, 1940-  
v. 26cm.  
128 p.  
1. Brasil - História - Periódicos. I. Título.

Biblioteca  
do M.I.

CDD 981.05

ANUÁRIO  
DO  
MUSEU  
IMPERIAL

Ano 1972 - Volume 33

MUSEU IMPERIAL  
Petrópolis - RJ  
1974

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Ministro**

JARBAS G. PASSARINHO

**DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS**

**Diretor Geral**

RENATO DUARTE DE AZEVEDO SOEIRO

**MUSEU IMPERIAL Diretor**

LOURENÇO LUÍS LACOMBE

**Chefes de Divisão**

DORA MARIA PEREIRA REGO CORREIA

Divisão da Monarquia Brasileira

MARIA AMÉLIA PORTO MIGUEIS

Divisão de Documentação Histórica

MÁRIO JOSÉ DA SILVA CRUZ

Chefe de Ourivesaria

**Chefes de Seção**

AUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO

Seção de Arquivo Histórico

ESTHER ALCOVER FRANÇA

Seção de Condecorações e Numismática

GERALDO DE ABREU CAMARGO

Seção de Biblioteca

HÉLIO SANTOS

Seção de Administração

MARIA ANTONIETA ABREU DA SILVA

Seção de Porcelanas e Cristais

MARIA DE LOURDES PAIS LESSA PEREIRA

Seção de Jóias e Prataria

**Encarregados de Setor**

FRANCISCO DE ASSIS BASTOS

Setor de Material

VITÓRIO GALLUZZI

Setor Financeiro



## APRESENTAÇÃO

*Com o presente número de seu Anuário, divulga o Museu Imperial as suas atividades comemorativas do Sesquicentenário da Independência, festejado em todo o Brasil em 1972. Deu o Museu Imperial início a essas comemorações em Petrópolis, a 9 de janeiro, com a celebração de uma missa rezada na varanda do Palácio Imperial seguida de expressiva homenagem a d. Pedro I junto a seu retrato, pintado por Henrique José da Silva. Realizou três exposições comemorativas, um curso de extensão universitária e terminou com um concerto na sala de música de d. Pedro II no 150º aniversário da coroação de d. Pedro I. Compõem este Anuário as aulas proferidas no citado curso que, em convênio com a Universidade Católica de Petrópolis e o Instituto Histórico de Petrópolis, foi realizado durante o mês de agosto. Nem todas as aulas, porém, puderam ser publicadas. Feitas de improviso algumas, não foi possível reconstituí-las. Figura, porém, na série, o trabalho elaborado pelo prof. João Camilo de Oliveira Torres para esse curso, sobre A Introdução do Padroado no Império e que só agora é divulgado. Completa o volume o noticiário das atividades do Museu Imperial durante esse ano histórico de 1972, por onde se verificará o interesse do Ministro da Educação e Cultura, senador Jarbas Gonçalves Passarinho, pelo Museu Imperial.*

*Petrópolis, dezembro, 1972*

Lourenço Luís Lacombe  
*Diretor*

## SUMÁRIO

- A Independência do Brasil no contexto da descolonização das Américas  
– Prof. Artur César Ferreira Reis, **7**
- D. João VI: o prelúdio da Independência – Dr. Francisco de Assis Barbosa,  
**21**
- Fontes da história da Independência – Prof. Américo Jacobina Lacombe,  
**37**
- D. Pedro I e o Porto da Estrela – Gen. Francisco de Paula e Azevedo  
Pondé, **49**
- A posição dos Estados Unidos e a Independência brasileira – Prof. Antônia  
Fernanda Pacca de Almeida Wright, **63**
- Expedições científicas no Primeiro Reinado – Naturalista Luís Emídio  
de Melo Filho, **71**
- D. Pedro: o regente e o imperador – Prof. Lourenço Luís Lacombe, **83**
- A Imperatriz Leopoldina – Bibliotecária Lígia da Fonseca Fernandes da  
Cunha, **101**
- A introdução do Padroado no Império – Prof. João Camilo de Oliveira  
Torres, **115**
- Noticiário, **125**

**A INDEPENDÊNCIA  
DO BRASIL  
NO CONTEXTO  
DA DESCOLONIZAÇÃO  
DAS AMÉRICAS**

---

*Artur César Ferreira Reis*



A descolonização do mundo, entendida a descolonização como a retirada física do europeu na condição de possuidor político-soberano, das terras e humanidades africanas, asiáticas e americanas, não é episódio totalmente de nossos dias. Porque, na verdade, principiou no século XVIII, quando as treze colônias inglesas se declararam independentes, passando a compor a União Norte Americana. Constitui, assim, capítulo daquele processo, iniciado no século XVI, quando portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses se lançaram à empresa dos descobrimentos marítimos, e, como conseqüência, ao domínio dos novos mundos com que se defrontaram, revelaram e sobre os quais passaram a exercer um direito, que se atribuíram, como heróis da façanha de posse e de domínio político. A europeização da terra, fruto dessa expansão, constituiu-se nessas linhas de ação.

Excluídos os holandeses, que só momentaneamente, ou escassamente, reduzidamente, exerceram aqueles pretensos direitos, pois que seus domínios atuais nas Antilhas e nas Guianas são de expressão mínima, não se lhes podendo considerar como áreas de significação maior no plano político e no plano sociocultural, pois que na verdade não representa, efetivamente, uma presença atuante, permanente, em profundidade, da Holanda como elaboradora de sociedade dela resultante, como foi o caso das outras unidades montadas e mantidas pelos outros quatro povos, nas Américas, estes é que deram ser às novas sociedades que compõem, na atualidade, os povos americanos. E esses povos, por sua decisão, por suas mãos, por sua ação, tornando-se emancipados politicamente, desde fins do século XVIII às primeiras décadas do XIX, quando destruíram os vínculos de subordinação à Europa, desse modo dando início, como já afirmamos, ao primeiro capítulo de descolonização do mundo, ou, se quiserem, de desopeirização da terra.

Aqueles quatro povos, cada um com técnica própria, conduta peculiar, mas enfrentando os mesmos obstáculos físicos, criados pela natureza e pelas humanidades aborígenes que encontraram e com que lutaram para vencê-las e trazê-las à sua convivência e incorporação, em concorrência constante, em operações de guerra ou em ação criadora, montaram os respectivos impérios, que defenderam e na defesa dos quais, por

vezes, se lançaram uns contra os outros para mantê-los ou para ampliá-los.

O domínio que exerceram não se processou, portanto, sob a doçura de uma harmonia bonançosa. Foi áspero, custou vidas deles próprios e dos que lhes preexistiam à presença, mas assegurou, é certo, a formação de economias, sociedades e culturas que são a raiz do que distingue ou individualiza as nações americanas da atualidade.

Uma fronteira, fixada logo após o descobrimento colombiano, definiu ou partilhou a América, e, por conseqüência, também o mundo. Portugueses e espanhóis, excluindo os outros, dividiram entre si o espaço: terras e águas. Sucede que os outros povos europeus não aceitaram a partilha. A concorrência, violenta ou não, foi a conseqüência imediata. A divisão, desrespeitada, deixou de ter sentido maior, inclusive, para os próprios partilhantes, que ampliaram seus impérios. Seus conquistadores, seus bandeirantes, como os pioneiros e os “courrenas de bois” das duas outras nações, a britânica e a francesa, realizaram a grande façanha. São todos exemplos admiráveis de espécie humana, no que diz respeito à coragem que revelavam e aos resultados que obtiveram e assegurou, às respectivas pátrias, a imensidade territorial e, com ela, as disponibilidades econômicas de que se valeram na competição universal, na conquista de mercados e na projeção que alcançaram.

A multidão européia, que se transferiu às Américas, criando as unidades políticas ultramarinas, aqui e ali manteve relações de sangue com os aborígenes locais, dando origem às sociedades mestiças. A importação de mão-de-obra negra, africana, complementando o estoque étnico e dando velocidade às tarefas de exploração do solo e do subsolo, trouxe também a contribuição cultural que, somada às outras, a européia e a americana, dos impérios e grupos tribais, importou, na transferência de valores de toda espécie, a interculturação, que provocou a mestiçagem cultural. Mesmo nas treze colônias inglesas, onde as ligações e a participação da humanidade aborígine fora tão escassa, ocorreram os casos de exceção, que permitiam descobrir, no que é representativa da cultura colonial americana, particularidades explicadas por aquela presença aborígine. Porque a negra africana, essa foi realmente intensa, excluída, é certo, a contribuição amorosa para a mestiçagem étnica, que praticamente não ocorreu.

Em meados do século XVIII, excluídos os franceses da Acadia, da Terra Nova e do Canadá, que haviam passado às mãos dos ingleses, conquanto estabelecida outra área imperial para eles, na Luisiânia, os impérios europeus na América pareciam perfeitamente definidos e definitivos como conquista e como domínio político e, portanto, como soberania mansa, tranqüila, útil. Em todos os quatro impérios, funcionava um sistema institucional próprio, que diferia, a certos aspectos, do sistema me-

tropolitano, diferindo uns dos outros como fruto das distâncias que havia entre eles e das circunstâncias variadas, locais, que lhes impunham aqueles comportamentos e regimes administrativos. As Igrejas, Católica Romana e Reformada, executavam seu apostolado, intensamente, podendo mesmo atribuir-se-lhes uma atuação em profundidade, capaz de modelar as sociedades a que serviam e a que impunham suas diretrizes espirituais.

A aventura da montagem desses impérios não decorrera suavemente. Naturezas físicas diversas, inteiramente diversas daquelas que conformavam a paisagem européia, havia sido um obstáculo. Depois, a construção de toda uma vida nova, que expressasse a acomodação com o meio ambiente, nele impondo uma disciplina e uma vontade de criar, sem fidelidade demasiada à Europa, mas sem romper com ela, e, já lançando os fundamentos de paisagem nova, que seria fruto daquela mesma aventura <sup>1</sup>.

E foi praticamente nesse momento histórico, o de meados do século XVIII, que naquela Europa, que se distanciava, principiou séria transformação no sistema existencial, adotando-se fórmulas revolucionárias, ideologias avançadas, princípios que feriam práticas centenárias, fórmulas políticas também já vencidas pelo tempo. O chamado “iluminismo”, da filosofia reformadora, envolvendo círculos pensantes e mesmo círculos responsáveis pelos destinos políticos dos povos, marcou a grande crise, de que a “Enciclopédia” seria o fruto mais profundo <sup>2</sup>.

As transformações que se operaram atingiram os próprios domínios coloniais, provocando as cautelas oficiais, a vigilância redobrada, porque naquele raciocínio revolucionário estava também contida a idéia de separação. A quietude não compusera, convém lembrar aqui, uma constante na vida americana no decorrer dos três séculos iniciais de sua formação. Se não se elaborara, no decorrer deles, um forte sentimento nacional, nas quatro Américas, nem por isso podemos deixar de constatar que já havia consciência de direitos, revelada constantemente nos protestos contra os excessos das autoridades, nas reclamações por medidas mais capazes de garantir o bem-estar coletivo ou contra injustiças que se cometiam. Os erros eram normais como obra humana, e não se contavam por um mínimo. Contra eles já se ouviam vozes, em textos escritos, que circulavam clandestinamente. As explosões populares, também, se não se amiudavam, eram bastantes para expressar mal-estar, desassossego, crise do poder, ânsia de melhoria. Havia mesmo uma rica tradição revolucionária, principalmente nas áreas portuguesa e espanhola, menos, muito menos rica nas outras duas Américas, a francesa e a inglesa.

---

1. Não se escreveu ainda uma história das dificuldades que os europeus encontraram na empresa de conquista e de domínio nas Américas. Também o das transformações por que, pouco a pouco, as sociedades das Américas começaram a possuir características autônomas.  
2. Sobre a penetração de novas ideologias há abundante bibliografia. Dois livros esclarecem bem o que foi aquele momento crítico, ambos de autoria de Paul Hazard: *O pensamento europeu no século XVIII* e *A crise da consciência européia*.

Com o advento das novidades do iluminismo, reacendeu-se a chama das reivindicações. Se não se pode atribuir, diretamente, o movimento das treze Colônias inglesas a uma influência daquelas idéias, nem por isso podemos deixar de reconhecer que essa manifestação de liberdade, que atingia seu clímax em 1776, explica-se em termos de influência e de defesa de princípios jurídicos, que a Coroa britânica teimava em violar. Na América espanhola, na portuguesa e na francesa, a influência ideológica seria imensa e levaria aos extremos da revolução. O chamado “antigo regime” entrava em declínio. E com o “antigo regime”, entrava em declínio o primeiro império colonial que a Europa constituiria no decorrer de trezentos anos <sup>3</sup>.

A independência dos Estados Unidos seguiu-se a do Haiti, em 1804, com a proclamação de um império, de raiz africana negra. Vencido Toussaint Louverture, a vitória contra as armas francesas fora alcançada por Dessalines, que eliminou, sumariamente, os brancos que haviam escapado na luta sangrenta e, recusando acompanhar os senhores, que escapavam aos horrores da guerra civil, tinham teimado em permanecer na ilha.

Na América espanhola, o processo de rompimento com a mãe pátria explodiu em 1810, o ano um dos movimentos revolucionários. Então, à perda de independência do reino peninsular, conquistado pelos franceses de Napoleão, abdicante o rei Carlos IV e aprisionado o sucessor, Fernando VII, os colonos, recusando aceitar a intrusão francesa, começaram a decidir de seus destinos. Já desde os começos do século, os princípios da revolução eram evidentes, como pensamento que se acalentava. Aranda, homem de Estado que adotava ideologia avançada como legítimo “afrancesado”, sugerira uma fórmula contemporizadora – pequenos reinos, vassalos do rei de Espanha, dirigidos por príncipes da Família Real, os Bourbons espanhóis. A idéia não encontrara acolhida. Ocorria, a essa altura, uma penetração ousada dos ingleses, que brechavam o edifício colonial, através de comércio ilícito ao longo do litoral Atlântico, desse modo ajustando contas com Espanha pela ajuda que esta concedera aos rebeldes norte-americanos, ao mesmo tempo em que se propunham eles a uma participação intensa, profunda e rentável, na aventura econômica naqueles territórios, que se podiam transformar também em nações soberanas, a eles ligadas, porém, pelos interesses mercantis e, portanto, como excelentes mercados para seus negócios <sup>4</sup>.

Na América portuguesa, a situação era diferente. E era diferente porque, vencidas as tentativas para retirar a Portugal o domínio sobre o Brasil, com a transferência da corte, príncipe d. João à frente, para o Rio de Janeiro, alterava-se o qua-

---

3. Como síntese do que representou o movimento do Iluminismo da destruição dos impérios nas Américas, cf. Michel Deveze, *L'Europe et le monde à la fin du XVIII siècle*, Paris, 1970.

4. Cf. Olga Pantaleão. *A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1788*, São Paulo, 1946.



dro político: monarca europeu reinava na América, em algum ponto da América, acelerando-lhe o desenvolvimento e concedendo-lhe, com a condição política, ímpar no continente, os foros de país soberano, que dispunha, inclusive, de área colonial, representada pelos territórios africanos e asiáticos de Portugal <sup>5</sup>. Lisboa perdera a posição de capital de todo o outro mundo português. Agora era um país que, sem apelar para a solução armada, constituía o seu novo destino ou sua nova condição política. Porque, realmente, em 1808, abertos os portos do Brasil ao intercâmbio mundial, intercâmbio de toda espécie, o Brasil perdera, efetivamente, a situação de espaço colonial. Em 1815, elevado a Reino Unido a Portugal, passava, legitimamente, de direito, portanto, e não apenas de fato, como vinha sucedendo, a desfrutar da nova categoria política. A descolonização, de forma diferente da que ocorria nas outras Américas, atingia também o Brasil. A presença da Corte impediu, assim, que o Brasil acompanhasse a lição que as outras três Américas estavam dando, isto é, alcançando a independência na guerra civil, cheia de dureza e de sangue derramado.

Havia, é certo, desse modo, um retardamento na conquista do direito de soberania total. Nem por isso, no entanto, o episódio perdia o tônus de grandeza cívica que encontramos nos outros, os daquelas outras pátrias que surgiam. De acordo com a nossa própria maneira de ser, conseguíamos nossa solução, por um processo menos drástico, mais humano. E no entanto, toda uma série de acontecimentos anteriores poderia permitir que se previsse a solução violenta. As três inconfiáveis do século XVIII e XIX, a baiana, a mineira e a fluminense, essa a que não provocara derramamento de sangue, valiam, junto aos sucessos de 1817, no Nordeste, sob o comando nervoso, bravo, de Pernambuco, como um prefácio muito sério ao que aconteceria depois. E tanto assim que de mil precauções começou a servir-se a autoridade do reino, alar-mada com a velocidade por que a idéia de revolução fazia prosélitos no Brasil.

Cabe aqui, a propósito, lembrar que desde o começo do século XIX, em 1806, o mais famoso e ardoroso dos que sonhavam com a independência total das Américas, Francisco de Miranda, venezuelano, amigo dos ingleses, que lhe deram cobertura para seus planos de ação revolucionária, tinha suas vistas voltadas para o Brasil. E se são certas as informações contidas na documentação revelada pelo historiador venezuelano Parra Pérez, projetava mesmo começar pelo Brasil a ação revolucionária no continente de raiz ibérica. Até o Plano de Governo que seria adotado já estaria elaborado <sup>6</sup>. Até que ponto, porém, no

---

5. A propósito das transformações que se operaram no Brasil com a presença da corte portuguesa cf. meu ensaio, publicado na *Revista Brasileira de Cultura*, nº 4, Rio, 1970, intitulado: *D. João VI e os primórdios da Modernidade do Brasil*.

6. Consta a documentação pertinente do livro do historiador venezuelano Parra Pérez, *Páginas de Historia y Polemica*, Caracas, 1943. A divisão territorial do Brasil seria em 30 distritos. O Brasil seria dirigido por um Conselho Supremo que teria a presidência de um Grande Eleitor. A divisa de revolução era "Liberdade ou Morte".

Brasil, havia receptividade, à época, para o movimento que Miranda teria projetado? É de lembrar-se que no mesmo período, em Pernambuco, descobriam-se os conciliábulos de Arruda Câmara, dos irmãos Suassuna, conciliábulos onde se ambicionava a independência. E Silvestre Pinheiro Ferreira, nas memórias que escreveu, as *Cartas sobre a Revolução do Brasil*, e a *memória política sobre os abusos gerais e modo de se reformar e prevenir a revolução popular*, reclamava a atenção oficial para o que se podia facilmente prever, às lições que se escreviam na vizinhança, isto é, nas colônias de Espanha. Seria possível impedir que aqui se adotasse o ensinamento dali decorrente?

Na Amazônia longínqua, na fronteira com a Venezuela, os rebeldes de Bolívar procuravam seduzir guarnições brasileiras ali localizadas <sup>7</sup>. Nos demais trechos da fronteira com o mundo hispânico não ocorria o mesmo? O processo revolucionário não se interrompia e as medidas de segurança não bastavam. O clima de intranquilidade e de mudança política era visível, não se deve esquecer, ao meditar-se sobre o Brasil naquela fase histórica. Dir-se-ia que com a presença da Corte e as transformações por que passava a ex-colônia, agora sede de Reino Unido, os perigos seriam menores. O movimento de 1817, no Nordeste, vale, porém, como resposta. O que se imaginava era, inicialmente, um exercício de poder que não fosse mais o do absolutismo para, a seguir, com o rompimento dos vínculos de subordinação, alcançar-se o novo status político. As distâncias entre reinóis e brasileiros cresciam, evidenciando a robustez do pensamento autonomista ou, se quiserem, emancipacionista <sup>8</sup>.

Quando, por isso, em 1820, no Porto, explodiu a revolução liberal, seu eco, no Brasil, importou no apressamento da emancipação, que podia provocar espanto ante tanto fato a refletir a consciência nova no mundo, mundo de que o Brasil era participante. O campo estava aberto. O iluminismo e o liberalismo já tinham adeptos nas altas classes e os sentimentos políticos de liberdade também já envolviam a humanidade brasileira em geral. Daí por que esse eco foi natural, penetrante e imediato, de nada valendo as hesitações oficiais, a timidez dos que governavam e percebiam bem o fim do sistema que procuravam salvar ou manter <sup>9</sup>.

Vasta correspondência de câmaras municipais de todo o Brasil com d. João e com d. Pedro, de 1808 a 1822, reflete o estado de espírito do país, desde a chegada da família real, no

---

7. Sobre o episódio, cf., de minha autoria, o ensaio intitulado *Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 235, Rio, 1957.

8. Sobre a idéia de revolução, no Brasil, cf. Carlos Guilherme Mota: *Atividades de inovação no Brasil 1789/1801*. Lisboa, s/d. Também do mesmo autor: *Nordeste 1817*, São Paulo, 1972.

9. Sobre a elaboração de uma consciência nacional no Brasil, como fruto da ideologia revolucionária do século XVIII, não há ainda obra substancial. O ensaio de Emília Vioti da Costa, *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*, que se publicou como capítulo da obra coletiva *Brasil em perspectiva*, S. Paulo, 1968, é uma primeira tomada de posição. Escrevemos para a *História da Independência do Brasil*, dirigida por Josué Montello, 1<sup>o</sup> vol., Rio, 1972, uma tentativa de compreensão do assunto: *A formação do Brasil e o instinto de nacionalidade*.

tocante aos assuntos decisivos da independência. São pedidos de providências, são reclamações, são sugestões para uma ação do poder público no bem coletivo, são, por fim, demonstrações políticas significando posição no conflito de idéias que agitavam o Brasil quanto ao comportamento a adotar, na conjuntura decisiva que se estava vivendo. Expressavam a consciência cívica dos mais remotos pontos da ex-colônia, sobre o que lhes parecia conveniente, certo, necessário, como elemento positivo. Há, também, senão tão distante no tempo, mas mais perto daqueles dias que antecederam ao Sete de Setembro, toda uma série de panfletos que se escreveram e divulgaram, através dos quais procedia-se ao debate do momento e da solução a adotar. Defendia-se a situação anterior à chegada da Família Real, portanto a condição colonial, o que parece ousadia ilimitada. Defendia-se a tese de um Reino Unido, as duas áreas do Atlântico vivendo em acerto, em comunidade étnica e cultural, efetiva, de maneira a impedir a secessão. Defendia-se, afinal, a separação pura e simples, sem mais contemporizações, sem hesitações, em decisão enérgica e definida. Como nesses panfletos, ocorria também o debate na imprensa política, que começava, e advogava, quase sem exceção, ou o Reino Unido ou a independência total. Tudo deixando claro que entrava a funcionar um sentimento de nacionalidade que era impossível conter mais. Mera cópia ou consciência da lição que os norte-americanos, os haitianos e os hispano-americanos nos haviam dado, ou ainda, maneira própria que encerraria o primeiro capítulo do processo de descolonização das Américas e, com ela, do mundo?

Evidentemente, o que ocorria, e o próprio d. João VI, ao regressar a Lisboa, não escondeu a certeza que possuía do que sucederia, quando exortou o filho, o príncipe regente, a assumir a direção dos acontecimentos na hora própria, o que ocorria era a decisão do Brasil em manter-se livre, soberano. As advertências a respeito, dos responsáveis pelos negócios do Estado, eram constantes. Receava-se muito o contágio do reformismo espanhol e a aventura bélica dos hispano-americanos. Pensava-se, em 1814, face à marcha dos acontecimentos, em voltar o ainda príncipe d. Pedro para Portugal, a regê-lo diretamente. Parecia também solução, para conciliar as duas áreas do reino, a européia e a americana, uma Regência na Europa, e d. João permanecendo no Brasil, mesmo porque o Brasil já caminhara bastante e não seria possível deixá-lo à sua própria sorte. Tirara-se, porém, ao príncipe d. Pedro, sucessor legítimo do trono, o título que os futuros monarcas usavam – em vez de “Príncipe do Brasil”, título decretado desde 27 de outubro de 1615, agora seria “Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves e duque de Bragança”. A restauração do reino europeu não podia efetivar-se, porém, sem a contribuição do Brasil, lembrava-se, então, a d. João VI. Portugal estava em decadência e a passagem dos franceses caracteriza-se pelo au-

mento da pobreza: tudo fora, praticamente, destruído, era o retrato que se expunha, de Lisboa, em memória a d. João, inclusive do general Beresford, que comandava o exército na campanha contra os invasores napoleônicos e exercia, de fato, o poder de governo <sup>10</sup>.

Um comandante da tropa portuguesa, Vicente Antônio de Oliveira, em reflexões ao monarca, às novas dos acontecimentos do Porto e conseqüências imediatas em todo o Reino, voltava à tese da ida de d. Pedro para acalmar os ânimos e, a seguir, a adoção de uma série de medidas capazes de atender à gravidade do momento, inclusive para manutenção dos laços de convivência entre Portugal e Brasil e demais partes do Império. Era preciso, no entanto, escrevia aquele servidor do trono, evitar que onda subversiva envolvesse e perdesse o país: “No meu sentir, a liberdade da imprensa, o consentimento dos diferentes cultos e a tolerância de clandestinas associações são as primordiais origens dos perigosos males, que no tempo de agora flagelam as nações civilizadas. Seria um nunca acabar se eu fizesse a enumeração dos males causados por estas ditas origens, e portanto limito-me em lembrar que elas são as armas de que se valem os frenéticos filósofos do passado e presente século na guerra, que tem declarado à felicidade do homem social.” <sup>11</sup>

Entendiam, todavia, alguns, desde 1808, que a instalação da Corte no Rio é que constituía um perigo para a unidade, pois que distanciara o Reino europeu do americano. Sugerira-se até a aceitação de nova família real para o Trono e a organização de império sob forma federalista, incluindo-se, no novo Império, assim constituído, o Brasil e as demais partes do ultramar. A descolonização estava em marcha. E em 1824, por ocasião do exame da situação nova que se criara com a separação do Brasil, o marquês de Palmela, balançando o quadro recente e a razão de ser de tudo que sucedera, lembrava: “Passando a expor a minha opinião digo: 1º o Brasil há de vir a ser independente pela força das circunstâncias. Por quanto 1º Todos sabem que os brasileiros aspiram à separação desde tempos muito remotos e dois ilustres membros deste Conselho que ajuntam a seus vastos conhecimentos a experiência que adquiriram nos governos da América em que foram empregados, declararão já que em toda a superfície deste extenso país reinava no coração dos habitantes o mais vivo e ardente desejo de se separarem da metrópole. 2º A contestação em que se envolveu a Grã-Bretanha com suas colônias, desprezando os conselhos e os vaticínios de seus maiores estadistas Fox, Burke &c. conde de Chaltham &c, e o reconhecimento que finalmente, foi obrigada a fazer da independência das mesmas colônias, depois dos inúteis esforços de numa guerra obstinada de 7 anos

---

10. Sobre a situação difícil que Portugal vivia desde os fins do século XVIII, cf. meu ensaio intitulado *A situação econômica do Brasil, de fins do século XVIII à segunda década do século XIX*, in *Carta Mensal*, nº 201, Rio, 1972.

11. *Memória sobre os meios de conservar unidos os três reinos de Portugal, Brasil e Algarves*, in Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei; a Independência do Brasil*, Lisboa, 1956.

avivou estes mesmos desejos, e fez ver aos brasileiros a possibilidade de os realizar. 3º Os prognósticos de muitos escritores que se liam no Brasil avidamente, acenderam a chama cada vez mais – Raynal (se a memória me não engana) já em 1771 tinha escrito que as colônias da América se viram a separar dos estados europeus a que pertenciam. Não foi menor o efeito da obra de Duprat intitulada as Três id<sup>as</sup>. das colônias e impressa no princípio do prest. século – Este escritor não só sustenta a impossibilidade de conservar as colônias em sujeição, mas até passa a aconselhar às pot. europeus que lhes concedam a independência debaixo de condições reciprocamente favoráveis e designa os limites dos diversos estados em que se devem repartir – As mesmas idéias foram abraçadas por outros, escritores que seria fastidioso enumerar, sustentadas pelo autor do *Correio Brasileiro* e ia muito antes pregadas por numerosos missionários sabidos dos clubes maçônicos e confirmaram cada vez mais o brasileiro nos seus projetos. 4º A trasladação que V.M. fez da sua corte para o Rio de Janeiro sendo o primeiro passo para a salvação da Europa, e o maior sacrifício que um monarca, pai de seus povos, podia fazer à causa pública, foi por outra parte numa circunstância que inflamou o ânimo dos brasileiros e tornou impraticável a sua sujeição a Portugal, a qual deram por acabada no momento em que V.M. pisou o continente da América. Como se poderia esperar que uma nação altiva, e que sofria com impaciência o jugo da metrópole, depois de conseguir a glória de possuir o seu soberano, e por consequência de ser a cabeça da monarquia, se tornasse jamais a submeter a esse jugo, que tão odioso lhe era, ainda que passasse da condição de colônia à de província e mesmo à categoria de reino?

Todas as considerações referidas, e outras que seria fácil acrescentar me parecem demonstrar convincentemente que o Brasil há de ser independente por força das circunstâncias.”<sup>12</sup>

Evidenciava-se, nesse texto, claramente, a existência do processo de descolonização, de que o episódio brasileiro era parte. Reconhecia-se que estava findando o domínio político-econômico da Europa sobre os territórios que ela descobrira e com que constituíra seus impérios ultramarinos.

No episódio brasileiro há que assinalar-se o fato de, no decorrer dos dias que antecederam ao Sete de Setembro, ao lado do príncipe d. Pedro, contendo-o nos arrebatamentos, elaborando as peças fundamentais ao momento, mantendo, por todo o país, os seus agentes de informação e de propaganda das idéias nacionalistas, estava um homem equilibrado, de alta expressão cultural, visão de estadista, servido de um conhecimento realista dos homens, com a experiência do Velho Mundo, consciente de suas responsabilidades e ao par das ideologias que destruíam o antigo regime. Esse homem era José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem chamaríamos, mais tarde, de “Patriarca da

12. O documento está publicado em Ângelo Pereira, *op. cit.*, Lisboa, 1956.

Independência”. Bem certo de que a problemática brasileira era grave, difícil, e deveria ser enfrentada com atos enérgicos, que não importassem em desacertos, violências, mas significassem decisão, fruto de raciocínio, meditação, realismo, apercebera-se também que era preciso evitar a secessão. O exemplo da América espanhola estava ali a ensinar, a indicar que o caminho a trabalhar não poderia ser o daqueles vizinhos, que estavam destruindo a unidade do império espanhol com a repartição política nas várias repúblicas que criavam. A experiência republicana não poderia trazer, no Brasil, as mesmas conseqüências?

Não devemos esquecer nunca que, à chegada da Família Imperial, o Brasil não compunha uma unidade global. Compúnhamos um arquipélago. Não havia, aqui, governo único que comandasse a administração da colônia. As capitâneas gerais e as próprias capitâneas de segunda ordem, subordinadas àquelas, eram controladas e dirigidas diretamente de Lisboa. O chamado vice-rei do Rio de Janeiro não dispunha de maior competência que os capitães gerais. O título valia-lhe como distinção e não lhe atribuía maiores somas de poder. Daí porque governava apenas o Rio de Janeiro, então o que hoje se representa nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Com a corte, modificara-se a situação. E o Rio assumira o grande papel político de, como sede do poder português, substituindo Lisboa, comandar a vida nacional. Ora, com a Revolução do Porto, tentava-se restaurar aquele quadro anterior, cada capitania realizando a sua vida, a ser novamente orientada de Lisboa e não do Rio. Nesse sentido eram as instruções que se baixaram da Península, onde os que ousaram exercer o poder teimavam em ignorar o Brasil que se reformulava. O retorno ao passado próximo não poderia aguçar o apetite dos que pulsavam pela lição dos vizinhos? Poderia vencer uma república, como a que nasceria a 15 de novembro de 1889, isto é, numa federação que assegurou a continuação da unidade?

Entendemos, com Oliveira Viana, no pequeno ensaio que divulgou na imprensa carioca acerca de “Os regionalismos e a unidade nacional”, que a solução da independência, com regime monárquico, foi, no momento, a solução certa. Escreveu o mestre fluminense: “Para realizar este pensamento, de unificação, os grandes homens fundadores da nacionalidade tiveram que reagir justamente contra a pesada herança do período colonial, contra as condições sociais e políticas da nossa população por aquela época, a sua imensa dispersão através de um território quase deserto, a estrutura ganglionar dos grupos provinciais, a tendência centrífuga por eles revelada desde os primeiros dias da independência. Tudo isto concorria para tornar o problema da nossa organização nacional um problema ingente, pela sua complexidade, cuja solução encontrava dificuldades quase insuperáveis entre os quais a existência de um siste-



ma mesmo rudimentarmente organizado, de meios de comunicação material e espiritual. Mas este problema ingente, devemos reconhecer com orgulho, os velhos estadistas da independência resolveram da maneira mais lógica e mais eficiente, a golpes de gênio político, organizando um sistema poderoso e complexo de meios unificadores. Primeiro: a unidade política pela fundação do império e a instituição do regime monárquico.”<sup>13</sup>

De qualquer modo, com a separação do Brasil, mesmo na condição excepcional de Império, contrastante com o sistema republicano que se adotava nas demais áreas continentais, inclusive no Haiti, que já abandonara a fórmula imperial dos primeiros dias da independência, entrava em declínio o domínio colonial europeu<sup>14</sup>. O que lhe restava, nesse particular, encontrava-se no Oriente distante e na África negra, ainda desconhecida em sua intimidade e no que, realmente, poderia proporcionar, além da mão-de-obra escrava com que abastecia os mundos ultramarinos das Américas, na operação mercantil que se encerraria no século XVIII, meados do século XIX. A descolonização começara, evidentemente. Os pequenos territórios antilhanos e das Guianas e o Canadá, ainda não conquistado efetivamente, para sua grandeza territorial, até o Pacífico, compunham um mínimo, realmente, se considerarmos o que, ainda em meados do século XVIII, representavam, em extensão e riqueza, como partes de impérios coloniais da Europa, as quatro Américas. Criadas à imagem das quatro potências, que as haviam realizado como empresa política, estavam agora definidas em sua personalidade e libertas de vínculos que as prendessem ao Velho Mundo. A descolonização estava em marcha. Escrevia-se o primeiro capítulo. E nesse processo de libertação e de ascensão no quadro político, o Brasil era expressivo pelo que representava como unidade nacional. A secessão não vingara.

---

**13.** Essa tese de Oliveira Viana, ele a defendeu mais de uma vez em seus livros de interpretação do processo de formação do Brasil.

**14.** A experiência monárquica não valeu para manter a unidade do Haiti, que se dividiu e só se restaurou, reunificando-se, em 1820, já sob forma republicana.





**D. JOÃO VI  
O PRELÚDIO  
DA INDEPENDÊNCIA**

---

*Francisco de Assis Barbosa*



Com a transferência da sede da monarquia portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, ocorrida na primeira década do século XIX, em consequência das guerras napoleônicas, inicia-se de um modo singular o processo da emancipação brasileira, que se revestirá por isso mesmo de características originais, bem diversas do movimento de libertação dos países da América espanhola. O príncipe regente e sua família foram recebidos com luminárias, tedeuns e procissões, ao mesmo tempo em que o sangue dos hispano-americanos começava a ser derramado em todos os quadrantes das possessões espanholas, do México à Argentina, numa guerra que se há de prolongar até mesmo depois de vencida a fase final do estabelecimento do império no Brasil pelo príncipe herdeiro do trono português (1822). Cumprir-se-á, assim, quatorze anos depois, o vaticínio do futuro rei d. João VI, à sua chegada, de que viera para fundar em seus domínios americanos um novo e grande império.

A América portuguesa não se desmembraria, mantida a unidade territorial brasileira, ao contrário do que iria acontecer com a América espanhola. Pouco antes do nosso Sete de Setembro, o encontro de Guayaquil (25 de junho de 1822) havia selado o desentendimento entre Bolívar e San Martín. E a luta fratricida continuou no Peru, com os exércitos realistas entrincheirados na Cordilheira dos Andes, perseguidos e destroçados afinal nas campanhas de Junín e Ayacucho (1824). A resistência no porto de Callao e no alto Peru imporá mais um ano de lutas sangrentas (1825). Desmantelado o império colonial espanhol, as divisões internas não permitiram a realização do sonho boliviano de uma federação das repúblicas sul-americanas.

A coroação de d. João VI, no Rio de Janeiro, marcaria a originalidade do processo da nossa emancipação política, assentadas as bases da autonomia brasileira por alvarás e decretos, compulsória mas pacificamente, muito embora tudo isso estivesse ligado, como a insurreição dos demais países da América do Sul, numa cadeia de fatos, às profundas modificações que se operavam na Europa, com a convulsão que se seguiu ao explodir a Revolução Francesa (1789).

O chamado movimento da independência das nações americanas, ou do Novo Mundo que se desprendia do Velho, isto é, a Europa, tem o seu ponto de partida um pouco antes, é bem verdade, na rebelião das treze colônias inglesas no hemis-

férico setentrional e subsequente formação dos Estados Unidos da América, uma vez que o ideal de seus fundadores era de reunir as três Américas – a do Norte, a Central e a do Sul – num só bloco monolítico. A separação das colônias americanas da Inglaterra, desdobramento da luta anglo-francesa pela supremacia do comércio internacional, apressaria a liquidação política do sistema colonial em todo o continente, estabelecido e desenvolvido em moldes absolutistas, contribuindo outro tanto para a derrocada iminente do antigo regime, num momento em que se abria uma nova era para a humanidade, ao impulso da revolução industrial. Nesse momento despontavam já as primeiras claridades da aurora de um mundo diferente, cuja hegemonia teria que ser conquistada pela competição de mercadorias manufaturadas, produzidas pela mão-de-obra assalariada e não mais pelo trabalho escravo ou servil.

A presença do poder real no Brasil contribuirá de maneira decisiva para que se consolide a unidade nacional e para que se efetue a separação de Portugal, sem o desmembramento do nosso patrimônio territorial, que permanecerá intacto, com a fundação do império cujas bases foram de fato assentadas no período joanino e virtualmente formalizadas com a elevação da antiga colônia à categoria de reino, ou seja, à condição de nação (1816).

Até então, melhor dito, até à chegada da família real, o único fator de unidade, que vinha mantendo (e por largo tempo continuaria ajudando a manter) os laços frouxos da nacionalidade ainda apenas esboçada, era o regime servil. Num aglomerado inorgânico, quase caótico, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, a escravidão era o único traço comum, respeitado e uniforme, de caráter institucional, capaz de assegurar a integração das chamadas capitânicas, na verdade um conjunto de regiões isoladas umas das outras, tão dispersas entre si, como irremediavelmente separadas, às vezes, por distâncias intransponíveis. Quer na Bahia, quer no Rio de Janeiro, o vice-rei jamais pôde exercer em toda a extensão e plenitude a sua autoridade, ignorando quase sempre os atos praticados pelos baxás como eram conhecidos os governantes e capitães-generais, estes, sim, senhores todo-poderosos, mandando e desmandando onde pudesse alcançar o despotismo de cada um nas respectivas jurisdições.

Com o príncipe regente, manhoso, comodista, mas atilado, essa situação se modificaria por completo. Continuariam, sim, os governadores militares, escolhidos sempre entre os portugueses do reino, motivo aliás das primeiras críticas do *Correio Brasiliense*, editado em Londres, ao governo de d. João. Dirigindo-se aos “seus” compatriotas, o jornalista Hipólito José da Costa, ex-piado na Inglaterra por suas idéias liberais, condenava a aplicação dos mesmos processos administrativos, que tantos males haviam causado ao Brasil colônia.

Não era possível, agora, argumentava o redator do *Correio*, organizar-se o país, servindo de modelo o mesmo antiquado e rotineiro “almanaque de Lisboa”. Era contra, radicalmente contra, a designação de novos capitães-generais para as capitanias, quando já se impunha a nomeação de governadores civis. Só faltava acrescentar: e que esses governadores não sejam escolhidos entre os portugueses, mas entre a gente da terra, não apenas brasileiros, e sim brasilienses, e até, se possível, brasilianos.

Hipólito estabelecia diferenças para cada um desses gentílicos. Chamamos brasiliense – diz ele – o natural do Brasil; brasileiro, o português, europeu ou o estrangeiro, que lá vai negociar ou estabelecer-se, seguindo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação *eiro* denota a ocupação; exemplo: sapateiro, o que faz sapatos; ferreiro, o que trabalha em ferro; cerieiro, o que trabalha em cera; brasileiro, o que negocia em brasis ou gêneros do Brasil, etc.; por toda a parte o natural do Porto chama-se portuense, e não porteiro; o natural da Bahia, baiense e não baieiro. A terminação em ano também serviria para isto, como por exemplo de Pernambuco, pernambucano, e assim poderíamos dizer brasiliano; mas por via de distinção, desde que começamos a escrever este periódico (*Correio Brasiliense*), limitamos o derivado brasiliano para os indígenas do Brasil, usando sempre brasiliense para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos, e atuais possuidores do país.

Acima da gente miserável e da escravaria, que constituíam a imensa maioria da população, já se havia formado no Brasil uma classe de aristocratas, “patriarcas altivos e arrogantes”, que Saint-Hilaire veio encontrar nas suas viagens pelo interior, orgulhosos e rixentos, brigando uns com os outros, “divididos entre si por intrigas, vaidades infantis e pequeninos interesses”. Dos que formavam a nata social das capitanias, o viajante francês transmite uma visão sem dúvida curiosa, conforme as tendências e temperamentos: Os habitantes da Bahia são reputados os mais inteligentes, os de Pernambuco os mais ardentes e independentes de caráter, os de Minas Gerais os mais pacíficos e industriosos, e os de São Paulo os mais inflexíveis e perseverantes. É com esses patriarcas da nossa aristocracia rural e semifeudal – representantes de famílias ricas e poderosas, confinados nas suas fazendas e nos seus engenhos, inimigos de pagar impostos, infensos ao recrutamento militar, e principalmente enciumados e prevenidos contra as medidas governamentais que engrandeciam o Rio de Janeiro e a área fluminense, em detrimento do interior – que se vai atritar a administração joanina, sempre carente de numerário para as despesas públicas e necessitando constantemente de soldados para a interminável campanha do Rio da Prata ou para a ocupação da Guiana.

O Brasil assumira a posição da metrópole, como centro das decisões régias. Deslocara-se o eixo do sistema, agora no Novo

e não mais no Velho Mundo, pelo menos enquanto perdurasse o perigo da guerra. Ao príncipe regente foi-se tornando cada vez mais difícil a ambivalência: ser um rei ao mesmo tempo americano e europeu. Restabelecida a paz e aquietadas as monarquias de qualquer surto revolucionário, depois do Congresso de Viena, com a formação da Santa Aliança, d. João não quis, porém, retornar a Lisboa. Resistiu a toda sorte de pressões de seus súditos “d’aquém” mar, inconformados e aflitos com a ausência do soberano que se prolongava indefinidamente.

Pressões que se manifestaram a partir de 1812, finda a guerra peninsular. O certo é que preferiu ficar e ser aclamado rei de Portugal e do Brasil, hesitando nas pontas do seu dilema permanente, e uma das razões ponderáveis, senão a maior, dessa deliberação, foi talvez a de manter o Brasil unido, em torno da coroa portuguesa, com o apoio da Grã-Bretanha, livre do “flagelo da revolução”, conforme escreveu o mais conspícuo porta-voz dos ingleses, o historiador Robert Southey, flagelo que destruiria – completava Southey – a felicidade de toda a geração atual, arrastando consigo a anarquia e a guerra civil e acabando por dividir o país numa multidão de Estados mesquinhos e hostis, que teriam de atravessar séculos de miséria e de sangue derramado, antes que pudessem reerguer-se da condição de barbarismo em que se veriam mergulhados. A advertência de Southey, no último volume da sua *“História do Brasil”*, publicado em 1819, terá relação possivelmente com a revolução de 1817, em Pernambuco, de fundo republicano e separatista. A aclamação de d. João VI, posterior àquele evento, e a sua decisão de permanecer no Brasil, vinham, por outro lado, confirmar as apreensões do monarca, que não escondia os seus temores com os movimentos republicanos e com os levantes de escravos, que poderiam repetir os sucessos sangrentos de São Domingos, com a explosão libertária de Toussaint Louverture. Na Bahia, houve motins sucessivos, o de maior vulto, em 1813, mas os negros rebelados, como os republicanos de 1817, receberam o castigo reservado aos crimes de lesa-majestade – a forca.

Manter a unidade brasileira, sob o regime monárquico, era do interesse inglês, mas não o único interesse da Grã-Bretanha, ciosa em resguardar sua liderança no comércio internacional. Desse desígnio, que impeliu a poderosa nação marítima na arrancada imperialista para a conquista dos mercados e colocação no estrangeiro de seus produtos manufaturados, não se afastou um minuto sequer a diplomacia inglesa, guiada por Canning ou Castlereagh, e que teve no Brasil como executor fiel um autêntico representante do espírito mercantilista no jovem ministro, visconde de Strangford, ligado a Portugal desde o início da sua carreira, como secretário da legação em Lisboa, onde em pouco tempo adquirira pleno conhecimento da língua portuguesa, a ponto de traduzir Camões.

Aliada e protetora de Portugal, mas inimiga declarada da Espanha, nos demais países da América do Sul, que se levantavam contra o jugo absolutista, a Grã-Bretanha agirá, de modo diverso, fomentando o movimento da independência, mesmo a rebelião de caráter republicano e separatista, que esfacelaria em poucos anos o império colonial de Castela. A favor de Portugal e contra a Espanha, em seu próprio proveito, a Grã-Bretanha ditou a sua vontade ao gabinete brasileiro do príncipe regente, organizado logo à chegada no Rio de Janeiro, primeiro na ocupação da Guiana francesa, segundo no policiamento do Rio da Prata. Ao mesmo tempo obtinha o monopólio do comércio de exportação e importação, através de um tratado de paz e amizade, na forma e na substância o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes, segundo as palavras textuais do duque de Palmela, diplomata, e estadista português de feição conservadora, apesar do seu colorido liberal, mas que não era, nunca foi, nem jamais seria antibritânico. O próprio Canning teria qualificado o tratado de “odioso e impolítico”.

Nas condições em que se operou a mudança da Família Real para o Brasil, com a Europa ainda conflagrada, numa guerra que não se sabia quanto tempo ia durar, é evidente que tinha de prevalecer a influência inglesa na direção governamental. O primeiro ministério brasileiro, constituído a 11 de março de 1818, teve, como não podia deixar de ter, um cunho acentuadamente britânico. Para os altos postos da política e da administração foram convocados os corifeus do chamado partido inglês, destacando-se à frente do gabinete d. Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho, pouco depois feito conde de Linhares, que ocupará as pastas dos Estrangeiros e da Guerra até o seu falecimento, em 1812, com cinquenta e seis anos de idade, ainda na plenitude de suas forças físicas e intelectuais, embora decaído em prestígio, a princípio incontrastável e indisputado.

Tudo se fazia, como ficou dito, com a paternal ascendência da Grã-Bretanha. Até o final da guerra não havia alternativa. A tutela inglesa desbancara o partido francês, ficando recesso no Rio de Janeiro o seu principal mentor, Antônio de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, também emigrado com a Família Real portuguesa, mas discretamente recolhido à vida privada, num período de hibernação, cuidando apenas de seus livros e de sua coleção numismática. Depois da morte de Linhares, o conde de Galveias (d. João de Almeida Melo e Castro) dividirá com o marquês de Aguiar (d. Fernando José de Portugal e Castro) os encargos administrativos. Barca só retornará ao ministério a 26 de janeiro de 1814, permanecendo na gerência dos negócios públicos até o seu falecimento, em 21 de junho de 1817. É essa a fase francesa do reinado brasileiro de d. João VI, contrabalançando o predomínio britânico, repartidas as influências, a que se segue a etapa final e tumultuária,

marcada pelo movimento constitucionalista, quando se bifurcam as tendências dos conselheiros reais, na questão do regresso a Lisboa: um, obstinadamente contra, Tomás Antônio de Vila Nova Portugal; o outro, francamente a favor, d. Pedro de Souza Holstein, conde e depois duque de Palmela.

O primeiro ministério, sob a presidência virtual de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi comparado a três relógios, cada qual correspondendo a um ministro: o primeiro, sempre adiantado, o segundo, atrasado, e o terceiro, completamente parado. D. Rodrigo era o relógio adiantado. Dotado de extraordinária operosidade, desejou executar sem demora todos os projetos que idealizara para o desenvolvimento brasileiro, desde o tempo em que havia pela primeira vez integrado o ministério do príncipe regente, em 1796, quando apareceu na cena política com a fisionomia de um “novo Pombal”, e assim de fato passou a ser apontado. Era afilhado de batismo do marquês de Pombal e por ele fora educado para ser um estadista a serviço de um monarca absoluto e esclarecido, mas teve a sua carreira frustrada por todo o reinado de d. Maria I, eminentemente antipombalino, e para quem o iluminismo despótico significava uma aberração aos princípios do direito divino dos reis e um atentado aos mandamentos da santa religião católica, apostólica e romana. A insânia da rainha e a ascensão de seu filho d. João à regência propiciariam, contudo, a oportunidade sonhada por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, até então virtualmente exilado em Turim, num posto diplomático.

Foi à frente do ministério da Marinha e Negócios do Ultramar, que depois veio a acumular com a presidência do Real Erário, que o estadista de feitio pombalino convocou jovens brasileiros, formados em Coimbra, interessando-se nos estudos e nas soluções de problemas ligados ao progresso da colônia. É de d. Rodrigo a iniciativa da criação da Casa Literária do Cego, dirigida por frei José Mariano da Conceição Veloso, que formou em seu redor um grupo notável, no qual se destacariam Antônio Carlos de Andrada e Silva, e seu irmão Martim Francisco, além de Hipólito José da Costa e José Feliciano Pinheiro, mais tarde visconde de São Leopoldo. Todos eles, brasileiros, traduzindo livros que divulgavam as mais recentes conquistas da revolução industrial inglesa, invenções, máquinas e melhoramentos agrícolas e urbanos, formavam, por assim dizer, a vanguarda intelectual do audacioso programa de reformas elaborado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho. Programa que chegou a ser proposto e endossado pelo Príncipe Regente, em 1798, embora sem grande entusiasmo, desconfiando d. João daquelas considerações filosóficas em torno de «princípios luminosos de administração» e “pontos de vista luminosos de governo”. De qualquer modo, a coroa portuguesa admitia que se falasse numa nova política ultramarina, radicalmente oposta à que vinha sendo até então seguida, e só interrompida no interregno pomba-



lino, conquanto fosse respeitado, como enfatizava d. Rodrigo, com habilidade, e certamente com convicção, o “inviolável e sacrossanto princípio da unidade”.

No seu propósito idealista, mas sem dúvida impraticável, de salvar a unidade do império colonial português, o plano ultramarino de d. Rodrigo de Sousa Coutinho tem algo de parecido, e talvez nele houvesse procurado inspiração, com o memorial do conde de Aranda, d. Pedro Pablo Abarca y Bolea, também adepto do iluminismo, que dirigira a Carlos III, em 1783, um projeto visando à constituição de três grandes Estados na América espanhola, uma confederação hispânica sul-americana sob a égide da monarquia borbônica, projeto esse que seria abandonado, nem sequer levado a sério, por Carlos IV, em cujo reinado fatídico se verificou a desagregação colonial da Espanha, aliada dos franceses e adversária dos ingleses.

D. Rodrigo, que acabaria sendo despedido do ministério por imposição do representante de Napoleão em Lisboa, o general Lannes, que não podia suportar um “britânico” à testa do gabinete português, prosseguiria, anos mais tarde, sob a tutela dos ingleses, o seu programa de reformas (hoje escreveríamos programa desenvolvimentista), concentrando-o no Brasil, como que desprezando as demais possessões do ultramar lusitano.

O que seria mero devaneio em 1783 tornar-se-ia realidade em 1803. A mudança da corte para o Rio de Janeiro – escreveu o historiador norte-americano Alan K. Manchester – não foi somente a transplantação do governo; foi antes a transferência de elementos de um estado soberano que, na nova sede, formaram um novo sistema dentro das formas antigas e usuais. Na sucessão dos acontecimentos, o governo português no Brasil transformou-se em governo brasileiro. O Rio de Janeiro tornar-se-ia o eixo não apenas do sistema político, como vimos, mas também de um novo sistema econômico. Foi intensificado o comércio com a África, não apenas de escravos, como de matérias-primas, sobretudo cera e marfim, reexportados para Lisboa e demais portos europeus, depois de cessado o bloqueio napoleônico. Por seu turno, o Brasil abastecia de alimentos o mercado africano, fornecendo-lhe açúcar, aguardente, fumo, arroz e até farinha.

O clima de euforia, logo após a chegada da Família Real, condizia com os projetos desenvolvimentistas de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, nem todos exequíveis, abrangendo construção de estradas, navegabilidade de rios, melhoramentos na agricultura e introdução de siderurgia, a par de uma política de povoamento e colonização que incluía ao mesmo tempo a incorporação dos índios à civilização e a vinda de estrangeiros qualificados, a serem aproveitados nas lavouras e nas indústrias. O principal obstáculo que se levantou contra essas realizações foi certamente a assinatura dos tratados com a Grã-Bretanha, interessada em garantir o monopólio do mercado brasileiro, livre de

competições, após o término da guerra europeia. É fora de dúvida que não só os portugueses do Reino, como os europeus, de um modo geral, superestimavam as possibilidades oferecidas pelo Brasil, no limiar do século XIX. Todos sabiam, é certo, que se tinham esgotado as nossas minas de ouro e diamante. Mas os teóricos do iluminismo – Raynal e De Pradt principalmente – insistiam em conferir ao Brasil uma imagem de extraordinária opulência e prodigiosa potencialidade muito acima da realidade.

Com o objetivo de formar sem demora uma nova elite – conforme avisadamente lembrou Américo Jacobina Lacombe – d. João abriu no Brasil várias escolas, todas de ensino superior: a Escola Médico Cirúrgica da Bahia (18 de fevereiro de 1808), a Academia de Marinha (5 de maio de 1808), a Academia de Artilharia e Fortificações (4 de dezembro de 1810) e, finalmente, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes (12 de agosto de 1816).

Na bagagem do Príncipe Regente veio a primeira tipografia que se instalou no Brasil sob o patrocínio régio. A 13 de maio de 1808, data do aniversário natalício de d. João, inaugurou-se a Impressão Régia, que passou a estampar, a partir de 10 de setembro do mesmo ano, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Não era um jornal, mas uma relação semanal, depois trissemanal, de atos oficiais e anúncios. A imprensa brasileira nascera, efetivamente, em Londres, com o *Correio Brasiliense*, de Hipólito José da Costa, grande periódico que circulou ininterruptamente de junho de 1808 (meses antes da *Gazeta*) a dezembro de 1823 (depois de proclamada a independência), constituindo o mais completo repositório de dados informativos e observações sobre os acontecimentos políticos e culturais do período joanino.

Não só o aparecimento quase simultâneo da *Gazeta*, no Rio de Janeiro, e da *Idade de ouro do Brasil*, na Bahia. Em matéria cultural, a presença do príncipe regente daria ao Brasil, além da criação das escolas acima citadas e da Impressão Régia, a mudança de Lisboa para o Rio de Janeiro da Mesa da Consciência e Ordens (22 de abril de 1808) e a abertura da Biblioteca Pública (1814), com um acervo que seria enriquecido com outros livros da coleção do conde da Barca, após o falecimento desse estadista, no Rio de Janeiro (1817). Um ano antes, passou a ser publicado um novo periódico, *O Patriota* (1813), animado por Silvestre Pinheiro Ferreira, sem as limitações da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um periódico na verdadeira acepção da palavra, à altura do *Correio Brasiliense*, de Hipólito.

O alvará de 1785, sob o reinado de d. Maria I, ordenara que fossem quebrados em praça pública os teares existentes no país e proibira que se fabricassem novos. Todas as fábricas foram, assim, em cumprimento da real vontade, extintas e abolidas, “em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios no Brasil, debaixo da pena do perdimento em tresp dobro de cada uma das manufaturas ou teares das fazendas que neles houver,

e que se acharem existentes dois meses depois desta publicação” (5 de janeiro de 1785). Essa razão pela qual John Luccock ou qualquer outro viajante estrangeiro, chegado ao Brasil nos primeiros anos da transmigração da corte portuguesa, não poderia encontrar a máquina de fiar inventada por Arkwright ou qualquer melhoramento introduzido após o advento da revolução industrial.

A decisão da rainha d. Maria I provocara, àquela altura, o estrangulamento da indústria de tecidos, que começava a se desenvolver com certo êxito na região sudeste. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo já possuíam setenta e oito pequenas fábricas em franca produção. A cultura do algodão se havia generalizado em várias capitanias, no decorrer do século XVIII, destinando-se à exportação ou ao suprimento da matéria-prima para a manufatura têxtil colonial. É claro que ninguém mais quis plantar algodão. O próprio alvará reconhecia a existência de “grande número de fábricas e manufaturas”, não somente de algodão como de seda, linho e lã, bordados de ouro e prata.

D. João revogaria o famigerado decreto materno (1.º de abril de 1808), bem como tomaria, mesmo antes disso, medidas tendentes ao desenvolvimento da indústria e do comércio. Ainda na Bahia, o príncipe regente havia decretado a incorporação da primeira companhia de seguros que houve no Brasil, intitulada Comércio Marítimo, cujos estatutos aprovou. E mais: concedeu licença para uma fábrica de vidro, autorizou o governador a estabelecer a cultura do trigo e fábricas de moagem, fez criar uma fábrica de pólvora e uma fundição de artilharia.

Um dos pontos mais altos da administração joanina foi sem dúvida a introdução da siderurgia no Brasil. As primeiras ferrarias ou engenhos de ferro tinham aparecido em São Paulo de Piratininga por volta de 1550, muito antes portanto das de Jamestown, na Virgínia, que datam de 1607. Coube a d. João retomar o caminho interrompido, inspirando-se em sugestões de patriotas brasileiros, como José Vieira Couto, José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara. Foram aproveitados os montanistas alemães, que já operavam no reino, além do já referido Manoel Ferreira da Câmara.

Utilizando fornos suecos, o ferro líquido correu pela primeira vez em 1812, na Fábrica Patriótica, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, sob a direção do barão de Eschewege. A Fábrica do Morro de Gaspar Soares, do intendente Câmara, no Distrito Diamantino, que iniciou os seus trabalhos em 1814, chegou a produzir, em alto forno, só no ano de 1820, 920 arrobas e meia de ferro gusa. Em 1818, o povo de Sorocaba, em São Paulo, conduziu em procissão as três cruzeiras de ferro fundido pelo coronel Varnhagen na Real Fábrica de São João de Ipanema.

Ao esforço pioneiro de Eschewege, Câmara e Varnhagen faltou, é evidente, um plano de conjunto, capaz de coordenar todos os dados do problema demasiadamente complexos. For-

mavam as três fábricas compartimentos estanques, sem se incomodar cada qual dos seus dirigentes com o resultado geral, quando não se hostilizavam entre si, como que a antegozar os insucessos um do outro. O grande obstáculo a transpor estava na falta de vias de comunicação do centro com o litoral, e isto viu com acuidade o intendente Câmara, ao bater-se com denodo pela construção de uma estrada que pudesse transportar o minério de ferro aos consumidores e mesmo exportá-lo ao estrangeiro - estrada cujo traçado seria mais ou menos o da futura estrada Vitória-Minas, construída na República, como espinha dorsal da Companhia Vale do Rio Doce.

Cuidou ainda d. João da imigração, fundando as colônias de Santo Agostinho, no Espírito Santo, com açorianos (1812); as colônias alemãs de Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, na Bahia (1818); e a suíça-alemã, de Nova Friburgo (1819).

Outra iniciativa importante: a fundação do Banco do Brasil, criado pelo ato governamental que estabeleceu a circulação fiduciária no país (12 de outubro de 1808). O capital inicial seria de apenas 1.200:000\$000 (mil e duzentos contos de réis), dividido em ações, mas o Banco só passaria a funcionar depois de realizada a parte de pelo menos 100:000\$000 (cem contos de réis). Apesar de todo o empenho oficial, só foi possível reunir esse montante em fins do ano seguinte. O dinheiro era pouco, quase nenhum. Igualou-se o valor das moedas de prata e de cobre, a fim de desenvolver o meio circulante. O governo tomou várias outras medidas no sentido de facilitar o crédito e incrementar os negócios, imprimindo novas características à economia.

É claro que tudo isso vinha de encontro às necessidades cada vez maiores da fazenda real, reclamadas pelo alto custo da transferência da administração pública de Lisboa para o Rio de Janeiro, como também para o pagamento das despesas com a guerra peninsular. Para isso, no entanto, impunha-se uma política financeira sob o signo do liberalismo econômico, fora dos moldes coloniais, que estimulasse as atividades da indústria e impulsionasse o comércio, ambos praticamente inexistentes. Política financeira que significava, em última análise, um golpe de morte sobre os monopólios reais, que se estendiam sobre todos os produtos, até sobre o sal.

Para um povo que vivia no mais completo abandono, as primeiras providências do príncipe regente foram recebidas como um sinal de redenção. Quando chegou ao Rio de Janeiro, começou a peregrinação dos governadores de Minas Gerais e de São Paulo, reclamando medidas de amparo e proteção para a administração das respectivas capitânicas, agora transformadas em províncias. O Rio de Janeiro era a corte. Passou a ter foros de sede da monarquia luso-brasileira, apesar das deficiências notórias em que se debatia para abrigar de qualquer modo as quinze pessoas que acompanhavam a família real na sua aven-

turosa travessia transatlântica. Na pequena cidade de setenta e cinco logradouros (quarenta e seis ruas, dezenove campos ou largos, seis becos e quatro travessas), a acomodação de toda essa gente adventícia não foi fácil.

No entanto, esse contingente reinícola, introduzido em massa, deixará a sua influência benéfica na melhoria dos hábitos da população e até mesmo na consolidação e unificação do linguajar carioca, que já absorvera e assimilara boa parte dos falares africanos, pois é presumível que no Rio de Janeiro, como em todos os demais pontos do país, a língua portuguesa fosse minoritária, não só ante a «língua geral», o tupi-guarani, mas também ante a soma dos falares negros. O novo contingente português, impondo-se maciçamente, como que criou um ideal lingüístico, a base da consolidação e unificação, que se fixará em modelo, extensivo a todo o país, estabelecendo o padrão com que a língua portuguesa será falada e escrita no Brasil, instrumento da integridade nacional, vivificando-a e enriquecendo-a através dos anos. O Rio de Janeiro, centro da monarquia dual, sede do império, cabeça da República, Corte ou Capital Federal, receptáculo de um sem-número de modismos do centro, do norte e do sul, dinamizará, sobretudo pela imprensa livre (pelo menos em todo o reinado de d. Pedro II) e pelo parlamento (que d. Pedro II nunca deixou de prestigiar), e ajudará a promover o milagre da unidade lingüística em todo o território brasileiro.

A escolha do Rio de Janeiro despertaria o ciúme dos baianos, inconformados com a diminuição sofrida em 1763, quando a cidade do Salvador deixou de ser a sede do vice-reinado. Instalada no centro-sul, a corte fortaleceria as regiões fluminense, mineira e paulista, em detrimento das províncias do leste e oeste, do nordeste e do extremo norte, continuando o Rio Grande do Sul no isolamento de sempre. Os ingleses preferiam que a capital se localizasse mais ao sul, talvez em Santa Catarina – mais um porto livre para as suas exportações. Lorde Strangford, representante da Coroa britânica, chegou a insinuar essa possibilidade. Certamente, o príncipe regente ouviu-o com a habitual bonomia e tratou de esquecer a sugestão. Sabia esconder a sua patranha no ar bonachão.

Longe de ser um grande estadista, d. João não era destituído das qualidades inatas de um bom governante. O seu retrato histórico, tantas vezes ensaiado, como na moldura majestosa de Oliveira Lima, que procurou reparar os excessos das biografias anteriores, as dos áulicos e as dos detratores, como no quadro malicioso de Tobias Monteiro, que resvala para a caricatura, configurou-se afinal de um modo mais preciso nas páginas de Otávio Tarquínio de Sousa, sem dúvida um retrato bem próximo da verdade, ao tentar o autor da *História dos fundadores do império no Brasil* recompor a fisionomia de tão discutida personalidade.

Ao contrário do esposo, que tão cedo se acomodaria à modorra do clima tropical, d. Carlota Joaquina jamais se conformou com a transferência da Corte, muito menos em viver como fugitiva numa “terra de negros”. Sempre desprezou o Brasil. Sempre foi anti-janeirista, isto é, contra a permanência da Corte no Rio de Janeiro. Afinal de contas era ela a infanta da Espanha, a filha do Rei Carlos IV, a irmã mais velha do rei Fernando VII. O sofrimento do povo espanhol, que lutava heroicamente para repelir o invasor, só lhe tocava a sensibilidade em função da possível reabilitação do poder dos Bourbons destronados e humilhados. Só admitia reinar no estilo do antigo regime. Nada de concessões liberais. Encarnava como ninguém, talvez mais ainda que o pai ou o irmão, o absolutismo espanhol, odiado na América e vilipendiado por Napoleão, mas por cuja restauração sangravam as massas camponesas. A índole agressiva de d. Carlota não se coadunava com o temperamento manso de d. João.

Em todos os sentidos, fora um desastre o casamento da infanta espanhola com o herdeiro presuntivo do trono português. Persistiram as malquerenças após a união ditada pelo interesse luso-espanhol, estabelecendo uma aliança dos Bourbons e Braganças, na esperança de dirimir um conflito que vinha de longe, ora diminuindo, ora aumentando a tensão que nunca deixou de existir nas relações entre os dois países. Do ponto de vista doméstico e da própria política nacional portuguesa, a desarmonia do casal se transformou em luta intermitente até pela tomada do poder, o que se positivou em mais de uma oportunidade, quando a península ibérica acabou em campo de operações para o duelo final entre a França napoleônica e a Inglaterra. Obrigada a asilar-se na América, pretendeu ser a regente das colônias espanholas, que iniciavam o movimento da libertação, na esperança de salvar a dinastia dos Bourbons, após a abdicação de Carlos IV e o destronamento de Fernando VII. Voltando a Portugal, d. Carlota Joaquina recusou-se a jurar a constituição liberal de 1821 e passou a dirigir o partido da contra-revolução. Conspirou quanto pôde até a morte do marido (1826), sempre em favor do filho predileto, d. Miguel, e só descansou quando o viu sentado no trono português como rei absoluto. Morreu no apogeu do miguelismo, e com o irmão Fernando VII novamente reinando na Espanha (1830), na ilusão sem dúvida de que o antigo regime havia como que ressuscitado para sempre, graças à sua tenacidade e à sua fé inabalável no direito divino dos reis.

Ao contrário de d. Carlota Joaquina, d. João VI foi um conciliador. Nem sempre agradou a portugueses e brasileiros. Há momentos na vida de um homem de Estado em que não é possível agir com moderação, ceder ou recuar, diante de determinadas conjunturas históricas, sem provocar incompreensões e mal-entendidos. Arrefecidas as paixões do momento, só o tempo

tem a virtude de fazer justiça a atos e decisões malsinados pelos contemporâneos. O príncipe regente não abandonou a pátria na hora do perigo, sem ânimo para reagir ante o invasor francês e resistir ao protetor inglês. Indo para o Brasil, d. João continuaria em território luso, o pedaço da pátria d'além mar. Na verdade, com a transferência da Corte, empreenderia a viagem da segunda descoberta do Brasil. Este o seu destino, que a posteridade consagrou.

Na guerra não prevalece o bom senso, mas a força. Portugal e logo em seguida a Espanha, toda a península Ibérica tinha que ser ocupada por um ou outro dos contendores, com o sacrifício das populações desarmadas. A solução encontrada foi magistral: a mudança do poder real para o outro lado do Atlântico, golpe estratégico de inegável sabedoria política, que tiraria a Napoleão Bonaparte o objetivo final de sua arremetida. D. João mostrou-se mais avisado que o soberano espanhol, obrigado a abdicar em favor do filho, o qual, por seu turno, sofreria uma nova e mais humilhante capitulação, ao ser declarada extinta a dinastia dos Bourbons da Espanha. Foi quando aconteceu o imprevisito: a sublevação popular mais extraordinária da história peninsular, com a heróica resistência de portugueses e espanhóis, munidos de enxós, chuços, facões e punhais, abrindo fossos e usando cal viva contra os invasores, adestrados e bem armados, enquanto os franceses disputavam aos ingleses o estratégico porto de Gibraltar.

Carlos IV pagaria com um exílio obscuro a sua subserviência a Bonaparte, ao mesmo tempo que assistiria ao aniquilamento do império erigido por Castela na América espanhola. Outra seria, porém, a sorte do genro, o pacato rei d. João VI. No gigantesco duelo travado entre a Inglaterra e a França, aceitou o fato consumado. Foi fatalista. Retirou-se para os seus domínios americanos e lá assentou as bases de uma nova nação. Deixaria de ser o príncipe regente de Portugal para se tornar gloriosamente rei do Brasil, na verdade o segundo descobridor do Brasil. Sua presença teria o poder, além do mais, de inaugurar um novo tipo de convivência internacional, como autêntico precursor da futura comunidade, patrimônio de que tanto nos orgulhamos hoje: o de pertencermos, brasileiros e portugueses, a uma grande pátria comum.





**FONTES  
DA HISTÓRIA  
DA INDEPENDÊNCIA**

---

*Américo Jacobina Lacombe*



Para o estudo das fontes da História da Independência ou, mais tecnicamente, para a heurística desse período, temos o nosso trabalho facilitado pelo estudo pioneiro realizado pelo grande historiador Otávio Tarquínio de Sousa, aparecido no *Digesto Econômico*, utilíssima publicação dirigida pelo espírito culto de Antônio Gontijo de Carvalho, n. 26. É uma súpula criteriosa do que melhor se escreveu sobre o tema.

## **1. BIOGRAFIAS**

Começaremos recorrendo à biografia dos grandes vultos do período, a começar por d. Pedro I, estudado pelo mesmo historiador, e sobre a qual há hoje uma verdadeira biblioteca. O patriarca José Bonifácio é também objeto de riquíssima bibliografia particular, bem como o marquês de Barbacena. Uma galeria biográfica sumária encontra-se no trabalho de Afonso d'E. Taunay: *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1922,

Quanto à era da Independência daremos uma vista de olhos rápida, tanto quanto permite o prazo razoável de uma aula, em seus vários setores.

## **2. FONTES MANUSCRITAS**

A maior massa de documentos sobre a independência encontra-se, como é natural, no Arquivo Nacional. Os papéis administrativos do governo do rei d. João VI e de d. Pedro, como príncipe regente, estão longe de serem totalmente conhecidos. Ainda se depara muita novidade ao pesquisador. Nas suas Publicações há um número especial dedicado ao Ano da Independência (1922), excelente roteiro para colocar os fatos da nossa história nas coordenadas da História Universal. Deve-se ao seu então diretor L. G. d'Escragnolle Dória. Ali também se encontram as atas do Conselho dos Procuradores, publicadas na íntegra no tomo XVII das ditas Publicações.

No arquivo do antigo Distrito Federal, hoje do estado da Guanabara, há as atas do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, as representações apresentadas àquele órgão e a correspondência com as demais câmaras municipais, reveladora da trama na-

cional que foi a base de todo o movimento. Estão os principais documentos dessa fonte publicados numa luxuosa série de volumes in fólho, mandados imprimir pelo conde Paulo de Frontin por ocasião do 1º centenário. São fac-símiles das peças mais importantes.

A Biblioteca Nacional, em sua seção de manuscritos, possui valiosas coleções particulares que são essenciais ao nosso estudo, a começar pelas Cartas Andradinas, pertencentes ao arquivo de Vasconcelos de Drummond, divulgadas nos seus Anais, e inúmeros documentos, de procedência variada. Um volume especial com o título *Documentos para a história da Independência*. Rio de Janeiro, 1923, traz a indicação animadora v. I. Mas nenhum outro se lhe seguiu.

Não é preciso insistir acerca das preciosidades que contém o arquivo da Família Imperial, abrigado neste museu, cujo catálogo foi em boa hora publicado pelos Anais da Biblioteca Nacional e está sendo minuciosamente desdobrado pelos técnicos escrupulosos desta casa. Basta mencionar as cartas de d. Leopoldina ao marido e a correspondência de José Bonifácio para compreender a riqueza deste acervo. Tenha-se em vista que d. Pedro I, por mais que pareça estranho ao juízo que geralmente dele se faz, era um implacável documentarista. Reclamava a todo momento dos auxiliares os papéis comprovantes dos mais minuciosos atos administrativos e os guardava cuidadosamente. Outra fonte abundante é o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde está boa parte dos papéis do patriarca e de outros próceres.

O Museu Paulista possui igualmente rica documentação doada pelos herdeiros do marquês de Valença, em boa parte publicada pelo seu incansável diretor, o prof. Afonso d'Escragnolle Taunay no v. III dos Anais.

Outra parte do mesmo arquivo se encontra no Instituto Histórico de São Paulo que já publicou também importante documentação do Arquivo Estadual em sua Revista, v. VII e segs. O mesmo Arquivo tem as atas da Junta Governativa e a correspondência da época, em grande parte publicada.

No Arquivo do Estado da Bahia estão preciosos documentos publicados em parte nos v. X, XIII e XXVII dos seus Anais. Infelizmente jazem nos arquivos municipais das cidades do Recôncavo acervos preciosos não aproveitados. A Câmara da Capital publicou, porém, em volume especial os documentos relativos à era da Independência.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem precioso arquivo, infelizmente ainda não sistematizado. Uma útil publicação da Câmara dos Deputados foi o Catálogo da exposição dos documentos e publicações relativas à Independência (Rio, 1923), contendo os decretos da constituinte e a nominata dos deputados.

A parte principal do arquivo do Itamarati relativa ao período está divulgada no Arquivo Diplomático da Independência, 6 v. (Rio, 1922, 1923), com a documentação completa das missões em torno do nosso reconhecimento. Cada coleção é precedida de um estudo de autoria dos membros do antigo quadro da Secretaria de Estado, estudos que fazem honra à cultura daqueles ilustres servidores.

Os ofícios enviados pelas juntas locais ao governo de Lisboa entre 1821 e 1822, bem como as cartas do príncipe regente ao rei d. João VI, constituem uma publicação oficial portuguesa; correspondência oficial das províncias do Brasil, que mereceu 2.<sup>a</sup> edição em 1872.

Os debates na Constituinte brasileira encontram-se no Diário da Assembléia, bem como nos Anais, organizados muito depois (1876). Os das Cortes de Lisboa encontram-se nas Atas, publicadas na época em 7 pequenos volumes. Muito importante porém são os documentos recolhidos pelo barão de São Clemente (por Portugal) e publicados em Lisboa, compreendendo 7 volumes entre 1883 e 1891.

Dois livros solares guiam os estudos sobre nossas relações diplomáticas no início do Império baseados em documentos dos arquivos oficiais: um inglês – Webster, C. K. – *Britain the Independence of latin-america*. 2 v. Londres, 1938, outro americano: Manning, William R. – *Diplomatic correspondence of the United States concerning the Independence of the Latin-American nations*. New York, 1925. 3 v. Armados com esses instrumentos podem-se iniciar as pesquisas sobre a parte documental da Independência.

### 3. PERIÓDICOS

Mas na era da Independência já dispomos de outra fonte histórica importantíssima que são os jornais, que refletem as correntes ideológicas e os grupos em choque. Começaremos pelo *Correio Brasiliense*, impresso em Londres, e dirigido pelo patrono dos nossos jornalistas, Hipólito da Costa, e que até hoje aguarda uma publicação sistemática, devidamente anotada e indexada. É um luminoso traço da inteligência brasileira dentro do turbilhão dos fatos do momento, utilizável pelos raros pesquisadores que disponham de uma coleção completa.

O estudo ganha perspectiva feito o cotejo com os periódicos portugueses publicados também em Londres e que dialogavam com o brasileiro.

No Rio de Janeiro os diários oficiais, base para todo estudo da legislação e da atividade administrativa, eram a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que vinha da era joanina; o *Diário do Governo*, em 1823 e o *Diário Fluminense*, de 1824, em que se encontram as leis, decretos, avisos e manifestos.

*O Patriota* é uma revista, que se inicia em 1813 e em que começam a aparecer artigos doutrinários de autores brasileiros, alguns esclarecedores de muitos fatos que se vão passar. Ali colaboram Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Garção Stockler, José Bonifácio, o futuro marquês de Maricá, o futuro visconde de Pedra Branca e o poeta Silva Alvarenga, que vem do fim da era colonial.

José da Silva Lisboa, futuro barão e visconde de Cairu, é autor de uma série infindável de pequenos opúsculos dificilmente classificáveis entre o gênero jornalístico e panfletário: *O bem da ordem*, o *Conciliador do Reino Unido*; a *Sabatina familiar dos amigos do bem comum* e a *Heroicidade brasileira*. Estão a exigir também uma publicação sistemática. O roteiro já foi traçado pelo capítulo a ele referente na obra clássica de Hélio Viana: *Contribuições para a história da imprensa no Brasil*, com preciosos complementos de Marcelo de Ipanema.

Abundante material se colhe também do *Diário do Rio de Janeiro*, que durou de 1821 a 1878, bem como de *O Espelho* (1821-1823), dirigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; *A Malagueta* (1821-1832) de Luís Augusto May, cuja edição fac-similar ficou infelizmente interrompida, na série que inteligentemente iniciou Zélio Valverde em 1945; *O revérbero constitucional fluminense*, repositário doutrinário importantíssimo e inatingível pela maior parte dos pesquisadores consubstanciando o pensamento de dois próceres do nível de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo; os *Anais fluminenses de ciências, artes e literatura*, de 1822; o *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823) dirigido por João Soares Lisboa; o *Regulador brasílico-luso* (depois *Regulador brasileiro*) de 1822-1823; a *Sentinela brasileira à beira-mar da Praia Grande*, dirigido por um misterioso Grondona, cuja vida ainda está por se desvendar e que parece ter sido inspirada por José Bonifácio; o *Tamoio* (1823), um dos responsáveis pela crise da Constituinte, dirigido pelo fiel andradista Vasconcelos de Drummond, reeditado igualmente por Valverde em 1944.

Já em 1824 surgem o *Diário mercantil* (1824-1827) e o *Spectador brasileiro*, metamorfoseado nesse último ano no venerando *Jornal do Comércio*. Da riqueza destes dois órgãos os pesquisadores poderão ter uma noção consultando a edição monumental do centenário da Independência, em 1922, indispensável como ponto de partida para qualquer estudo jornalístico.

E finalmente em 1827, balizando o final das pesquisas do período, com um signo à altura do inicial, tendo à frente um vulto não menos respeitável que o de Hipólito, a *Aurora fluminense*, de Evaristo Ferreira da Veiga.

Há uma peculiaridade nesse entre nós. É a presença oculta, às vezes parcamente disfarçada, do próprio imperador, presença revelada pelo seu biógrafo Otávio Tarquínio de Sousa e am-

plamente estudada por Hélio Viana em seu magnífico livro *Pedro I*, jornalista. São Paulo, Melhoramentos, 1967.

Não é possível encerrar essa resenha das fontes jornalísticas da era da Independência sem mencionar o modelar estudo já elaborado sobre o tema por Barbosa Lima Sobrinho na memória: *A ação da Imprensa em torno da Independência* apresentada ao Segundo Congresso de História Nacional, em 1931.

#### 4. OBRAS

O segundo gênero de fontes são os livros sobre o episódio, partindo naturalmente dos contemporâneos.

Começando pelos que nos observam “do outro lado da cerca”, não compreendo por que não se levam na devida conta as agudas observações de um escritor do quilate de Almeida Garret no livro tão cheio de inteligentes colocações que é *Portugal na balança da Europa* (Lisboa, 1830). É o ponto de vista do liberalismo português, e a crítica dos erros cometidos pelo governo europeu em face da crise brasileira. Outro inteligente português que viu claro na confusão dos conflitos foi Silvestre Pinheiro Ferreira nas *Cartas sobre a Revolução do Brasil* publicadas na Revista do IHGB, tomo 51 (1.<sup>a</sup>), p. 239. São dignas do grande estadista que as redigiu.

O ponto de vista dos extremados e desorientados inimigos da Independência está contido nos panfletos do velho e azedo padre José Agostinho de Macedo, que não compreendeu a impossibilidade da manutenção do *status quo ante bellum* e desandou em diatribes que hoje fazem rir.

O pensamento criador de José Bonifácio disperso em discursos e apontamentos está compreendido em dois trabalhos importantes: um de Tristão de Alencar Araripe, *Idéias sobre a Constituição política do Brasil*, publicado na Revista do IHGB, tomo 51, parte 24; outro a antologia de Otávio Tarquínio de Sousa: *Pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Liv. Martins, 1944.

Como testemunho direto dos acontecimentos destaca-se um primoroso trabalho que é aproveitado por todos que tratam do assunto: *History of Brazil*, John Armitage, Londres, 1836, que já mereceu duas traduções e diversas edições no Brasil. É de certo modo um complemento da obra clássica que se encerra exatamente no fim da colônia, de Southey – grande figura que se destaca no meio dos exploradores do pitoresco pela superioridade em que se colocou ao encarar a formação do Brasil *sub specie aeternitates*.

Já o mesmo não se pode dizer da obra do francês Alphonse de Beauchamp, *L'indépendance de l'empire du Brésil présentée aux monarques européens*. Paris, Delaunay, 1824, onde o aventureirismo literário se revela a olho nu.

A versão oficial dos acontecimentos ocorre no grave, sábio, respeitável, mas soporífero conselheiro visconde de Cairu, cronista do Império, numa útil obra, aliás incompleta, a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. 4 tomos, Rio de Janeiro, 1824, 1827-30. Compulsando diretamente os documentos oficiais Cairu fornece dados que hoje dificilmente podemos obter e que nos interessam muito, posto que os encaremos de outro ponto de vista.

A mesma riqueza de informações colhe-se da obra de monsenhor Luís Gonçalves dos Santos (mais conhecido como padre Perereca) que, tão atacado, é um opulento armazém de notícias da época.

Dentre os estrangeiros que acompanharam o fenômeno da Revolução brasileira e sobre ela deixaram um depoimento digno de menção está Saint-Hilaire, o mais completo e simpático dos franceses que aqui estiveram e cujas viagens estão a exigir uma edição sistemática e completa. Outro é Debret, de que todo o mundo conhece as gravuras, mas ninguém lê o texto que é um excelente apanhado da sociedade brasileira. Finalmente a famosa inglesa Maria Graham (Maria e não Mary, como tantas vezes se escreve) que sentiu, mais que qualquer outro, o latejar da nacionalidade que despertava. *O Journal of a voyage to Brazil and a residence there*, Londres, 1825, é quase um livro profético.

## 5. MONOGRAFIAS

Os estudos monográficos da era da Independência, que provavelmente serão muito aumentados no correr das comemorações do sesquicentenário, são abundantes. Como não estamos fazendo uma bibliografia, mas um simples roteiro para os estudiosos, limitamo-nos a sumariar as obras com mais frequência referidas.

Começaremos pelo venerando conselheiro Pereira da Silva, autor da *História da fundação do império brasileiro*. 7 volumes, Rio de Janeiro, Garnier, 1864-1868, com títulos indiscutíveis de precursor, mas cuja posição como historiador está cada vez mais abalada. A improvisação que caracterizava seu trabalho faz com que sua obra esteja sendo corroída pela atual geração de pesquisadores, exigentes em questões de heurística e *ecdótica*. O juízo de Nabuco no necrológio pronunciado no Instituto Histórico parece definitivo. O valor do que foi considerado por muitos “o nosso historiador nacional” é provisório. Tende a ser superado pelas contribuições novas. Há um imperdoável descuido nas transcrições e indicações das fontes em todas as suas peças.

A *história da Independência* de Pedro Calmon, publicada inicialmente na Revista do Instituto Histórico n. 74 (1927), é uma síntese inteligente da primeira fase da obra de nosso grande mestre. Não há preocupação de eruditas indicações. Em obras



posteriores, inclusive na sua grande *História do Brasil* em 7 v. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, há contribuições mais completas sobre o mesmo tema.

Um pequeno e desprezível trabalho e muito útil é o de Araújo Guimarães: *A corte no Brasil*. Porto Alegre, 1930. Valendo-se do material conhecido traz uma clara exposição.

O professor F. de Assis Cintra é autor de cerca de duas dezenas de obras sobre o tema, algumas reeditadas com título novo, dificultando a identificação. Ao lado da divulgação de peças essenciais, há em seus trabalhos muitos dados colhidos em fontes impuras que põem sob suspeição muitas de suas conclusões. De qualquer modo no livrinho *D. Pedro I e o grito de Independência* (São Paulo, 1921) e *Revelações históricas para o centenário* (Rio de Janeiro, 1923) há transcrições de peças de difícil obtenção, infelizmente nem sempre com a exata indicação da procedência.

Há um bom estudo sobre as causas do movimento por Alcides Bezerra, que foi diretor do Arquivo Nacional, com o título: *Os fatores da independência nacional*, que ocorre nas *Publicações do Arquivo Nacional* (1930) e que merece atenção.

Dois autores portugueses, entre muitos, trataram do episódio com o máximo de objetividade: Rocha Martins (*A Independência do Brasil*. Coimbra, 1922) e Correia de Sá, marquês de Lavradio (*D. João VI e a Independência do Brasil*. Lisboa, 1937). Não é possível desprezá-los. Neles se vê como as inteligências não apaixonadas podem encarar o tema.

O dr. Alexandre José de Melo Moraes é autor desigual e contraditório. Seus livros, numerosos e desorganizados, representam a maior contradição documental para o tema. É inútil, porém, procurar uma linha de coerência nas suas apreciações apaixonadas. O mesmo vulto passa de herói a vilão com o intervalo de algumas páginas. Mas é impossível deixar de consultar a *História do Brasil reino e do Brasil império*. Rio de Janeiro, 1871, 2 v., que é chamado também, nas cabeças das páginas (ainda que não na folha de rosto), *História das constituições do Brasil*. Assis Cintra dá-se ao luxo de citar ora um título, ora outro, engordando a bibliografia escassa. Na *Independência e o Império do Brasil* ou a *Independência comprada por dois milhões de libras*. Rio de Janeiro, 1877, há uma série tão grande de contradições com a obra anterior que se tem a impressão de se tratar de outro autor. Nem é por outro motivo que os inimigos costumavam apelidá-lo de Males Moraes. Não deve deixar de ser mencionada a contribuição do barão de Resende (Estevão Ribeiro de Resende): *Estudos históricos políticos*. São Paulo, 1879-1880, 6 séries em 6 v., onde, pela primeira vez, se narram os acontecimentos encarando a posição dos não-andradistas.

A *História da Independência*, de Varnhagen, editada em 1917 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é obra inacabada, ressentindo-se da falta dos *derniers coups de peigne* de

tão escrupuloso pesquisador. Mas com as notas da comissão especial daquela instituição completadas com as de Hélio Viana para a edição da Companhia Melhoramentos (1957) é uma das mais sérias contribuições para o estudo da época, riquíssima de indicações bibliográficas e documentais.

A série de conferências preferidas no Instituto Histórico em 1922 resultou em volume especial com o título *O ano da Independência*. A categoria dos conferencistas torna esse livro um dos mais úteis repositórios de estudos. O mesmo se poderá dizer dos anais do Primeiro Congresso de História da América, de 1922, ou volumes onde grande parte das contribuições, bastante desiguais, são de grande proveito.

O Centenário da Independência foi incentivo natural para o aparecimento de várias obras especializadas. Assim o historiador Tobias Monteiro começou a recolher um valioso material bibliográfico e documental visando a uma História do Império. Mas só apareceram três volumes: o primeiro relativo à *Elaboração da Independência*, aparecido em 1927, e dois relativos ao *Primeiro reinado*, 1939 e 1946. (Rio de Janeiro, Garnier).

Do mestre Afonso d'E. Taunay temos o estudo acerca dos preciosos documentos existentes no arquivo do Museu Paulista, impresso – *Do reino ao império* – incluído igualmente nos *Anais do museu* (III, 1927).

O livro de Oliveira Lima, *O movimento da independência* (São Paulo, 1922) é uma atualização dos estudos antecedentes com a incorporação de muitos elementos recolhidos em suas aturadas pesquisas em arquivos estrangeiros.

De Alberto Rangel, especializado no estudo da época, completam sua obra principal: (*D. Pedro I e a marquesa de Santos*. Rio de Janeiro, 1916), os *Textos e pretextos* (Tours, 1926). *No rolar do tempo*. (Rio de Janeiro, José Olympio, 1937), e *Trasantontem* (São Paulo, Martins, 1943).

Encerramos esta sumária enumeração com a importante obra de Otávio Tarquínio de Sousa: *História dos fundadores do Império*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, 10 volumes, que fundou uma série de estudos e coroou uma das mais lúcidas e puras trajetórias no campo de nossa historiografia.

## 6. GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

O estudo do movimento da Independência tem necessariamente por complemento o exame de duas questões conexas: a guerra da Independência e as negociações para o seu reconhecimento. A Guerra na Bahia tem provocado estudos em muito maior número que a que se travou no interior do Maranhão e do Piauí, apesar do vulto enorme e da importância decisiva que esta teve no desfecho da luta. Mas o da Bahia repercutiu mais

no país que o acompanhou emocionado. Provocou poemas e peças de arte inesquecíveis.

As *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, do coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, especialmente na edição revista e ampliada por Brás do Amaral, em 6 volumes (Bahia, 1919-1940), e a *História da Independência na Bahia*, de autoria deste sábio pesquisador (Bahia, 1923), recolheram as principais fontes documentais. O visconde de Vieira da Silva: *História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)*, São Luís, 1868, é clássica para o ponto de vista brasileiro. O ponto de vista dos portugueses ocorre no depoimento sincero do seu comandante, o brigadeiro Fidié: *Vária fortuna d'um soldado português* (Lisboa, 1850), reeditado em 1942 pelo governo do Piauí com estudo introdutório de Hermínio de Brito Conde.

O grande papel desempenhado pela Marinha na libertação do norte do país tem provocado inúmeros estudos de valor. Um resumo historiográfico está feito pelo comandante Max Justo Guedes (*Navigator*, 4). O trabalho mais completo é o de Lucas A. Boiteux: (*I Congr. de História Nacional*. v. 44), editado em livro pelo Ministério da Marinha, em 1954.

O grande debate nesse capítulo trava-se em torno da figura de Cochrane. Tal é a sua complexidade que dou o meu testemunho de que o historiador Tobias Monteiro reescreveu duas vezes o seu capítulo sobre o assunto, a princípio reconhecendo o papel relevante de Cochrane; depois, impressionado com os libelos nacionalistas, contra o herói inglês; finalmente dando ao grande marinheiro (“*The finest of British sailors*”, segundo George Maculay Trevelyan – *British history in the nineteenth century* – Londres, 1922, p. 211) o lugar que lhe cabe na decisão da luta.

O relato mais completo da expedição marítima deve-se à pena do capelão da esquadra, frei Manuel Moreira da Paixão e Dores, publicado pela primeira vez nos Anais da Biblioteca Nacional, v. LX, 1940.

## **7. RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA**

Outro capítulo complementar é a luta diplomática pelo reconhecimento. A documentação está publicada pelo Itamarati: o Arquivo diplomático da Independência, em 6 v., no ano do Centenário, como se disse acima.

Como de costume mencionemos o representante do ponto de vista português que, no caso, é o notável historiador Antônio Viana, autor de uma obra em dois volumes: *Apontamentos para a história diplomática contemporânea*, Lisboa, 1901-1922. (Com 21 anos de intervalo conseguiu o autor completar uma obra de raro equilíbrio).

O primeiro estudo sobre o assunto é o de Oliveira Lima: *O reconhecimento do Império*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901, ressentindo-se da falta de conhecimento da documentação, então inédita.

Três trabalhos merecem ainda destaque: dois de Hildebrando Accioly: *O reconhecimento da Independência do Brasil* (Rio de Janeiro, 1927) e o *Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos da América* (São Paulo, 1930 – Brasileira). O terceiro é o estudo correspondente pelo embaixador Carlos Magalhães de Azeredo: o *Reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé* (Roma, 1937).

Também nesse capítulo há um largo debate em torno do reconhecimento por parte de Portugal, especialmente pelas cláusulas financeiras.

Sobre o assunto a sentença decisória é a do barão de Rio Branco, insuspeito quanto ao patriotismo e a qualquer excesso de lusismo. A separação do Brasil não se enquadra nos modelos das repúblicas de origem espanhola. É um caso mais próximo dos reinos que se dissociaram, como a Noruega da Suécia e a Bélgica da Holanda. De fato nós não partimos da colônia para a completa autonomia. Éramos um reino associado: “Não houve compra da independência”, diz o barão. “Quando se separa um território, o que se separa toma o encargo de parte da dívida pública” (Accioly: *O reconhecimento da Independência*, p. 221).

Reitera-se aqui a declaração inicial. Não se traçou aqui uma bibliografia da Independência. Trata-se de simples notas para início de um estudo. O desdobramento de cada um destes capítulos levar-nos-ia a um exaustivo trabalho de pesquisa.

**D. PEDRO I  
E O PORTO  
DA ESTRELA**

---

*Francisco de Paula e Azevedo Pondé*



No dia nove de março, antevéspera do nascimento da princesa d. Januária, aproa ao Rio de Janeiro a esquadra, comandada pelo chefe de divisão Francisco Maximiliano da Silva, destinada a transportar d. Pedro de regresso a Lisboa. Nela vinham tropas num total de mil e duzentos praças, a fim de render a Divisão Auxiliadora, de ordem do Congresso. O príncipe regente que, a 17 de fevereiro de 1822, havia proibido o desembarque de qualquer tropa que de Portugal viesse ao Brasil, manda-a fundear fora da barra <sup>1</sup>. No dia seguinte, a força naval se adentra na Guanabara e, sem permissão de ancorar no porto, permanece junto à Fortaleza de Santa Cruz, para municiar-se de víveres e voltar o mais tardar até o dia 26. Na verdade, no dia 23, antecipando-se de três dias, deixa Maximiliano o Rio de Janeiro, desembarcando antes oitocentos e noventa e quatro oficiais inferiores e soldados, que optaram ficar ao serviço do príncipe. Permanece também a fragata real *Carolina*, que mais tarde, com o nome de *Paraguassu*, toma parte, incorporada à esquadra de lorde Cochrane, nas lutas da Independência, nas províncias da Bahia e do Maranhão.

“Achei que estas passagens eram úteis por dois princípios: o primeiro, porque fazia um bem ao Brasil recrutando soldados já feitos, que depois acabam lavradores; e o segundo porque mostrava que o ódio não é aos portugueses, mas a todos e quaisquer corpos regimentados que não sejam brasileiros, a fim de nos colonizarem” <sup>2</sup>.

Tendo imposto a sua vontade e livre dos importunos, já no dia 25, pela manhã, embarca d. Pedro, no incipiente cais de madeira de São Cristóvão, para a escalada da capital de Minas Gerais, cujo governo se negava a obedecer-lhe, dominando o arbítrio a Junta que se havia instalado em 21 de setembro. A retirada espontânea do seu presidente, o antigo capitão-general d. Manoel Portugal e Castro, e a ausência do vice-presidente, desembargador José Teixeira da Fonseca e Vasconcelos, ouvidor de Sabará, que viera ao Rio de Janeiro felicitar o príncipe regente em nome da Junta, deixara-a acéfala e sob a influência de dois de seus membros, o desembargador Manoel Inácio de Melo e Souza, depois barão de Pontal, e o secretário João José Lopes Ribeiro, que passaram a desmandar-se.

---

1. Carta de d. Pedro a d. João VI, de 11 de março de 1822.

2. Carta de 19 de maio.

A situação se complicava dia a dia. Eis que se armava verdadeira sublevação em outras comarcas, ludibriadas em seu direito de voto pela astúcia do Juiz de Fora, Cassiano Esperidião de Melo Matos, principal responsável pela insubmissão, que mandara antecipar de dez dias as eleições, ato acumpliciado do comandante das tropas, tenente coronel José Maria Pinto Peixoto, recompensado com a promoção ao posto de brigadeiro. Não se limitando somente a isso, os dominadores da junta demitem magistrados, anulam a pauta dos vereadores, alteram o valor da moeda, proibem pagamentos em notas do Rio de Janeiro e chegam até a criar uma Legião de Honra para honra e gáudio dos apaniguados. E, com tanta irregularidade acumulada, oficiam ao vice-presidente, ainda no Rio de Janeiro, pedindo-lhe o plano de reconhecimento do príncipe para o povo ser ouvido e a junta deliberar. Tudo faziam para demonstrar ignorar a legalidade da Regência e a subordinação às Cortes de Lisboa.

Nessas condições, uma solução imperativa e inadiável devia ser tomada, a fim de evitar-se a propagação da rebeldia. E, desse modo, entendeu d. Pedro, tratando logo de viajar para Minas Gerais, ocultando, no entanto, o objetivo no decreto que, informando afastar-se da capital, designava os ministros para despacharem os assuntos mais urgentes em sua ausência.

Embarca o príncipe regente, sem pompa nem aparato militar, mas com pequena comitiva, composta do desembargador da Casa de Suplicação do Rio de Janeiro, Estevão Ribeiro de Resende, depois marquês de Valença, do vice-presidente da Junta de Minas Gerais, desembargador Fonseca e Vasconcelos, de dois ajudantes de ordens, de José de Resende Costa, do padre Belchior Pinheiro, de um guarda-roupa, de um criado particular e de três soldados. Não desejava submeter pela força a província rebelde. E, em galeota, dirige-se ao fundo da baía da Guanabara, aproando para a foz do rio Estrela. Nele se adentra, passando ao largo do depósito de pólvora que havia sido levantado no morro do Calundu, hoje em ruínas, até encontrar o Inhomirim por onde navega em direção ao Porto da Estrela.

Antes da última curva, dentre as muitas em que coleia o Inhomirim, “o mais profundo e caudaloso da redondeza”, como informa o Almanaque de Laemert da época, divisa o futuro Imperador a capelinha de Nossa Senhora da Estrela que, do alto do cômodo, abençoava a região e ali fora erguida por Simão Botelho, irmão de Baltazar Botelho, natural da cidade de Salvador, como nos conta Frei Agostinho em 1722, que “... com tanta devoção fervia e amava aquela Senhora, que sobre lhe adornar a sua casa com toda a perfeição lhe deixou terras de cujos rendimentos se cuidasse muito do culto e serviço da senhora, e do aumento, e do adorno de sua Casa, pondo por obrigação aos que possuíssem aquelas terras, o encargo de sustentar, aumentar e adornar aquele Santuário, com todos os orna-



mentos e alfaias necessárias.” E continuava: “Está colocada esta Senhora no seu altar mor, como padroeira daquela Casa (figura 1), é de madeira esculpida e mostra muita majestade, tem sobre o braço esquerdo ao seu soberano Infante Jesus. Todos aqueles moradores daquele sítio têm muita grande devoção com aquela misericordiosa Senhora, e a elas recorrem em seus trabalhos, doenças e tribulações. Os mesmos que fabricam, e administram as fazendas da Senhora, e os vizinhos são os que lhe fazem a sua festividade. Mas não se nos declarou o dia em que lhe fazem; nela há muito concurso, porque todos desejam obrigar aquela piedosa Mãe dos pecadores”<sup>3</sup>.

Chegando ao porto, desembarca na praça, passando pelo cais de pedra, hoje em ruínas (figura 2), e salta na praça como a vira Burchell (figura 3) e da qual dissera Saint-Hilaire “desde que estou no Brasil ainda não vi lugar com tanta vida e animação”. Certamente dirige o olhar para a Virgem no outeiro e, montando a cavalo, segue para a estrada da serra o caminho mineiro, calçada pelo capitão Aureliano de Souza Coutinho e inspecionada em 1809 por d. João. Passa antes pela casa grande da fazenda da Cordoaria, de propriedade do capitão do Regimento de Milícias João Antônio da Silva Albernaz e que abrigara o rei (figura 4), atravessa as terras da fazenda da Mandioca e galga a serra, que pressa ele tinha de chegar à Vila Rica. Alcançando o alto, prossegue a viagem pelas margens do Piabanha, passando pelas fazendas do Tamarati (mapas 1 e 2), Samambaia (antiga Bassuambaia) e indo pernoitar na fazenda do padre Correia, lugar que logo o encanta. Segue depois até a atual localidade de Pedro do Rio, atravessa o arroio das Pedras e se dirige para Fagundes, Cebolas e Pedro Moreira, indo encontrar o antigo caminho de Garcia Rodrigues Pais às margens do Paraíba e depois do Paraibuna, registro de Paraibuna<sup>4</sup> e Matias Barbosa, onde nos respectivos quartéis dormiu a segunda e terceira noites (figura 5)<sup>5</sup>.

O futuro imperador, ao entrar em Minas, respeita a superstição popular, e, no alto do morro dos Arrependidos ou dos Medeiros<sup>6</sup>, paga, “com a inauguração, por suas próprias mãos, de uma leve cruz de caniço, o tributo a todo cristão que por esse lado entrasse pela primeira vez em Minas e que era observado escrupulosamente como o do batismo da linha aos que atravessam pela primeira vez a equinocial”.

Em rápida viagem triunfal, chega d. Pedro em Barbacena em primeiro de abril, onde a municipalidade lhe suplica esta-

3. SANTA MARIA, Frei Agostinho de. *Santuário Mariano*. Lisboa, 1733, v. 2, livro III, Til LI, p. 206-7.

4. Do Registro de Paraibuna foi diretor o avô do futuro duque de Caxias. Lá nasceu, em 27 de abril de 1782 d. Maria Cândida de Oliveira que, em 1801, se casou com o tenente Francisco de Lima e Silva, depois general e, em 1881, um dos regentes do Império. Na fazenda S. Paulo, em Taquara na região do futuro município da Estrela, nasceu em 25 de agosto de 1803 Luiz Alves de Lima e Silva, um dos três duques do Império, e batizado na igreja de Inhomirim. A fazenda pertencia a seu avô materno.

5. SOUSA Otávio Tarquínio de. *A vida de d. Pedro I*. José Olympio, 1972, v. I, p. 317.

6. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Melhoramentos, 1962, 3.<sup>a</sup> v., VI tomo, cap. V, 7.<sup>a</sup> ed., p. 111-2.

belecer na província um governo provisório, legal e constitucional, que prevenisse o espírito de divisão e a anarquia prestes a rebentar. Representações análogas lhe são feitas pelas demais vilas que ia visitando, e o recebiam com entusiasmo e como salvador. No dia 3, em São João d'El Rei, com festas, janelas cobertas com colchas e arcos de triunfo e, nela, escreve a José Bonifácio a carta de 6 de abril, na qual assim se expressa: “Meu José e amigo – Recebi a sua carta de 31 pp. e estimo tudo esteja sossegado; fez bem em praticar o que tem praticado relativo aos faladores, e digo mais, se for criado meu, nenhuma compaixão por ele. Levo o capitão comigo, mas debaixo do olho. Mande já já, de ordem minha, chamar o governador que foi de São Paulo, e assim ficaremos em paz e é já tempo de mostrar o dedo do Gigante. Não terei compaixão com nenhum e não farei despotismos, porque os aborreço muito. Agora, parto para Vila Rica, por São José e Queluz, sem me demorar em nenhuma dessas vilas”. Nesse mesmo dia seis, chega em São José (do Rio das Mortes), hoje Tiradentes, e, reconhecendo a necessidade de um secretário de estado, para referendar constitucionalmente seus atos, nomeia, por decreto dessa data, o desembargador Estevão Ribeiro de Resende, para servir interinamente, enquanto estivesse na província de Minas. A oito, passa por Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, e, finalmente, chega em Vila Rica, depois de vitoriosa e rápida viagem.

Contava d. Pedro com a adesão das milícias e a fidelidade das Câmaras para submeter a Junta, por bem ou por mal. No dia 7, chegaram em Capão do Lana dois membros do governo, para dar-lhe as boas-vindas; e, desse mesmo local, manda o príncipe prender o tenente coronel José Maria Pinto Peixoto, que logo se submete, comparecendo à sua presença. A 9, antes de entrar em Vila Rica, exige o reconhecimento total de sua autoridade, e assegura a paz e o sossego.

Não recebendo boas notícias da Capital, deixa a província a 21 e, no dia 25, passa, de regresso, pelo porto da Estrela tomando a galeota com destino à corte. Na travessia do rio Inhomirim, perde a carta que lhe enviara d. João, como em 26 de abril lhe informa: “Meu pai e meu senhor – Dou parte a vossa majestade que, tendo o governo de Minas Gerais querido mostrar-se superior a mim e às cortes, fui lá e mandei convocar os eleitores para elegerem outro. Ao chegar, fiz a seguinte fala: “Briosos mineiros: – Os ferros do despotismo começados a quebrar no dia 24 de agosto no Porto, rebentou, hoje, nesta província. Sois livres, sois constitucionais. Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente. Confio tudo em vós, confiai todos em mim. Não vos deixeis iludir por essas cabeças que só buscam a ruína da província e da nação em geral. Viva El Rei constitucional, viva a religião, viva a constituição, vivam todos os que forem honrados, vivam os mineiros em geral!” – Antes de lá

chegar, as vilas diferentes da estrada me fizeram as representações que remeto pelo secretário do reino. Não respondo a V. M. da casa de Manoel Pedro porque quando ontem vinha no rio Inhomirim a recebi e com a pressa me caiu no rio; peço a V. M. me faça a graça de a repetir, para eu fazer o que devo a bem da Nação, a quem sirvo com honra, amor e zelo. – Ontem cheguei em quatro dias e meio. Por cá vai tudo mui bem se lá formos considerados como irmãos, tanto para um como para outro hemisfério; mas se o não formos, ir-nos-á melhor a nós brasileiros que aos europeus malvados, que dizem uma coisa e têm outra no coração. – Deus Guarde Vossa Majestade, como todos os honrados portugueses, e mormente nós brasileiros, o havemos mister. – Sou de vossa majestade filho muito obediente e súdito muito fiel, que lhe beija a sua real mão, – Pedro – P. S. – Tenho a honra de remeter a proclamação que fiz à minha saída da província de Minas”<sup>7</sup>.

No dia 25, desembarca no Rio de Janeiro, no mesmo cais de São Cristóvão; e à noite, comparece ao teatro, a tempo de assistir à representação em homenagem ao aniversário de sua mãe, a rainha d. Carlota Joaquina. A surpresa é geral, porquanto todos o julgavam ainda em viagem. Ao aparecer na tribuna, foi d. Pedro delirantemente aclamado, e, no dia 30, o jornal *Revérbero* o estimulava, aconselhando-o a não desprezar a glória de ser o fundador do Império. Em quatro dias e meio, estafando cavalos, chegara ao Rio, viajando por estradas perigosas e mesmo debaixo de chuvas tropicais. Voltara eufórico com tudo que acontecera e inebriado do interior, que conhecera pela primeira vez.

Os acontecimentos se sucediam a passos largos; e os homens neles envolvidos por eles iam sendo conduzidos. Havia uma consciência geral de liberdade e independência; só a cegueira das Cortes de Lisboa alimentava a idéia estulta de recolonizar o Brasil. Foram elas, realmente, que, com a sua parvoíce, botaram fogo no lenho da independência. O tempo, porém, ia passando e todos os brasileiros se uniam para levar a frente a causa sagrada. As adesões se somavam, ao mesmo tempo que d. Pedro empreendia o casamento de sua filha Maria com d. Miguel. E, nesse sentido, escrevia a d. João, em 19 de junho de 1822: “... Peço a Vossa Majestade que deixe vir o mano Miguel para cá, seja como for, porque ele é aqui muito estimado, e os brasileiros o querem ao pé de mim, para me ajudar a servir ao Brasil e a seu tempo casar com a minha linda filha Maria; espero que Vossa Majestade lhe dê licença e lhe não queira cortar a sua fortuna futura, quando Vossa Majestade, como pai, deve por obrigação cristã contribuir com todas as suas forças para a felicidade de seus filhos. Vossa Majestade conhece

---

7. Cartas de d. Pedro a d. João VI relativas à Independência do Brasil, coligidas, copiadas e anotadas por Augusto Lima Júnior, Rio, 1941.

a razão; há de conceder-lhe a licença que eu e o Brasil tão encarecidamente pedimos pelo que há de mais sagrado”.

Por sua vez, d. Leopoldina, inquieta com os acontecimentos que se desenrolavam, escrevia ao imperador da Áustria, seu pai: “... Aqui tudo é confusão, por toda a parte dominam os princípios novos da afamada Liberdade e Independência...” – “Quando tudo andar mal e tomar a feição da revolução francesa, irei com meus filhos para a minha pátria, pois, quanto ao meu marido, estou convencida, a meu grande pesar, que a venda da cegueira não sairá dos olhos. Espero então que me dareis a colocação de diretora de mineralogia, que uma vez me prometestes por pilhéria ao jantar. E lá então, sossegada e contente, no meio dos meus queridos, viverei feliz, pois na pátria, junto dos parentes, se pode falar à vontade...”

E, em carta de 8 de agosto, dizia: “Querido papai. – Embora me haverdes aconselhado não expandir o meu coração e espírito afetuoso e verdadeiro, não posso, entretanto, furtar-me esta vez de tentar a sorte. – Depois de todas as notícias seguras da traidora mãe pátria européia, nada se resolveu, senão ficar sua majestade o rei em prisão dissimulada por ordem das Cortes. A nossa viagem à Europa torna-se impossível porque excitaria o nobre espírito do povo brasileiro; e seria a maior ingratidão e o mais grosseiro erro político se todos os nossos esforços não tendessem a garantirmos uma justa liberdade, consciente da força e grandiosidade desse belo e florescente Império. Ele que nunca se submeterá ao jugo da Europa, poderá, entretanto, com o tempo, ditar leis. Estou certa, meu digno pai, de que vós me desejais o que é bom e nobre, não deixareis de dar-nos auxílio do vosso poder e força nessa emergência”...

O tempo correu, a Independência foi proclamada em 7 de setembro, d. Pedro aclamado Imperador em 12 de outubro e sagrado na Capela Imperial em 1.º de dezembro. A Independência ainda não havia sido reconhecida; e, em 24 de julho de 1824, escrevia o imperador a d. João VI: “... O dever do filho e o amor que como homem consagro a V. Majestade, me instam a que, pondo de parte a coroa que sobre a minha cabeça foi colocada pela generosa nação brasileira, vá por este modo fazer constar a V. Majestade o desgosto que tive, quando soube dos desatinos do mano Miguel, e o quanto desaprovo o seu proceder; e se é verdade, segundo se diz, que ele fora traidor a V. Majestade, já de hoje em diante, deixa de ser meu irmão, pois um bom filho jamais pode amar traidores... – V. Majestade está enganado pelos seus ministros e conselheiros, que lhe dizem: ‘conquistou o Brasil’. Com estas palavras parece-lhe que lisonjeiam a V. Majestade, e cada vez mais vão precipitando em um pélogo de desgraças, umas após outras, assim como o seu reino. Vossa Majestade tem visto que o Brasil despedaçou todas as forças portuguesas que já teve dentro de si em diferentes pontos, que se poderiam ajudar mutuamente. Como,



**Figura 1.**

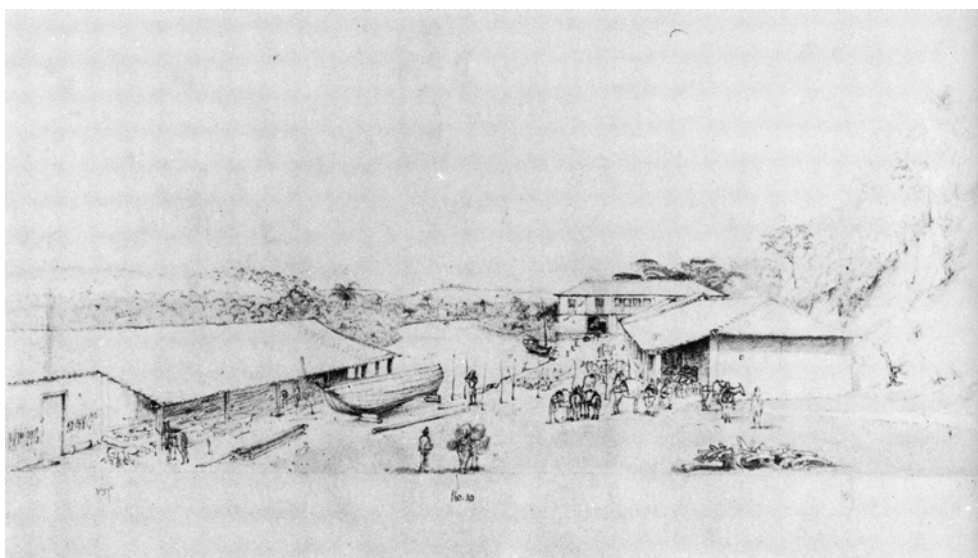
Imagem de N. Sra. da Estrela, orago da igreja do Porto da Estrela, que, hoje, se encontra na igreja da Vila de Inhomirim. (Pondé, O Porto da Estrela in Rev. IHGB).



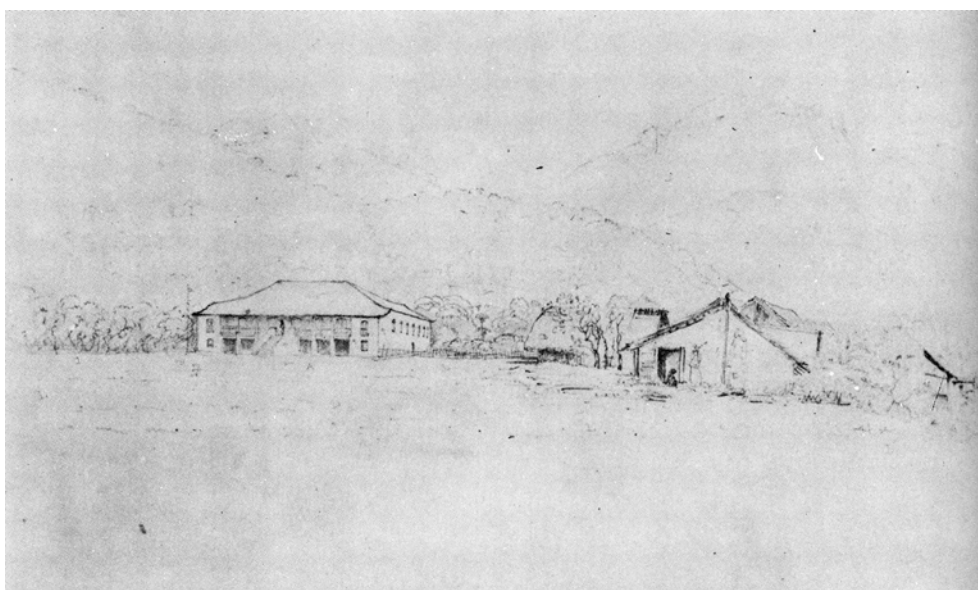
**Figura 2.**

Cais do antigo porto da Estrela. Situação em 1972.





**Figura 3.**  
O porto da Estrela. Desenho de William John Burchell, em 7 de setembro de 1825 (IHGB).

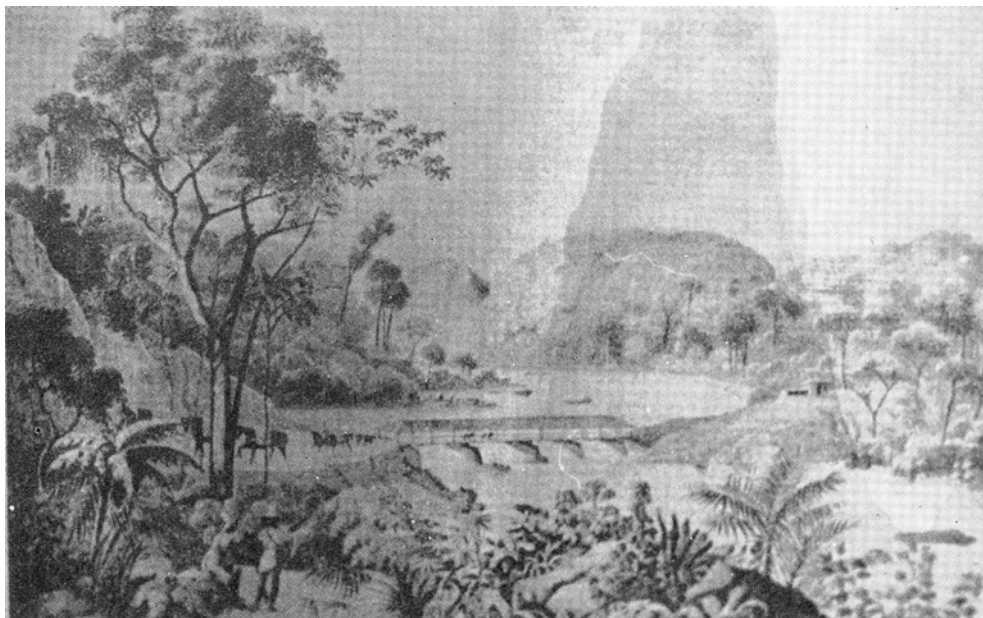


**Figura 4.**  
“Casa grande” da fazenda da Cordoaria, hoje sede da Fábrica de Pólvora da Estrela. Desenho de William John Burchell em 1825, in *On Journey From Porto da Estrela to Serra da Estrela*. Observe-se a escada reta depois substituída (IHGB). À esquerda da fotografia está a senzala.



**Mapa 1.**

Mapa do Caminho Novo de Minas desenhado por John Mawe in *Travel in the Interior of Brazil*, Londres, 1812, apud Lourenço Luis Lacombe in *Petropolis Cem Anos de Cidade*, 1937, p. 145. No caminho que avivamos, lê-se: as localidades de porto da Estrela, Piedade, "Feet of the Mountein", "Village", padre Correa, Zabolla, "Register of Paraibuna", "Register of Paraiba", Patrete "Register off Matt Barbosa", Juiz de Fora, Mantiguera, San Sebastian, Registro Velho, Barbazenas, Ressequinho, Gamma, Leuza, C. Branco, Capon e Villa Rica (ortografia do desenho).



**Figura 5.**

Ponte sobre o rio Paraibuna. Aquarela de Rugendas.



**Figura 6.**

Início da estrada de pedra calçada pelo cap. Aureliano, entre 1802 e 1809, na subida da serra da Estrela. Raiz da Serra, em terreno da Fábrica de Pólvora da Estrela. Situação em 1872. (Pondé, op. cit.).

**Figura 7.**

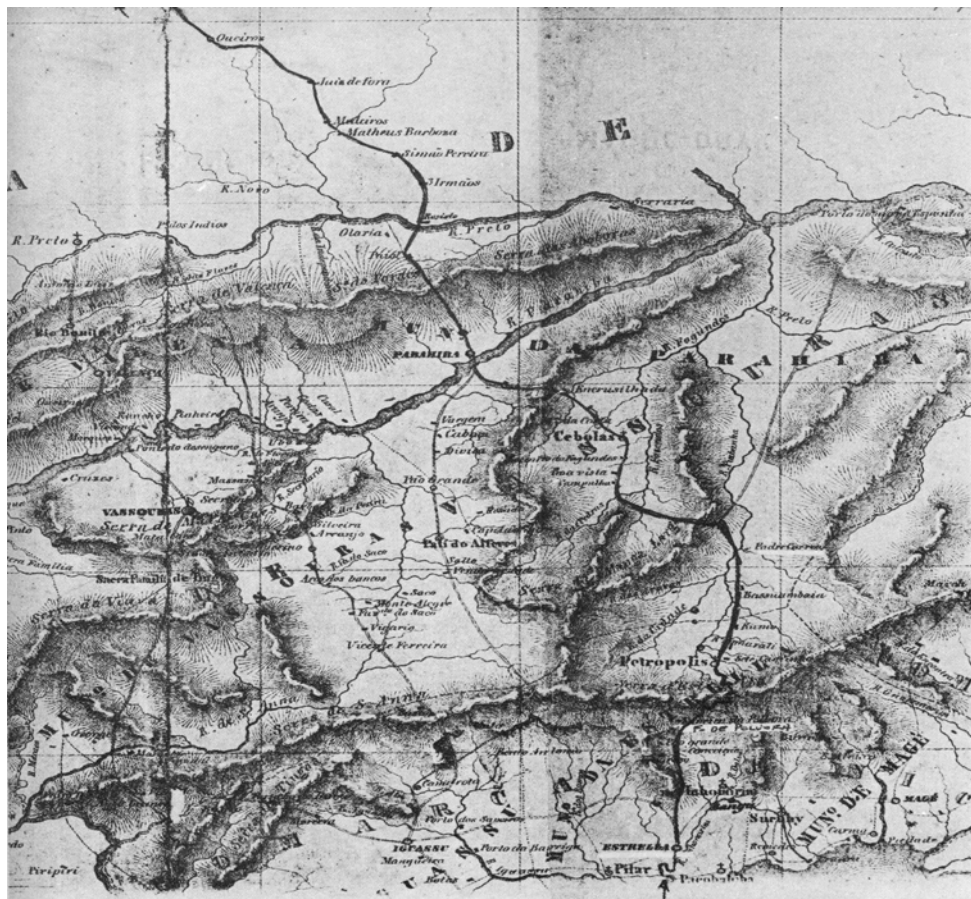
Fazenda do padre Correa, em 1817. Desenho atribuído a Friederich Sellow. Coleção da família do príncipe Maximiliano Zu Wied. Inst. Hist. de Comblenz apud O. Tarquínio de Sousa. *A vida de D. Pedro I.* Bibliex e J. Olímpio, tomo III, p. 24.



**Figura 8.**

Fazenda do padre Correa. Situação em 1972.





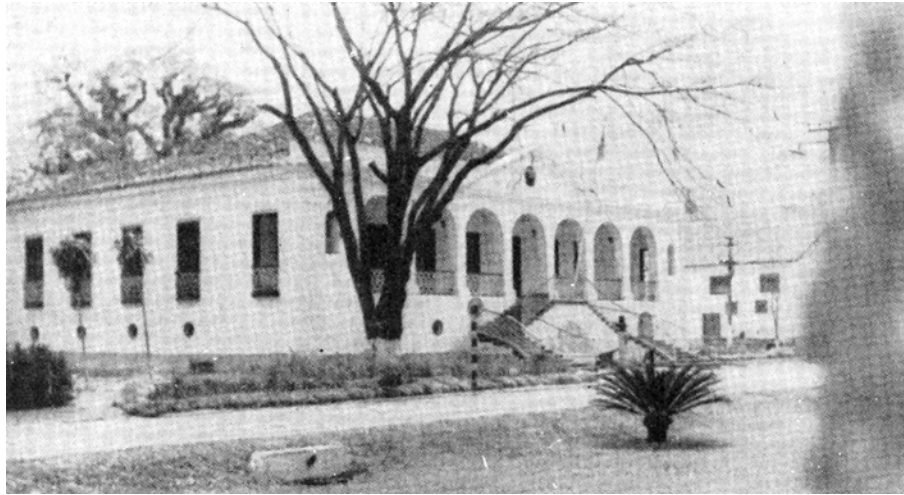
**Mapa 2.**

Trecho da carta topográfica e administrativa da província do Rio de Janeiro e do município neutro, apresentando pela primeira vez os novos município criados: Estrela, pelo visc. J. de Villiers de L'Isle-Adam, Rio, 1846 (IHGB). Em 1831, a Imperial Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas foi transferida para as fazendas da Cordoaria, da Mandioca e Velasco, situadas a duas léguas do porto da Estrela. A primeira foi adquirida em 1825; a segunda em 1826; e a terceira, em 1838.



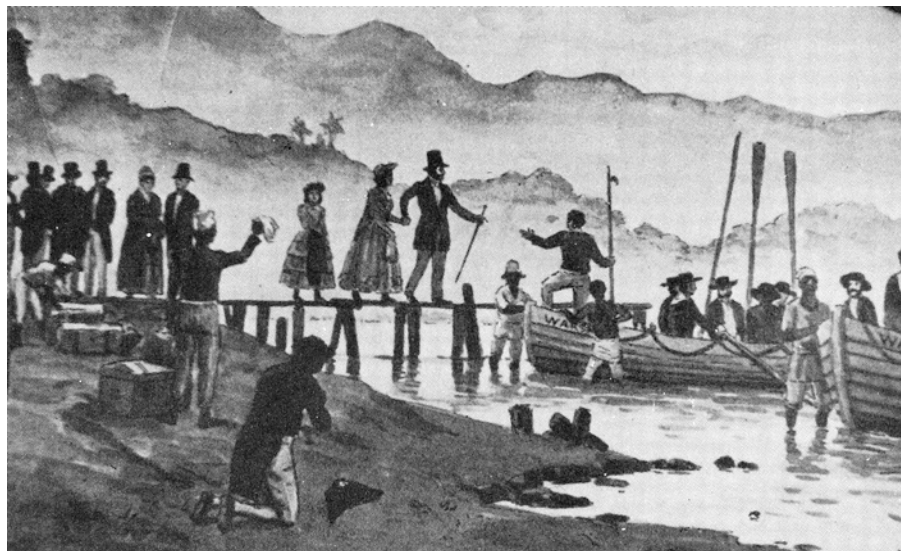
**Figura 9.**

Situação em 1972 da praça do porto da Estrela. Observe-se a ladeira calçada e, em cima, as ruínas da igreja, vendo-se, de frente, a sacristia; no fundo, o cemitério, e à esquerda da fachada, isolado, o campanário. Situação em 1972.



**Figura 10.**

Antiga Casa Grande da fazenda da Cordoaria (V. Fig. 4), sede da Fábrica de Pólvora da Estrela, desde 1831. Nota-se que a alteração da fachada foi muito pequena: o átrio cobrindo as telhas, a mudança da escada reta e o fechamento da parte inferior (porão). Nessa casa dormiram d. João VI, d. Pedro I e d. Leopoldina; d. Pedro I e d. Amélia; possivelmente, d. Pedro I e a marquesa de Santos; e d. Pedro II e d. Teresa Cristina com a família imperial (ala da direita). Situação em 1972.



**Figura 11.**

Embarque dos ex-imperadores d. Pedro e d. Amélia e da rainha d. Maria II, no cais de madeira de S. Cristóvão, quando deixaram o Brasil em 1831 (desenho imaginado por J. Washt, apud Pedro Calmon, História do Brasil).



44

J. H. J. a Senhora D.ª Paulas  
a Grand' D.ª Maria Deves

1833.

Quantidade de costuras e cabellós	4.000
Quantidade de ... ..	4.000
Summa christiana	8.000
	3.000
	4.000

Conde de ... ..  
D. Andrade

Grand' D.ª Maria Deves

Recebido em ... ..  
no ... ..  
de Janeiro 8 de Setembro  
de 1833.

Lobato

Antonio ... ..  
Deves

P. P. ... ..  
20 mil ... ..  
de Janeiro 9 de Setembro de 1833,  
D. Andrade.

P. P. ... .. 1833

DOCUMENTO I  
(Arquivo Nacional - Mordomia).

pois, introduzir-lhe outras novas sem apoio, e sem que tenham uma disciplina cega que não têm? – V. Majestade vê que o Brasil se tem engrandecido, enquanto Portugal se tem abatido, e V. Majestade desgraçadamente tem vivido sempre aflito, e rodeado de partidos, que se por ora não têm triunfado, contudo o têm posto em campo por diferentes vezes, e a vida de V. Majestade tem estado por momentos a ser findada debaixo das mãos de infames assassinos, vendidos, Deus sabe a quem.” E, mais adiante, aconselha a d. João a reconhecer a independência do Brasil: “... Reconhecendo V. Majestade a independência, o comércio toma alento, o lavrador já tem dinheiro com que mate a fome à sua família, o artista já trabalha; e com uma palavra, já tudo fica contente”... Referia-se d. Pedro às agitações resultantes da dissolução da Constituinte de 1823, aos preparativos de uma expedição portuguesa ao norte do Brasil e à conspiração Carlota Joaquina-d. Miguel.

Depois que d. Pedro se hospedou na Fazenda do Padre Correia, em 1822, lá voltou várias vezes, para fugir do calor do Rio de Janeiro e interiorizar-se. Assim, em 1824 e 1825, passou o imperador novamente pelo porto da Estrela, com d. Leopoldina, em busca de alívio para a saúde da princesa d. Paula, gravemente doente. Na última vez, até mandou reparar o calçamento da estrada da serra feito pelo cap. Aureliano e que o rei havia inspecionado (figura 6).

O “Caminho Novo” e a “Variante de Proença” eram muito percorridos pelos que se dirigiam para Minas e Goiás ou dessas províncias vinham, aportando em Estrela e desembarcando no Rio. Os viajantes ilustres que acompanharam d. Leopoldina e visitaram Minas no século XIX; as tropas de Antônio de Albuquerque que desceram em defesa do Rio, em 1711, na invasão de Duguay Trouin; os cargueiros com os “quintos reais” e o ouro de Minas; e todos os produtos daquelas províncias por eles passaram; e, assim, fez Tiradentes, e as partes do seu corpo esquartejado para serem posteados em cumprimento da sentença que lhe fora aplicada.

Em 1827, já viúvo, passa mais uma vez d. Pedro pelo porto; e, na fazenda do Padre Correia (figuras 7 e 8), novamente se encontra; e dessa vez com a marquesa de Santos e a duquesinha de Goiás, e de ambas dá notícias à sogra postixa: “Correia, 18 de março de 1827. Minha querida velha do meu coração<sup>8</sup>. Agradeço-lhe muito as lembranças que me manda na sua carta e eu mais sua filha muito sentimos o seu incômodo. A duquesa, sua amiga tem tido um grande defluxo de tosse, mas sem febre; hoje tomou um choque de poaia e está muito melhor. Todos nós vamos bem, e eu e mais a minha... (perdoe) marquesa e amiga do fundo da alma nos recomendamos muito saudosamente àquela que tanto nos merece, a ela por mãe, e a

---

8. D. Escolástica Bonifácia de Toledo Ribas, mãe da marquesa.

mim porque muito a estimo e lhe desejo muitas felicidades como quem é seu imperador”<sup>9</sup>.

O padre Correia havia falecido repentinamente em 19 de junho de 1824 em sua fazenda, em cuja capela fora armada a câmara ardente. Sucedeu-lhe na posse sua irmã d. Arcângela Joaquina da Silva, viúva do capitão Cunha Barbosa, já proprietária das terras de Olaria, na vizinhança, que se recusara estar presente enquanto em sua fazenda se hospedasse d. Domitila<sup>10</sup>.

Wash, que esteve em Correia, em 1828, informa que à sombra de secular figueira que existia na frente da casa, avistou nas janelas “uma senhora e algumas crianças, tendo-lhes feito um cerimonioso cumprimento ao que foi correspondido. Informaram-lhe então tratar-se da família do Imperador, cuja filha a princesa Paula, para lá havia sido mandada para recuperar a saúde abalada por uma infecção crônica de fígado. Tendo permanecido alguns meses nesse maravilhoso e salubre lugar, voltou para o Rio completamente curada”. Aduz ainda que o Imperador era esperado a qualquer momento para visitar a família.

E o barão de Mareschal escreve a Metternich, a 13 de dezembro de 1828: “Je me rendais le 11 à la Quinta de St. Christophe pour faire ma cour à Sa Majesté et à ses augustes enfants, avant leur départ pour les montagnes, lequel était fixé pour le 12”. Mareschal passou o Natal em Correia e, na volta, escreveu a seu governo: “Mon Prince. Le départ du paquebot ayant été retardé jusqu’au 30; je suis à même de rendre comte à V. Altesse de l’excursion que nous avons faite à la Serra dos Organos avec Sa Majesté l’Empereur. Nous partimes le 23, et après avoir traversé la baie dans la barque à vapeur, nous fûmes passer la nuit dans un lieu ou l’on forme un établissement pour la fabrication de la poudre<sup>11</sup>. Le 24 nous montâmes la Serra, et arrivâmes de borne heure à l’établissent ou se trouvent les enfants de Sa Majesté. Je ne trouvai point la santé de madame la Princesse donna Paula aussi bonne qu’il serait à désiré; un accès de fièvre ayant retardé les progrès de son rtablissement; celle du Prince Impérial est parfaite... Nous passames dans ce lieu le 24, 25 et 26 et revimes ici le 27. Les ministres de la guerre et de l’intérieur avaient accompagné Sa Majesté; ceux de la justice, des finances et de la marine, qui étaient arrivé le 26, revinrent avec ce Prince. Pendant ces trois jours, ou l’Empéreur de sortit guère le a maison que vem le soir pour pécher...<sup>12</sup>

No ano seguinte, voltou d. Pedro à Correia, e, como é óbvio, passou pelo porto, em fevereiro de 1829, como anotou Strangford

---

9. Col. do embaixador Caio de Melo Franco, apud Tarquínio de Sousa, op. cit., p. 252.

10. LACOMBE, Lourenço Luís. Op. cit. p. 41.

11. A fábrica de pólvora da Lagoa de Rodrigo de Freitas havia sido transferida para as fazendas Cordoaria, Velasco e da Mandioca: essa última pertenceu ao cônsul russo barão de Langsdorf.

12. Documento do Museu Imperial, apud L. L. Lacombe, op. cit., p. 42.

“during a short excursion which the state of my health obliged me to make to the Serra dos Orgãos”.

D. Pedro casa-se, em segundas núpcias, com a princesa bávara d. Amélia de Leuchtenberg, que desembarcara no Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1829, com a rainha d. Maria, sua enteada, futura cunhada e a segunda desse nome em Portugal. No dia seguinte, realiza-se o casamento religioso com toda a pompa; o tempo, porém, não fora favorável, e chovia copiosamente; as colchas colocadas nas janelas das casas se encharcavam e as bandeirolas e arcos de triunfo enfeitando as ruas e praças se descoravam, corridas em água que caía. À noite, as velas das sacadas se apagavam e os lampiões de azeite de peixe davam a luz mais mortiça que podiam. O casal imperial se sentia feliz e o imperador da noiva se apaixonara à primeira vista e, em sua honra, criara a Ordem da Rosa – a mais bonita do Império.

Dois meses depois de casados, os imperadores embarcam para a fazenda do Padre Correia, para levar d. Paula, novamente enferma; e desembarcam no porto da Estrela. No alto da serra da Estrela a nova imperatriz logo se entusiasma pela temperatura amena. O local era inebriante; e d. Pedro bem o conhecia; e assim foi fácil induzi-lo a adquiri-la, o que não foi possível por ter alegado d. Arcângela ter a família assumido o compromisso de não deixar passar a mãos estranhas a propriedade tradicional. Adquire, então, d. Pedro a fazenda do Córrego Seco, ao sargento mor José Vieira Afonso, por vinte contos de réis, cuja escritura de compra foi assinada a 6 de fevereiro de 1830 na “fazenda do Correia, no alto da Serra, onde eu, tabelião fui chamado, por ordem de sua majestade imperial, conforme consta no documento”<sup>13</sup>, noticiando o *Jornal do Comércio*, de vinte e seis de fevereiro de 1830: “Sabemos que S. M. o Imperador tem passado otimamente em sua fazenda da serra, e, achando-se inteiramente estabelecido, voltará para a capital nos fins do presente mês”. Em carta de treze de janeiro de mil oitocentos e trinta, dissera d. Pedro à Barbacena: “Eu cheguei no mesmo dia às 6 ½ debaixo de uma trovoada que nos apanhou na serra, mas nem me fez mal algum, nem à imperatriz, nem ao príncipe. Meus filhos estão bons. Ontem o termômetro esteve em 74, hoje em 78. Já comprei o Córrego Seco por 20.000\$000”.

Depois o imperador ampliou a propriedade, adquirindo outras terras: a do Alto da Serra, a Antônio Correia Maia; e o sítio e casas de Vicente Ferreira da Cunha (maio de 1830) por 400\$000. A fazenda deu d. Pedro o nome de Imperial Fazenda da Concórdia e o projeto da casa confiou-o ao arquiteto Pedro José Pezerat, que já projetara as reformas do Paço de São Cristóvão, para receber d. Amélia.

---

13. LACOMBE, Lourenço Luís. Op. cit., p. 42.

D. Pedro e toda a família permaneceram na fazenda do Correia até fins de fevereiro de 1830 e os ministros subiam a serra para despachar. Na véspera de um dos despachos de Barbacena, escreve-lhe o imperador: “Meu Barbacena. Desejo-lhe muita saúde e a toda a sua família. Eu, a imperatriz, os dois príncipes e Paula todos bons. Como seu amigo agora lhe escrevo a dizer-lhe que agora não se incomode quanto a transporte de terra, pois no porto da Estrela achará o meu carro na sexta de manhã, às 10 horas, pois é a hora a que poderá estar a barra, e na Fábrica achará mula e cavalo para seguir no que mais conta lhe fizer. Tenho saúde, união e olho vivo. Seu amo e amigo – Pedro. Serra de Correia, 16 de fevereiro de 1830.”

Em 29 de dezembro de 1830, d. Pedro I empreende a sua segunda viagem à província de Minas partindo pelas 8 da manhã, acompanhado por d. Amélia e uma comitiva de dezesseis pessoas.

O tempo passara rápido; e ele não se apercebera da procela que se avolumara; e, em Minas, uma das mais importantes e populosas do Império, o descontentamento com o Imperador era mais forte que no Rio de Janeiro, em virtude da aprovação do código criminal, recomendado pelo imperador, e da desconfiança com a existência do ministério secreto, que, além de ostensivo, era inconstitucional. Em São Paulo, a isso se somava o regozijo do povo, que percorria a cidade em passeata, pelas notícias chegadas da última revolução na França.

Esse procedimento popular irritara bastante o ouvidor que por isso prendeu e processou alguns jovens que faziam parte do movimento, sob protesto de ser a reunião tumultuosa e revolucionária. Logo depois era assassinado o jornalista e médico italiano Libero Badaró, que em seu jornal *O Observador Constitucional* tomara a defesa dos processados e presos. A morte de Badaró aglomerou os liberais que, ressentidos, se manifestaram em linguagem violenta e áspera. Na verdade, comenta Armitage, nem os esforços sediosos de alguns jornais, nem as irregularidades da vida privada de d. Pedro eram a causa principal da sua impopularidade em todo o Império. Além da má administração do Gabinete, “era nunca ter ele sabido ser o Homem do seu povo, nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro.” Na época da Independência, soube com suas atitudes heróicas polarizar o entusiasmo e o amor do povo; mas, depois, o emprego que fez de forças estrangeiras, as condições do Tratado de Paz de agosto de 1825, a contínua ingerência nos negócios de Portugal, a instituição do gabinete secreto, a nomeação de portugueses naturalizados para os mais altos empregos do estado, com a suposta exclusão dos brasileiros natos, haviam levado o povo a desconfiar que o monarca era ainda português de coração.

D. Pedro considerou medida de salvação visitar Minas Gerais, como fizera em 1822. Assim, partiu para reprimir com a



sua presença o desenvolvimento da idéia federativa e obter a reeleição do deputado Maia, nomeado ministro do Império (Mapa 2).

As primeiras etapas da viagem foram feitas através de sítios e passagens que lhe eram familiares, como o desembarque no porto da Estrela (figura 9), a parada na fábrica da pólvora (figura 10), antiga casa grande da fazenda de Cordoaria, a subida da serra e a chegada à fazenda do Padre Correia, depois da passagem pela do Córrego Seco, de propriedade imperial.

Pernoita o imperador na fazenda do Secretário, e, como era do seu temperamento, não sossega, e fiscaliza o registro de Paraibuna (Mapa 1), ordenando “a colocação de um formulário para a continuação das vendas e corrigindo outros abusos e irregularidades”...<sup>14</sup>

Pára em todo o canto, inspeciona e se interessa por tudo e só a 22 de fevereiro chega a Ouro Preto; e, lá, mal permanece apenas dois dias.

D. Pedro que devia chegar ao Rio no dia 17 de março antecipa a chegada para o dia 11. O imperador esperava sentir o entusiasmo que a sua presença causaria, a amizade e a cooperação do povo, que lhe ajudariam a vencer a onda do descontentamento reinante.

A viagem foi noticiada pelo *Diário Fluminense* de 30 de dezembro: “Ontem, 29 do corrente, Suas Majestades Imperiais embarcaram no cais de São Cristóvão, pelas 8 horas da manhã, para o porto da Estrela sendo acompanhados desde o Paço da Boa Vista até o lugar do embarque por muitas pessoas, que se haviam ajuntado para lhes beijarem as mãos nesta despedida. Os ex<sup>mos</sup>. srs. ministros e algumas pessoas mais os seguiram ainda no mar, no escaler do ministro da Marinha, até que Sua Majestade o Imperador houve por bem de os dispensar, mandando que se retirassem...”

A situação, contudo, era diferente; o povo se havia desencantado, e nuvens negras toldavam o céu da esperança que, na primeira vez, lhe parecera tão confiante. O desprezo e o receio reinavam em toda a parte. O ministro Maia perde a eleição e a mesma comitiva regressa com os monarcas, passando por Estrela; e triste e sucumbido voltou o imperador. D. João já não mais existia e d. Pedro não tinha mais com quem abrir o coração, como em 1822. Não podia mais reiniciar a correspondência interrompida.

Numa última tentativa, proclama aos mineiros em 22 de fevereiro de 1831: “Mineiros. É esta a segunda vez que tenho o prazer de me achar entre vós. É esta a segunda vez que o amor que consagro ao Brasil aqui me conduz”. Mas o povo acreditava que o seu coração palpitava em Portugal, e os acontecimentos se precipitaram, o rancor e a desconfiança cresceram, e o 7 de abril encerrou o primeiro reinado (figura 11).

---

14. SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. cit., p. 78.

Dois anos depois, quando já estavam na Europa os ex-imperadores, morre a princesa d. Paula. Nasceu a 17 de fevereiro de 1823.

O acontecimento foi comunicado à ex-imperatriz por carta do imperador ainda menino e de suas irmãs d. Januária e d. Francisca: “Querida e boníssima mamãe. É com o coração profundamente aflito que vimos participar a V. M. I. a mais triste notícia que ela possa temer: a nossa querida irmã, a muito amada Paula, não vive mais!!! A 16 deste mês, prouve a Deus chamá-la junto dele... Não tentaremos exprimir a V. M. a mágoa porque tivemos de passar; seu coração materno fará justa idéia da nossa dor. Queira a Providência não agravar ainda mais suas decisões quanto à nossa família! Que o nosso querido pai e vós, boa mamãe, cedo estejam reunidos e felizes, isto será o maior consolo de seus filhos mais afeiçoados. (a) Pedro, Januária, Francisca, 23 de Janeiro de 1833”.

Um mês após o falecimento, houve missa de trigésimo dia, de acordo com a pragmática, como nos informa o aviso de 16 de fevereiro de 1833, do ministro da Guerra, Antero José Ferreira de Brito, ao diretor do Arsenal de Guerra da corte, major José de Vasconcelos Menezes de Drumond: “No dia 18 do corrente mês, V. Mce. mandará entregar, a ordem do comandante das armas da corte, um parque com o cartuchame necessário para as salvas, de 21 tiros por peça, para se colocar no largo do paço, ao tempo da Missa Pontifical que se há de celebrar na Imperial Capela, em exéquias da sereníssima princesa d. Paula Mariana.”<sup>15</sup>

No dia 25 de setembro do mesmo ano mandava o dr. José Bonifácio de Andrada e Silva pagar as últimas despesas feitas em vida pela princesa d. Paula. A conta fora enviada pela condessa de Itapagibe:

“O Tesouro da Casa Imperial pague ao cabeleireiro Gerar & Desmourain a quantia de onze mil réis, importância de um chicotinho que vendeu a falecida sra. princesa d. Paula, e de cortar o cabelo da mesma sra. nos meses de setembro e dezembro de 1831; cuja quantia se levará em conta de Sua Majestade o Imperador, por estar já encerrada a da dita sra. princesa. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1833. Eu Antônio Gomes Alves Moledo, secretário a fiz escrever. (a) Dr. José Bonifácio de Andrada e s<sup>a</sup>.”<sup>16</sup>

A conta correspondia a: um corte de cabelo em setembro a 4\$000, um corte de cabelo em dezembro a 4\$000 e a um chicotinho no valor de 3\$000, somando tudo 11\$000, conforme se vê no documento 1.

---

15. Códice do Arsenal de Guerra da Corte. Arquivo Nacional.

16. Arquivo Nacional. Seção Histórica – Mordomia.

**A POSIÇÃO  
DOS ESTADOS UNIDOS  
E A INDEPENDÊNCIA  
BRASILEIRA**

---

*Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright*



Quem se interessa pelo tipo de abordagem usada em História Comparativa, e tem o propósito de examinar certos ângulos menos explorados do nosso processo de Independência, por certo encontrará nos Estados Unidos um importantíssimo ponto de referência.

Além de intuitivo, um tal proceder estaria também rigorosamente situado na metodologia histórica tradicionalmente consagrada, levando-se em consideração a óbvia conotação entre a descolonização brasileira e o exemplo vivo daquela que foi a primeira nação a emancipar-se no Novo Continente. Mais do que este papel de simples exemplo, que todavia poderia fazer estático ainda que fosse impressionante, o modelo norte-americano projetava-se nos horizontes políticos do final do século XVIII, combinando Federação e República, como solução para organizar politicamente uma área geográfica do novo mundo onde não havia maiores entraves à experimentação de ideais consagrados pela Ilustração. Em outras palavras, buscava soluções. Obviamente tais acontecimentos atraíam as atenções da Europa e do Mundo em dimensão de experiência válida para todo o gênero humano.

A mentalidade Ilustrada europeia já se apresentava naquele momento irrefutavelmente impregnada dos princípios incisivos da ciência newtoniana, influência, aliás, bastante nítida no próprio Voltaire, e aparente especialmente em suas famosíssimas *Lettres d'Angleterre*. A precisão e a clareza de idéias, atributos daquela influência na sua contribuição para a Ilustração francesa, constituíram, já de si, incentivos para que os ilustrados buscassem examinar exemplos práticos das idéias dos filósofos.

Eis por que houve grande interesse pelo exemplo norte-americano, evidente tanto em trabalhos como o de Condorcet, que escreveu sobre a influência da Revolução Americana na Europa, como em comportamentos semelhantes ao de Brissot, que analisou as constituições e leis americanas, chegando mesmo a viajar para aquele país mais de uma vez. Fatos e atitudes como estas denotam a existência de um verdadeiro trânsito de idéias e experiências entre a França pré-revolucionária e revolucionária e os Estados Unidos <sup>1</sup>.

---

1. A este respeito é importante ver os trabalhos de: PALMER, Robert R. *The Age of Democratic Revolution*, 2 v., Princeton, 1969 e 1964.

O comércio de idéias entre Europa e América do Norte estaria assim indelevelmente associado tanto ao processo de descolonização, sendo o primeiro ato revolucionário Americano a independência dos Estados Unidos, como também à própria Ilustração em termos de realização europeia, e mais particularmente francesa.

Isso é tanto mais verdade quando se admite que a Ilustração caracterizou-se, sobretudo, por uma grande revolução no modo de pensar que se generalizou mais marcadamente em fins do século XVIII e que se compôs da intenção de idéias e acontecimentos. Idéias que transitavam em múltiplas direções, e acontecimentos cujo impacto seguia, naturalmente, roteiro semelhante. Com muita propriedade lembra Peter Gay<sup>2</sup> como a matéria-prima do Enlightenment foi o triunfo da ciência newtoniana, fato ao qual se juntou o advento de melhorias revolucionárias nas técnicas agrícolas e industriais, além de um visível desgaste no tipo de fervor religioso anteriormente prevalente, cujo resultado foi uma aproximação cada vez maior no sentido de uma religião razoável e de uma atitude cada vez mais audaz no espírito crítico.

A procura de um contexto de comportamento ilustrado que se apresentaria a partir do impulso provocado por qualquer uma dessas “matérias-primas” (ou por todas elas), quer nos Estados Unidos como no Brasil, implicaria em aceitar, de início, que esse pragmatismo emanado da influência ideológica da Ilustração europeia estava bem representado na Ação Revolucionária norte-americana, sendo até agora atribuído aos Estados Unidos, como bem observa Peter Gay, verdadeiro monopólio dessa característica prática da Ilustração.

Ainda segundo o mesmo autor, o pragmatismo que em geral tanto se aponta nos norte-americanos derivou de hábitos de leitura comuns também aos *philosophes*, e dentre estes hábitos destaca-se a repetida preferência pelos clássicos romanos. Cícero é por eles constantemente citado como o modelo mais perfeito de estadista, filósofo e político. Continuando em sua argumentação, aduz que a valorização do pragmatismo entre os americanos beneficiou-se de um aprendizado dos métodos para melhor atacar a metafísica, e que tal aprendizado fez-se a partir de moldes iniciados pelos europeus Newton e Locke, justificados pelos igualmente europeus Hume e Condilac e popularizados por Voltaire e D’Alembert.

Não sendo os únicos a verem as coisas com objetividade, os norte-americanos desfrutaram de uma experiência que incluiu uma vitória contra um setor bastante expressivo da velha ordem, igual e mordazmente atacada tanto por Voltaire como por Franklin ou Jefferson. Quanto aos otimismo exagerados do sonho americano há nos Estados Unidos críticos cáusticos, como

---

2. GAY, Peter. *The Enlightenment: An Interpretation*, Columbia, 1966.

John Adams, que reduziram às devidas proporções tais utopias. É bem possível que sua atitude fosse uma reação ao fato de que a experiência americana, em dado momento, tenha sido identificada na Europa como uma espécie de testagem prévia para um futuro de perfeição e felicidade, bênçãos que chegariam até o homem através do progresso nas ciências naturais e sociais, assim como através de melhoria dramática no seu padrão de vida material. São esses os argumentos defendidos por Condorcet no seu *Essay on the Progress of the Human Mind* (1793-4) e que no fundo são subjacentes em Jefferson, o perfeccionista, ou em Franklin, o realista de Poor Richard. A massa dos americanos, no entanto, mesmo a que aplaude e lê avidamente o Almanaque do Poor Richard, caçoa de Condorcet. Porém, se muitos desses americanos conhecessem os escritos particulares de Franklin, saberiam que este também fazia as suas profecias, como uma espécie de precursor, brilhante por sinal, da futurologia em seu tempo. Em carta dirigida a Priestley (1780) Franklin previu que um dia o homem subtrairia grandes massas à força da gravidade para fins de transportes e também que os progressos na agricultura levariam à duplicação da produção com a redução do trabalho pela metade, não se esquecendo de mencionar ainda o prolongamento da vida a padrões antediluvianos. Disso conclui-se que o utópico francês não era tão simplório e que o homem prático americano, inventor do fogão e do pára-raios, não era tão totalmente destituído de fantásticos rasgos de imaginação, frutos de utópicas aspirações.

É sabido como o intransigente Jefferson, que havia inicialmente incluído na redação do texto da Declaração da Independência um parágrafo contrário ao tráfico de escravos, argumento baseado nos direitos naturais do homem, foi obrigado a curvar-se e acatar a supressão de sua sugestão pelo Congresso repleto de proprietários de escravos.

Em atitudes como até agora descritas, depreende-se uma flexibilidade sagaz, tanto das opiniões como do comportamento, que, refletida na atuação e liderança dos homens, revela a importante característica de comportamento Ilustrado que se nutre na interação de idéias, sugestões e ações. Por conseguinte, é fácil depreender por que não se detém os elaboradores da nossa ou da Independência americana em exagerado zelo na procura da singularidade de uma nítida identidade nacional em matéria de inspiração de busca de padrões e concepções. No Congresso americano são freqüentes as afirmações de que a melhor constituição criada pelo homem teria sido a inglesa e, por sua vez, Jefferson é freqüentemente acusado por John Adams de inspirar-se na filosofia francesa. Na realidade os ingleses Bacon, Locke e Newton são a trindade máxima respeitada por Adams. Trindade que por sua vez era também altamente conceituada, quer em Voltaire, como em Hume ou D'Alembert. Leituras cuja presença é fácil sentir em José Bonifácio, por exem-

plo, em quem haveriam de concorrer para a crença na utilidade do “comércio de idéias e conceitos”<sup>3</sup>.

A ausência de definições estanques quanto ao que era de origem européia e o que era nitidamente americano no intelecto dos que viviam a conjuntura da Independência no Novo Mundo, induziu os escritores menores ao plágio mais desenfreado e, pelo visto, até mesmo os maiores usaram aproximadamente desse mesmo sistema de empréstimo de idéias a julgar-se pelas acusações que a este respeito são bastante freqüentes, a começar pelo texto da Declaração da Independência norte-americana que foi alvo de acusações de plágio quanto à forma e quanto às idéias. O segundo Tratado Sobre o Governo, de Locke, e o Contrato Social, de Rousseau, são apontados como as fontes mais usadas em tais circunstâncias. Precisamente em julho de 1822 John Adams, decerto querendo espanar o brilho da participação de Jefferson na redação do documento, declarava que neste último não havia “uma única idéia que não se tivesse tornado banal ao Congresso durante os dois anos precedentes”<sup>4</sup>. Nesta acusação de Adams está o ponto nevrálgico da questão. Uma questão que esclarece pontos comuns aos Estados Unidos e ao Brasil na conjuntura de suas respectivas independências.

“Não importa a origem das idéias”, retrucava Jefferson escrevendo a Lee em 1825<sup>5</sup>. “Nem é tão essencial descobrir novos princípios ou novos argumentos dos quais ninguém se lembrou anteriormente... mas colocar perante os homens o senso comum da questão, em termos claros e firmes que lhes merecessem o assentimento sem intentar fazer cópia de qualquer escrito anterior, destinava-se (a Declaração) a ser a expressão do espírito americano”<sup>6</sup>. E o era na medida em que tanto a lógica das atitudes como do comportamento ilustrado nos Estados Unidos, como no Brasil, pareciam seguir caminho absolutamente singular em relação ao que ocorria na Europa, e na realidade criava novas formas de comportamento humano que seus próprios autores por vezes rotularam de americanismo. A Jefferson parece que pouco se lhe dava a acusação de plagiar idéias. Importava-lhe justificar os atos oriundos do senso comum das coisas, tal qual elas se passavam no Novo Mundo.

Teria de certo essa lógica diferente se tornado aparente à princesa que, em janeiro de 1822, a propósito do Fico, no Brasil, explicava candidamente como o país seria administrado de maneira semelhante à dos Estados Unidos e informava que os ministros seriam substituídos por “brasileiros capazes”, o que valeria dizer expoentes da elite ilustrada que participou da Independência. José Bonifácio de Andrada e Silva, tão expressivo representante desta casta de brasileiros, nosso primeiro minis-

---

3. Otávio Tarquínio de Sousa examina com detalhes este aspecto da personalidade e idéias do “Patriarca” em: *José Bonifácio 1763-1838*. Rio de Janeiro, 1945.

4. ADAMS, J. *Writings II*, 152.

5. JEFFERSON, T. *Works*, ed. 1869, 404.

6. JEFFERSON, T. *id.*, 407.



tro dos Negócios Estrangeiros, mostrava por sua vez a sensibilidade aguçada para um americanismo que se mostra flexível e esclarecido quando analisado sob o prisma aqui apresentado.

As instruções diplomáticas da lavra de José Bonifácio, juntamente com seus famosos projetos à Assembléia Constituinte, seus memoriais ou suas cartas, são testemunhos irrefutáveis de que há no seu comportamento inúmeros pontos de contato com o de Thomas Jefferson, além da conhecida teimosia de ambos. Teimosia até irascível que, no entanto, se detinha na realidade americana, preocupação de primeiro plano, ao que parece, na mente de ambos. O projeto de Bonifácio sobre *A Escravatura e Apontamentos para a Civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*; representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823 e posteriormente retirado por seu autor, tal qual o fizera Jefferson com seu famoso parágrafo sobre o tráfico de escravos retirado da Declaração. O projeto de José Bonifácio é vazado em linguagem tipicamente ilustrada, e nele a preocupação com a “felicidade do homem” mostra clara semelhança com escritos congêneres dos Estados Unidos em seu processo de Independência.

Além disso, o que parece ainda mais significativo, há similaridade no comportamento desses homens que usam linguagem ilustrada e agem de acordo com o bom senso, em função das solicitações do ambiente do Novo Mundo.

Criando possíveis “distorções”, normalmente apontadas pelos que as analisam à posteriori, ficou esclarecido que comportamentos dessa natureza poderiam até incluir o aproveitamento de estímulos oriundos das leituras de outros trabalhos, sem a preocupação da novidade, mesmo porque o que se fazia – a Independência – esta é que era a grande novidade. Primeiro nos Estados Unidos, depois em outras áreas do Novo Mundo, entre as quais o Brasil.

O próprio príncipe que se vê à frente dos acontecimentos brasileiros capta o impulso no sentido da separação final e neste o estímulo identifica o senso comum das coisas no Brasil é mister considerar o direito à felicidade como direito sagrado do homem e, por conseguinte, preocupa-o esclarecer que o leva em conta diante dos brasileiros.

Os conservadores que, entre nós, naquele momento, desejavam que o príncipe permanecesse à frente da nação voltam-se então mais claramente para o modelo político norte-americano precisamente porque lhes atrai a fórmula em que prevalece a ordem newtoniana com o centro do Império, como um fulcro de poder, em torno do qual se aglutinariam as províncias, astros gravitando em torno do sol – como no universo equilibrado de Newton. Os extremistas parecem favorecer a república à maneira francesa. Conclui-se por uma solução, intermediária, sobretudo prática como é sabido.

Vê-se portanto, que, embora muito bem representado na ação revolucionária norte-americana, o caráter prático apontado comumente nas manifestações da Ilustração nos Estados Unidos não constituiu seu monopólio. Ele se apresentou também na Europa e, sobretudo, em matéria de comportamento ilustrado apresentou-se em outras áreas americanas tais como no Brasil.

Este comportamento ilustrado, quando engajado em processos revolucionários no Novo Mundo, redimensiona atitudes e esquemas tanto aqui como lá, sem maiores preocupações quanto ao ineditismo ou no tocante à origem das idéias postas em ação. Eis por que a procura da identificação de uma influência americana na Independência do Brasil seja de ordem puramente espiritual ou material parece-nos menos essencial do que a análise mais atenta de tendências para elas, semelhantes e até mesmo divergentes, no processo da elaboração da libertação dessas respectivas nações. Dessa análise comparativa talvez surjam elementos achados valiosos e quiçá algumas contribuições válidas possam ser adicionadas ao estudo de nossa Independência.

**EXPEDIÇÕES  
CIENTÍFICAS  
NO PRIMEIRO REINADO**

---

*Luiz Emídio de Melo Fº*



Balizado no tempo, pelas datas de 7 de setembro de 1822 e 7 de abril de 1831, o I Reinado não poderia ser considerado, do ponto de vista da exploração científica de nosso país isoladamente. Pelo contrário, ele se conceitua como um período encadeado entre antecedentes e conseqüentes. Dos primeiros, todas as mudanças que precederam à separação do Brasil de Portugal e à declaração de nossa independência política vieram facilitar a exploração científica do imenso território do Império e possibilitar a penetração de sábios da época, já então fascinados pelo esplendor do mundo tropical, fascínio esse que persiste até o presente e é documentado pela contínua visita de pesquisadores, oriundos dos mais avançados centros científicos do mundo e das mais diversificadas especialidades. Dos conseqüentes, tudo que foi divulgado como resultado de explorações científicas do período serviu de estímulo para novas expedições que, num processo continuado, tem contribuído para o inventário científico do nosso país, processo esse ainda longe de esgotar-se e, no momento, revigorado pelo acesso a largas extensões do território nacional com a abertura de novas vias de penetração de que a Transamazônica é um exemplo.

Dois acontecimentos marcantes abrem novas perspectivas para as possibilidades de devassamento científico do território brasileiro: um, a abertura dos portos que permitiu o livre ingresso de elementos de outras nacionalidades, liberalizou o comércio e estimulou a indústria. Já então estamos longe dos tempos em que eram olhados com suspeita os estrangeiros que buscavam o Brasil com intenções científicas como ocorreu no caso de Humboldt, cuja possível entrada no território da colônia foi cautelosamente prevenida através de recomendações às autoridades locais. Outro, o casamento do príncipe d. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina, da casa da Áustria, que veio a ser nossa primeira imperatriz. Em sua companhia aqui aporta, em 1817, uma grande comitiva científica reunindo um grupo de cientistas, de alto gabarito, convidados dentre os mais destacados pelo saber em sua época. Tal era a importância dessa missão científica que recebeu apoio financeiro dos erários da Áustria, da Baviera e da Toscana. Seu objetivo era um largo estudo da História Natural brasileira, o que concordava com os pendores científicos da princesa. Fazem parte da missão João Emmanuel Pohl, na condição de mineralogista, José Raddi, botânico enviado pelo

grão duque da Toscana, e o pintor Buchberger, embarcados em Livorno na corveta *D. João* e aqui chegados a 4 de novembro após 82 dias de viagem. Em outra nave, a fragata *Augusta*, vieram João Natterer, zoólogo, o jardineiro Schott (Henrique Guilherme), o caçador Sochor. Numa terceira nave, a *Áustria*, vieram o botânico Mikan (João Crístiano), o paisagista Thomas Ender e os naturalistas bávaros Spix (João Batista), zoólogo, e Martius (Carlos Frederico Felipe), botânico.

Não caberia aqui uma apreciação dos resultados da missão austríaca, entretanto, cabe o comentário de que talvez nenhuma outra missão científica tenha sido mais afortunada, sobretudo por ter possibilitado a elaboração do maior monumento da literatura botânica do século XIX, a *Flora Brasiliensis*, de Martius, que, juntamente com o *Reise in Brasilien* de Spix e Martius, o *Planlarum Brasiliae Icones*, de Pohl, os trabalhos de Raddi especialmente sobre os *Filices brasileiros*, de Mikan *Delectus florum et faunae brasiliensis* e as contribuições de Natterer sobre os crocodilos, as aves e os mamíferos do Brasil, constituem um impressionante cabedal de conhecimentos biológicos, tornando o Brasil, dentre as nações do mundo tropical, a mais bem trabalhada, do ponto de vista de colecionamento e da elaboração científica.

Da missão austríaca, a maioria dos membros, contudo, regressa à Europa antes da declaração formal de independência política. Assim os dois pintores, Ender e Buchberger, e o botânico Mikan retornam à Europa no ano seguinte. Raddi o faz logo após, retornando à Itália. Pohl aqui fica até abril de 1821 e, nesse período, colabora no arranjo das coleções mineralógicas do Gabinete de História Natural do Rio de Janeiro (Museu Nacional). Excursiona pelos arredores do Rio em fevereiro, em companhia de Natterer, visitando São João Marcos, Angra dos Reis e Mangaratiba, de onde retorna em abril. Demora-se no Rio até setembro quando parte para a grande viagem a Goiás, passando por Barbacena, São João Del Rei, Serra Dourada, Paracatu, Vila Boa, Serra dos Cristais, Pilões do Rio Claro e São José de Mossamedes. De Goiás retorna ao Rio, passando pela mina de galena do Abaeté, por Catas Altas, Serra do Cocais, Mariana e Vila Rica. Dessa viagem, resultaram, afora o *Plantarum Brasiliae Ícones*, um trabalho geológico *Beiträge Zur Gebirgeskund Brasiliens*. O curioso em Pohl é que vindo como mineralogista, a sua contribuição maior é no campo da botânica. Só de plantas, colecionou cerca de 4.000 espécies.

Spix e Martius aqui ficam até 15 de junho de 1820, quando retornam à Europa no navio *Vulcano*. Realizam uma viagem de milhares de quilômetros, sempre juntos, separando-se, apenas, durante um curto período, quando Spix vai a Tabatinga e Martius se encaminha para explorar o Japurá. É uma viagem de quatro anos. Partindo do Rio de Janeiro, ganham o vale do Paraíba, vão a São Paulo, passam por Sorocaba, dirigem-se a Mi-

nas que cruzam até o Jequitinhonha, descem o São Francisco, visitam Ilhéus, passam em Juazeiro, atravessam Pernambuco pelo alto sertão, cruzando o Ceará e chegando a São Luís de onde embarcam para Belém. A 6 de agosto de 1819 começam a subir o Amazonas e, em Santarém, Martius escapa de morrer afogado. Um cruzeiro aí existente comemora esse fato. De volta visitam os índios Maués e Mundurucus. Martius coletou cerca de 6.500 espécies de plantas. Essa viagem de Spix e Martius feita sobretudo em canoas e lombos de burros tem sido comparada à Ilíada. Martius não foi apenas um botânico, mas uma inteligência do tipo universal da mesma grandeza de Humboldt. Spix e Martius citam conchas fósseis da Bahia e tem-se como certo terem sido eles que enviaram a Brogniart a amostra do primeiro fóssil brasileiro – o Psaronius, colecionado no Piauí. Spix morre prematuramente, em 1827, antes de completada a narrativa da viagem. Do inventário de suas coleções constam 3.381 espécies de animais.

Assim, dos membros da expedição, foi Natterer quem mais se demorou entre nós, aqui permanecendo durante 18 anos, sempre em atividade, até 1835. Colecionou 1.146 espécies de mamíferos. Foi um coletor tão fecundo que suas coleções enviadas a Viena aumentaram em seis vezes o acervo do Museu. Salienta Goeldi que, em média, preparava quase duas aves por dia, durante 18 anos, e todas admiravelmente preparadas, segundo o depoimento de Saint-Hilaire, que com ele se encontrou em Ipanema. Durante esse tempo viaja incessantemente pelos arredores do Rio (1818), São Paulo, Curitiba (1818-1822). De 1822 a 1824 vai a Mato Grosso onde fica por período de 7 anos. Nessa viagem adoec gravemente e vê morrer seu companheiro Sachar. Desce o Guaporé, visita o Forte Príncipe da Beira, desce o Mamoré, e pelo Madeira vai até Barba, passa em Manaus em setembro de 1830. Sobe o Rio Negro e chega a Barcelos em agosto de 1831. Avança para o norte, explorando o Rio Branco e o Tacutu. Em Barcelos casa-se com d. Maria do Rego, nascendo sua primeira filha, Gertrudes, nas florestas próximas da barra do Rio Negro. Em 1834 está no Pará e tendo dificuldades de prosseguir, em virtude da revolução Cabanada, volta à Europa a bordo de um navio de guerra inglês, falecendo poucos anos depois de sua volta a Viena.

Uma outra figura de expedicionário científico que precede o primeiro reinado é Auguste de Saint-Hilaire. Discípulo de Jussieu, Richard e Desfontaines, chega ao Brasil em 1816 e aqui fica até 1822. Realizou cinco viagens nesse período, a primeira ao vale do Paraíba (1816), a segunda ao Jequitinhonha e Alto São Francisco (1816-1818), a terceira (1818), pelo litoral, até o Rio Doce, seguindo o roteiro do príncipe de Wied Neuvid, a quarta (1819-1821), e a mais extensa, a Goiás, voltando por São Paulo, rumando para o interior do Paraná, litoral de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Cisplatina. Descreve minuciosa-

mente em seus relatos de viagem o território percorrido. Suas descrições são ricas de conteúdo ecológico, preocupando-se com as relações entre a planta e o meio, aqui e ali, permeadas de observações e conceitos etnográficos.

Uma última viagem, curta, leva-o a Barbacena, São João Del Rei e São Paulo (1821-1822). Colecionou entre 6 a 7.000 espécies vegetais, afóra material geológico e zoológico. Dentre os seus inúmeros trabalhos, salientam-se os relatos de viagens, o trabalho *Plantas usuais dos brasileiros* (1824), *História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai*, e a principal obra, a *Flora Brasiliae Meridionalis* (1825-1832).

Em sua primeira viagem foi acompanhado do barão de Langsdorff, cujo desequilíbrio mental já então não lhe passou despercebido. É importante que em seus escritos faz justiça a diversos botânicos brasileiros cujo desempenho elogia como Arruda Câmara, Bernardino Gomes e Frei Veloso.

A abertura dos portos propiciara a oportunidade de se viajar pelo Brasil e temos que nos anos do século que antecederam à independência muitos viajantes aqui chegam com os mais diversos interesses. A esse período pertencem as visitas do príncipe Maximiliano de Wied que chegou ao Brasil em 1815, sob o pseudônimo de De Braunsberg, ligou-se a dois moços alemães que aqui encontrou, Sellow e Freyreiss, que lhe seriam utilíssimos por conhecerem a língua e os costumes do país e que assumiram o compromisso de acompanhá-lo numa viagem até Caravelas. Essa viagem, publicada sob o nome de *Reise nach Brasilien in den Jahren* (1815-1817), é um primor de literatura biológica descritiva, sobretudo porque faz comparações entre suas observações e as de Marcgrave, Azara e Humboldt.

Seguiu Wied o litoral por Saquarema, Maricá, Araruama e Cabo Frio. A 8 de agosto parte de Cabo Frio, passa por Barra de São João, Lagoa Feia e Campos, onde faz uma diversão de rota, para ir a São Fidélis ver um aldeamento de índios. Continua por São João da Barra, Itabapoana e Vila Velha. Explora o baixo Rio Doce e faz observações sobre os botocudos. Separa de Freyriss que fica no Mucuri e segue com Sellow para o norte. Logo depois separa-se deste que segue para Salvador, enquanto Wied prossegue pelo litoral até Belmonte (1815). Explora o Rio Belmonte até o Quartel do Salto, já então em companhia de Carlos Fraser, com quem vai até Ilhéus, interna-se pelo sertão em direção a Conquista e daí se dirige a Salvador. Em caminho é preso em Lage e é levado para Nazaré. Estávamos na Semana Santa de 1817 e Wied é mantido preso até que se esclarecesse não ser ele nem republicano nem inglês. A 18 de janeiro de 1817 embarcou para a Europa a bordo do navio *Princesa Carlota*.

Em suas obras *Contribuição à História Natural do Brasil e Ilustrações à História Natural do Brasil* trata de centenas de vertebrados de nossa fauna. Mas seria difícil mencionar todos



os cientistas, visitantes e exploradores que aportam no período pré-independência. Não podemos contudo deixar de citar William Swainson (1816-1818), ornitólogo, que coletou em Pernambuco, Bahia e Serra dos Órgãos (onde esteve com Raddi) e de onde enviou para Londres nada menos de 760 peles de aves, mais de vinte mil insetos e 1.200 *excicatas* vegetais (cf. Melo Leitão), e Maria Graham (1821) cuja correspondência tão rica de comentários sobre nossa gente, seus usos, suas roupas e suas atitudes foi apreciada e traduzida por Américo Jacobina Lacombe. Também, quase ao alvorecer do vintênio da independência, aqui passaram as corvetas *L'Uranie* e *La Physicienne* (1817-1820) sob o comando de Luiz de Freycinet. A parte zoológica é entregue aos médicos Quoy e Gaimard e se refere à fauna do Rio de Janeiro. Estudam 17 peixes da Guanabara e dos rios ribeirinhos. São dadas estampas dos peixes bem como uma do anu branco. Pela primeira vez é descrito um animal comum no litoral carioca, o “chora-vinagre” ou *Aplysia*, grande molusco, um gavião (*Rupornis leucorrhoea*), uma perereca e um opilião. Gaudichaud é o botânico da expedição e publica os resultados botânicos dessa viagem em 1826 (Paris). Aqui volta em 1832-33, visitando o Rio, São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso, a bordo da nau *L'Hermione*. Uma terceira vez Gaudichaud vem ao Brasil (1836-37), na viagem do *La Bonile* tocando no Rio e em Montevidéu.

Ao tratar das expedições científicas do I Reinado tornou-se difícil separar o trabalho dos que atuaram isoladamente e daqueles que realmente trabalharam em equipes. Por isso ocupar-nos-emos de uns e de outros.

Para tanto, queremos desde logo destacar a obra de dois ilustres oficiais de origem germânica – o tenente coronel Guilherme Luís von Eschwege, barão de Eschwege, e o sargento mor Frederico Luís Guilherme Varnhagen, engenheiros alemães a serviço de d. João VI, no Corpo Real de Engenheiros, e que foram os iniciadores das explorações geológicas e mineralógicas do Brasil com a aplicação de métodos científicos. Por interferência de Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, Eschwege é nomeado diretor das Minas. Varnhagen foi pai do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen. Dirigiu e deu força à fundição de ferro de Ipanema, em São Paulo. A contribuição escrita de Varnhagen se resume a algumas observações geológicas sobre o trajeto Santos-Ipanema, numa carta a Eschwege e que este insere no seu *Journal von Brasilien*. Ambos regressam à Europa pouco antes da independência. Primeiro Varnhagen, depois Eschwege. Suas principais contribuições são o *Estudo sobre o sistema de montanhas do Brasil*, onde delineia de modo magistral o sistema orográfico brasileiro, e no *Pluto brasiliensis ou a riqueza do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais* escreve uma dissertação sobre mineralogia aplicada. Derby salienta que nenhum país do Novo Mundo, na épo-

ca, foi tão bem estudado do ponto de vista de sua estrutura geológica e da tecnologia mineral como o Brasil graças aos trabalhos de Eschwege, pioneiro no conhecimento das riquezas de seu solo. Eschwege já tinha conhecimento da ocorrência de madeiras fósseis na Bahia e dos peixes fósseis nodulares do Araripe (Ceará).

Temos a viagem da corveta *La Coquille*, viagem de circunavegação sob o comando do cap. Duperrey (Luís Isidoro) que foi companheiro de Freycinet na viagem anterior (1822-1825). A nau aporta a Santa Catarina a 16/10/1822, apenas proclamada a Independência, tendo antes tocado em Martim Vaz e Trindade. Diz Duperrey que os rochedos de Marfim Vaz são elevados e de uma nudez repelente. Descreve Trindade assinalando suas principais elevações. Nessa viagem Lesson afirma pela primeira vez a causa biológica da fosforescência marinha. No período de 17 a 30 de outubro herborizam em Santa Catarina. O material fanerogâmico dessa expedição foi estudado por Adolfo Brogniart e o criptogâmico por Bory de Saint Vincent. A contribuição zoológica é pequena e se resume à descrição de um pequeno lagarto *Laphyrus brasiliensis*.

Sucedem-se nessa época as viagens de descoberta. Uma outra expedição francesa chega ao Rio. Desta vez é o barão de Bougainville que toca o Rio, no começo de maio de 1824, com a fragata *La Thétis* e a corveta *L'Esperance*. Em seus depoimentos Bougainville e De La Touane, um seu oficial, dão excelentes descrições do que era o Rio de Janeiro de então, não faltando acerbas críticas à falta de higiene da cidade. Bougainville diz ter visitado várias vezes o Museu Nacional, no Campo de Santana, mantendo contato com seu diretor, João da Silveira Caldeira. Em seu relato elogia a sala de mineralogia, a única terminada, e considera muito engenhoso o arranjo da coleção de madeiras. Também Bougainville dá uma descrição da floresta tropical do Rio de Janeiro, acentuando a sua heterogeneidade.

Devemos agora abordar o trabalho do naturalista Sellow, de que já falamos atrás. Alemão, natural de Potsdam, nasceu a 12 de março de 1789. Humboldt foi seu protetor e amigo e por sua interferência conseguiu até uma mesada para seus estudos em Paris. Em 1811, vai à Inglaterra e tem acesso à biblioteca de Sir Joseph Banks. Em 1813, faz contato com Langsdorff que se preparava para vir ao Brasil, como cônsul-geral da Rússia. Langsdorff encoraja-o e convida-o a vir com ele. Conseguiu ajuda financeira de Banks e Sims e chegou ao Rio em 1814. A esse tempo Langsdorff era não somente o Cônsul da Rússia, mas de todos os botânicos e a todos oferecia sua residência como pouso. Seu primeiro ano no Brasil foi empregado em assenhorear-se da língua portuguesa e em coletar material nos arredores do Rio com o qual resgatou sua dívida para com Banks e Sims. Ficou quites mas sem recursos novamente e valeu-lhe mais uma vez Langsdorff. Entrou em contato com o zoólogo G. W. Freyriess,

e, com cartas de recomendação para as autoridades do interior e o título de Naturalista Subvencionado que lhe fora oficialmente concedido estão em condições de percorrer o país. Quando estava para partir chegou Newvied e, como fosse igualmente hóspede de Langsdorff, conheceram-se e foi convidado a acompanhá-lo (1815). Parece que não houve perfeito entendimento entre eles e cada um trabalhou por seu lado. Torna-se um coletor infatigável enviando a Berlim enormes coleções de mamíferos, aves e plantas herborizadas, adquirindo na Europa conceito como coletor científico. A seguir percorre as zonas de mineração em companhia de Olfers, secretário da Legação da Prússia no Brasil, e remete a Berlim coleções de rochas e minerais (1818-1820).

Sellow tem êxito em obter fundos do governo do Império e recursos europeus para seus trabalhos. De 1821 a 1829, excursionou pelo Sul do Brasil – São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande – e Uruguai, colecionando para os Museus de Berlim e do Rio de Janeiro. O material geológico colecionado, enviado à Prússia, permitiu a Weiss ultimar sua contribuição à geologia do Brasil meridional. Branner comentando as notas de Sellow diz serem excelentes, porém, dado o tempo decorrido, torna-se muitas vezes difícil identificar os lugares mencionados por ele. Dá notícias das madeiras fósseis e do carvão de pedra do Rio Grande do Sul, bem como das conchas fósseis do Uruguai. Em 1831 começa sua última excursão. Dirige-se de São Paulo para Minas, passa no Caraça e em Ouro Preto, no Itabira e morre tragicamente no Rio Doce, afogado ao banhar-se em dia do mês de novembro de 1831. De suas imensas coleções pouca coisa ficou no Brasil, algumas duplicatas no Museu Nacional. Seu nome figura em numerosos epítetos botânicos como na *Vellosia sellowii*, na *Dicksonia sellowiana* e em outros.

Passaremos agora a nos ocupar da expedição de Langsdorff, financiada pelo czar Alexandre I, da Rússia.

Langsdorff era, ademais, um viajante experimentado, tendo participado da expedição russa de Krusenstern, tendo estado no Brasil com essa missão, em Santa Catarina, em 1803 e 1804. Em 1813 veio para o Rio, como cônsul da Rússia, tornando-se sua casa um centro de atração intelectual e social, bem como sua fazenda da Mandioca, no pé da Serra da Estrela, era um ponto obrigatório para os naturalistas que vinham ao Brasil. Em 1817 viaja com Saint-Hilaire e Ildefonso Gomes.

A expedição russa começa sob os melhores auspícios para ela, tendo sido convidados cientistas de grande valor como: Luís Riedel, botânico, Nestor Rubzoff, astrônomo, Cristiano Hasse, zoólogo, Maurício Rugendas e mais tarde Adriano de Taunay e Hércules Florence como desenhistas. A expedição desde o princípio revelou-se malsinada. Hasse em Porto Feliz, São Paulo, suicidou-se, vítima de mal de amor não correspondido. Rugendas deixa a comissão e é substituído por Taunay. Langsdorff dá mostras

de acentuado desequilíbrio mental, de que o embarque da expedição, no Tietê, em Porto Feliz, é exemplo típico. Presente o vigário, a sociedade local, dá-se o embarque em 30 canoas e 2 batelões. Aí, para espanto de todos faz Langsdorff embarcar em primeiro lugar uma rapariga de duvidosos costumes, num escaler encimado pela bandeira imperial russa. Mais curioso ainda é o famoso caso dos Apiacás. Vendo na praia alguns índios, entre eles um que era o chefe, com distintivos vistosos, envergou seu uniforme de gala com todas as condecorações e pedrarias, e em meio da indiada, acedeu ao pedido de uma índia, que lhe pedira por empréstimo sua túnica. A índia correu para o mato e Langsdorff deu um espetáculo de fúria grotesca perseguindo-a.

Até Cuiabá foram sem maiores tropeços. Aí separaram-se Riedel e Taunay, que foram explorar o Diamantino, enquanto Rubzoff e Florence vão para a Vila Maria, na margem do Paraguai. A 4 de outubro de 1827 separam-se definitivamente quando Riedel e Taunay vão para Vila Bela. Pouco depois Taunay morre afogado. A 1<sup>o</sup> de março de 1828, Langsdorff, Rubzoff e Florence vão para Santarém, os dois primeiros com malária, via Arinos-Tapajós. Langsdorff, então, já está completamente insano. Jamais se restabelece, o que obriga à interrupção da viagem em 1829. Foi, assim, frustrado um projeto ambicioso que pretendia subir o Amazonas, o Negro, o Branco, ir a Caracas, explorar as Guianas, e retornar ao Rio pelas províncias orientais do Brasil. Levado à Europa, morre aos 78 anos, em Freiburg (1852). Muitas espécies e gêneros lhes foram dedicados, p. ex., *Swartzia langsdorffii*, *Copaifera langsdorffii* e o gênero *Langsdorffia* das balanoforáceas. No dizer de Sampaio, somente Riedel saiu ileso dessa excursão.

Como expedições isoladas, temos ainda a de Alcides D'Orbigny que, em 1826, passa pelo Rio de Janeiro, fazendo explorações botânicas em Botafogo e São Cristóvão. Segue pelo sul da América e, em 1831, está na região do Chiquitos (Santa Cruz de La Sierra) e em 1832 entra no Brasil, por Mato Grosso, tendo explorado o Forte Príncipe da Beira e o Rio Guaporé, fazendo inclusive observações geológicas.

Uma outra figura é Eduardo Poeppig, alemão, que começa em 1822 uma viagem pelas Américas, visitando Cuba e a Pensilvânia. Em 1827 inicia uma viagem no Chile que vai terminar a 1832, no Amazonas. Desce o Huallaga, onde fica 10 meses. Coletou farto material, do qual os fetos foram tratados por Kunge, as gramíneas, por Trinius, as ciperáceas por Kunth e as palmeiras, por Martius.

Apagavam-se as luzes do 1.<sup>o</sup> império sob a cortina dramática da abdicação. Os fatos ligados ao inventário científico do acervo natural do país foram sumariamente expostos. As instituições científicas, criadas por d. João VI, como o Museu Nacional, o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional, estavam fir-

mas como pontos de apoio para o prosseguimento do processo cultural brasileiro. A missão austríaca prenuncia a criação de uma ciência autônoma no Brasil. Ela tem as características de um transplante e a necessidade de sua vinda como que anuncia que ao lado da independência política teríamos de, para subsistir, como nação e como povo, realizar nossa independência cultural e científica. A história desse processo é a história da ciência no Brasil, no restante do século XIX e nos sete decênios já vividos do século XX.

O fim do I Reinado é seguido pela chegada ao Brasil de Darwin, cujo pensamento biológico foi fecundado pelo contato e pela observação da natureza brasileira. Sua obra que representa uma revolução no pensamento biológico e filosófico do século passado, *On the origins of species by means of natural selection* (1859), foi gerada ao influxo das observações feitas, muitas delas sobre aspectos da biologia brasileira.



**D. PEDRO  
O REGENTE  
E O IMPERADOR**

---

*Lourenço Luís Lacombe*





Neste ciclo de estudos, tão promissoramente inaugurado pelo ilustre presidente do Conselho Federal de Cultura, e comemorativo dos 150 anos de nossa Independência, coube ao diretor do Museu Imperial – honrado com o convite do eminente secretário de Educação e Cultura deste estado – a dissertação sobre três temas, constituindo cada um de per si assunto, não apenas para uma palestra, mas, eu diria, para todo um ciclo de estudos, tão variados e ricos são, cada qual, em documentação.

Nestas condições vi-me em face de um dilema: sugerir aos organizadores destas comemorações o prolongamento de minha estada em Porto Alegre (o que seria prazer e grande proveito para mim) transformando cada tema numa palestra isolada deste ciclo, o que seria, por outro lado, extremamente maçante para todos vós. Mas podeis estar tranqüilos, não tendo sido esta proposta objeto, sequer, de cogitação, pois preferi optar pela solução de, nesta única palestra, resumir os três assuntos, aparentemente díspares, que me foram atribuídos, atento ao tema geral adotado: D. Pedro: o regente e o fundador do Império:

A. O Roteiro da Independência;

B. A Constituição;

C. O Reconhecimento do Império;

sem perder de vista os termos precisos do título geral deste ciclo de estudos – Aspectos da Independência do Brasil.

Não venho, pois, fazer prova de erudição que, de resto, não teria cabimento – mas tão-somente evocar, numa visão panorâmica, aspectos dos três assuntos que me foram atribuídos, procurando situá-los dentro dos limites razoáveis de tempo reservados a uma palestra – “se a tanto me ajudar engenho e arte”.

### **A. O Roteiro da Independência**

Tomo a expressão “Roteiro” no seu mais amplo sentido: tanto de caminho percorrido por d. Pedro na sua marcha para o Ipiranga (o Piranga como ele próprio gostava de dizer) quanto o de transformação de suas atitudes – de príncipe real, herdeiro do trono lusitano, a imperador do Brasil; de súdito português, à adesão à causa da Independência – ou, para ser mais preciso: acompanhando o abasileiramento progressivo e paulatino desse príncipe heróico e corajoso, galante e patriota, impulsivo

e amoroso, mas, por isso mesmo, profundamente humano e, principalmente, profundamente brasileiro.

Percorramos, pois, rapidamente, os roteiros a Minas Gerais e a São Paulo, nas caminhadas históricas e heróicas daquele ano de 1822, cujo sesquicentenário estamos comemorando.

Em 25 de março partiu para Vila Rica, acompanhado de pequena comitiva, numa rápida viagem, devorando léguas, para trazer o apoio da junta governativa daquela província à causa brasileira que encarnava. José Bonifácio, que projetara a excursão, bem sabia das vantagens da adesão de Minas Gerais pois considerava a união do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo essencial e imprescindível ao plano da Independência, estando convencido de que a liga dessas três províncias atrairia as demais.

Pôs-se então d. Pedro a caminho. E “não levando sequer um cozinheiro, disposto, como declarou, a comer feijão e farinha de mandioca e a dormir sobre uma esteira, com a mala a fazer de travesseiro, dir-se-ia que o príncipe queria dar aos mineiros provas de que, como eles, era também simples e modesto”.

Nessa caminhada histórica saiu do Paço de São Cristóvão dirigindo-se ao porto da Estrela, no fundo da baía de Guanabara. Daí, em lombo de burro, transpôs a Baixada Fluminense e galgou a serra, atravessando várias fazendas. Foi pousar na do padre Correia, cuja casa, ainda de pé, guarda a tradição da sua passagem nessa noite histórica.

Daí seguiu, margeando o rio Piabanha e atravessou o Paraíba e o Paraibuna em cujos quartéis militares também dormiu. Depois de transpor o registro de Matias Barbosa, não se eximiu ao tradicional hábito local e, como qualquer cristão que, pela primeira vez, penetrasse em território mineiro, fincou na terra pequena cruz, de galhos de árvore, feita com as próprias mãos.

Dali seguiu para Barbacena e São João Del Rei, onde foi recebido com grandes festas. Em São José do Rio das Mortes (hoje Tiradentes) toma providências de governo, no sentido de manter a segurança pública. A oito de abril estava em Queluz (atual Conselheiro Lafayette), onde recebeu os delegados da Junta Governativa que lhe vieram beijar a mão e protestar obediência.

Encaminhando-se para Vila Rica, não quis chegar como general vitorioso, por isso recusou o carro triunfal que lhe enviara o Senado da Câmara, preferindo entrar a pé, debaixo do pálio, no dia 9 de abril.

E da sacada da velha Casa dos Governadores, agora transformada em Paço, arengou aos povos: “Briosos Mineiros!” – exclamou – e aludindo aos “ferros do despotismo” e à Revolução do Porto, encaixou na fala um certo número de lugares-comuns – apropriados, porém, ao aplauso da multidão, à qual sabia ser agradável, para terminar com os oportunos e cautelosos vivas:

“Viva El Rei Constitucional! Viva a Religião!” encerrando com as aclamações de garantido sucesso: “Viva a Constituição! Vivam todos os que forem honrados!” E, como que para emendar a mão do viva discriminatório, – “Vivam os mineiros em geral!”

Mas não ficou em palavras. Durante os onze dias em que aí permaneceu, legislou o regente para todos os setores da administração, deixando a província pacificada, organizada e unida à causa que esposara.

Do roteiro a São Paulo guarda o Museu Imperial importante relato a respeito. Trata-se de uma *Memória sobre a Independência do Brasil*, escrita em 1864 pelo major Francisco de Castro Canto e Melo, gentil homem da Imperial Câmara. Tal documento faz parte do precioso arquivo doado ao Museu Imperial pelo príncipe dom Pedro Gastão, neto da redentora.

A importância desse relato é ter tido por autor uma testemunha ocular dos acontecimentos, pois, na qualidade de camarista do príncipe, seguiu o major Canto e Melo em sua companhia até São Paulo descrevendo os menores episódios da viagem e do magno acontecimento.

Lembra o saudoso historiador Enéas Martins, ao comentar esse itinerário entre Rio e São Paulo, que “não havia propriamente estrada entre as duas cidades, e sim um simples caminho” – como, de resto, acontecia com a ligação Rio-Minas, acrescento eu – “em certos pontos mera trilha na serraria o que não permitia viagem noturna”. E termina afirmando que esse caminho “ainda era o mesmo traçado pelo Morgado de Mateus e que assegurava as comunicações postais (um correio por mês) entre as duas cidades”<sup>1</sup>.

A viagem do príncipe a São Paulo tinha objetivo diverso da que fizera a Minas Gerais. Ali, fora impor a ordem numa província conflagrada e colocá-la no esquema que montara, e do qual se havia desviado. Agora ia prestigiar o seu ministro do reino, José Bonifácio, desacatado pela Bernarda de Francisco Inácio.

Ao contrário da viagem anterior, partiu da Quinta da Boa Vista a 14 de agosto de 1822, numa viagem sem pressa, parando pelo caminho, proporcionando, com isso, a adesão à sua Guarda de Honra de todos quantos, solidários com o movimento que representava, se iam juntando a ele no caminho.

De São Cristóvão foi a Santa Cruz, onde dormiu. Daí tomou o rumo de São Paulo, por Itaguaí, São João Marcos e Pouso Seco em território fluminense, e então, por Bananal e Areias até a fazenda do Pau d’Alho onde pernitoiu. A etapa seguinte foi até Lorena, partindo no dia imediato para a capital da província, através de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Ja-

---

1. MARTIN FILHO, Enéas. Itinerário da Independência: de São Cristóvão ao Ipiranga. Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil. Rio de Janeiro, 286:82, jan-mar, 1970.

careí, Mogi das Cruzes, e o alto da Penha, já nos arrabaldes de São Paulo.

A 25 de agosto entrava triunfante na capital da província, dali se dirigindo a Santos, de onde voltava quando, na colina do Ipiranga, encontrou o Correio Imperial.

Esses, os roteiros topográficos ou físicos do príncipe, a 150 anos passados.

Mas eu vos falei de outro roteiro – o psicológico – ou o abraileiramento de d. Pedro, que – comentou Varnhagen – se deu a partir da viagem a Minas.

Afirma ele que a viagem a Minas operou no ânimo do príncipe uma grande mudança, completando-lhe a naturalização de brasileiro. E comentando essa opinião do nosso maior historiador escreve Otávio Tarquínio: “Até princípios de março de 1822, terminava todas as cartas a d. João VI com uma fórmula quase invariável, em que dizia: Deus guarde a preciosa saúde de Vossa Majestade como todos os portugueses os hão mister. Depois passou a escrever: Os portugueses e nós brasileiros havemos mister”<sup>2</sup>.

Adquirira a nacionalidade brasileira antes do Sete de Setembro – depois, portanto, da viagem a Minas Gerais. É um tema que merece ser explorado.

Até então que conhecia ele do Brasil? Praticamente o Rio de Janeiro e seus arredores próximos: Santa Cruz, as matas da Tijuca, da Gávea ou do Corcovado. Em março de 1822 vira-se em face da natureza agreste do interior – em contato com a mata virgem, a serra abrupta e o brasileiro do interior bom e generoso, gentil e amável, mas que, nos momentos cruciais de sua história, ontem como hoje, sabe fazer ferver o sangue de Tiradentes... Mas se, até então, pouco conhecia do Brasil além do Rio de Janeiro, que lembranças teria ele de Portugal? Com 23 anos de Brasil, mal lhe guardaria a memória – frágil memória de menino de 9 anos – da terra dos seus maiores. Esse abraileiramento se deu “por conquista do meio sobre o homem”.

Aliás, em toda a Família Real (creio que se deve excluir a rainha d. Carlota Joaquina...) esse sentimento com relação ao Brasil era geral. Apenas um exemplo: a infanta d. Isabel Maria – que seria regente, por morte de d. João – escrevia-lhe de Lisboa:

---

2. Pedro I, imperador do Brasil. Cartas dirigidas a S. Majestade o senhor d. João VI pelo príncipe real o senhor d. Pedro de Alcântar. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p. 12-18.

Cartas e mais peças oficiais dirigidas a S. Majestade o senhor d. João VI pelo príncipe real o senhor d. Pedro de Alcântara em data de 26 e 28 de abril deste ano. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, 6 p.

Cartas e documentos dirigidos a S. Majestade o senhor d. João VI pelo príncipe real o senhor d. Pedro de Alcântara e que foram presentes às cortes na sessão de 28 de setembro de 1822. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p. 3-5 e 8.

“Eu estou boa de saúde mas ainda com muitas saudades de lá, ainda que digam que tudo cá é bom, eu não posso gostar mais de cá do que de lá, por todas as razões”<sup>3</sup>.

Mas o sentimento de brasilidade de d. Pedro I não apenas foi permanente enquanto aqui viveu – acompanhou-o ao exílio. E depois do Sete de Abril como que mais se exacerbou, a ponto de tornar-se uma obsessão nas suas cartas aos filhos: “Ame a sua e minha pátria”, “desejo à tua e minha pátria todas as felicidades possíveis”, dizia a Pedro II – “lembre-se sempre de um pai que ama e amará até a morte a pátria que adotou por sua”; no dia do santo patronímico, S. Pedro de Alcântara – “não posso [...] deixar de, por este modo, como bom brasileiro, felicitar-te pelo dia de hoje”. E referia-se ao “Brasil, minha pátria”, “tua pátria de nascimento e minha de adoção”. “Como bom brasileiro”, “Como brasileiro que sou”, escrevia ainda, “Eu sempre fui verdadeiramente brasileiro”<sup>4</sup>.

Otávio Tarquínio, comentando esse sentimento, declara que foi “brasileiro por absorção”. E conclui: “O brasileiro de d. Pedro I foi sincero, vibrante e generoso, mas nem por isso delia a sua origem, o seu nascimento. E o mais grave é que na sua adesão total à causa do Brasil nem todos acreditavam nele.

## **B. A Constituição**

Também deste item sumariamente tratarei, como foi feito com o primeiro tema deste estudo, lembrando, ainda aqui, algumas atitudes de d. Pedro I com relação ao problema, assinalando a sua preocupação de aparecer, aos olhos de seus contemporâneos, como um espírito liberal e constitucional.

Não pode por isso ser esquecida a sua atitude mandando recolher a medalha de ouro comemorativa da sua sagração, porque esquecera o artista que a projetara de colocar o termo que mais lhe importava: imperador constitucional.

Formado num tempo em que a sombra de Napoleão se projetava de maneira tão marcante no cenário da vida dos povos, seguiu, talvez mesmo sem o perceber, o espírito introduzido pelo grande corso, o qual, representante do princípio revolucionário, fez-se aclamar imperador dos franceses, numa demonstração nítida do caráter popular de sua investidura. Usando, por isso, a indumentária política de acordo com o tempo, provou d. Pedro I, embora inconscientemente, que o homem, apesar de tudo, é fruto do século em que vive.

Não seria, certamente, o simples espírito de imitação, mas, como observa Calmon, um exemplo a seguir. Por isso fez-se im-

---

3. ARQUIVO da Casa Imperial do Brasil. I-POB-31.03.1822-IM.P.c 1-4 (Arquivo Histórico do Museu Imperial).

4. LACOMBE, Lourenço Luís. D. Pedro I através de suas cartas aos filhos. *Anu. Mus. Imp. Petrópolis*, 8:227-271, 1947.

perador juntando à fórmula tradicional, por graça de Deus, a popular – por unânime aclamação dos povos.

E nessa caminhada histórica e revolucionária, discordando de todo um tradicional passado, “singularizou-se então, entre todos os príncipes, pelo entusiasmo com que aderiu à causa da Constituição – contra os governos absolutos – e pelo desafio que assim atirou à política tradicionalista da Santa Aliança”.

A bordo da nau que o levaria à Europa, depois da abdicação, afirmou ao representante austríaco, o barão de Daiser: – “Sei que por esse motivo tive a felicidade de desagradar ao sr. de Metternich”<sup>5</sup>.

De fato, uma vez investido nas funções de imperador, vai logo presidir à abertura da Assembléia que convocara, ainda antes da Independência, prometendo defender a constituição a ser elaborada, com a própria espada, se, entretanto, fosse ela digna do Brasil e do imperador... A Constituinte, porém, mais preocupada no papel de fazer oposição – decretando leis contrárias ao monarca – que na elaboração da Carta que lhe fora confiada, fez com que d. Pedro I perdesse a paciência e dissolvesse o conclave perjuro. E mais; prendeu e exilou deputados. Não se queira ver em tal fato apenas uma demonstração de despotismo ou de falsidade aos princípios liberais que norteavam a conduta imperial.

A aclamação do imperador, dissera Antônio Carlos, conferira-lhe também a representação da soberania popular e os seus poderes emanavam, portanto, da mesma fonte, e eram até anteriores à Constituinte. De acordo com esses princípios declarou d. Pedro, no próprio decreto de dissolução, que havia convocado, “como tinha direito de convocar, a Assembléia Geral Constituinte”, etc. E nesse mesmo decreto prometia a convocação de nova Assembléia, à qual, declarava o monarca, “deverá trabalhar sobre o projeto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar; que será duplicadamente mais liberal do que o que a extinta Assembléia acabou de fazer”. Era a obsessão do liberalismo, roupagem sem a qual não ousava apresentar-se perante seus contemporâneos.

A Constituição, suprema conquista do século, e que vinha sendo o espantelho dos monarcas absolutos, teve pois, em d. Pedro I, mais que um defensor – um campeão. Verdadeiro fruto do século em que viveu, não teve dúvidas em reconhecer o direito dos povos, princípio que confirmou na célebre carta a d. Pedro II escrita de Angra, em 11 de março de 1832:

“Meu querido filho do meu coração [...].

Muito estimarei que esta te ache de saúde e adiantado nos teus estudos; sim, meu adorado filho, é mui necessário, para que possas fazer a felicidade do Brasil, tua pátria de nascimento e

---

5. SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de d. Pedro I. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1952, v. 3, p. 936.

minha de adoção, que tu te faças digno da nação sobre que imperas, pelos teus conhecimentos, maneira, etc., pois, meu adorado filho, o tempo em que se respeitavam os príncipes por serem príncipes unicamente, acabou-se; no século em que estamos, em que os povos se acham assaz instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente o estejam e conheçam que são homens e não divindades e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos e boa opinião para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados. O respeito de um povo livre para com seu chefe deve nascer da convicção que aquele tem de que seu chefe é capaz de o fazer chegar àquele grau de felicidade a que ele aspira. Em assim não sendo, desgraçado chefe, desgraçado povo” [...] <sup>6</sup>.

O reconhecimento dos Direitos do Homem fizera convocar logo nova Constituinte, à qual apresentaria o prometido projeto de Constituição. Mas modificando esse pensamento, logo no dia imediato, a 13 de novembro, sanciona novo decreto criando o Conselho de Estado e incumbindo-o de elaborar “um projeto de Constituição que deverá (como tenho resolvido melhor) ser remetido às Câmaras para estas, sobre ele fazerem suas observações, que lhe parecerem justas, e que apresentarão aos respectivos representantes das províncias, para delas fazerem o conveniente uso, quando reunidos em assembléia, que legitimamente representa a nação”. E enquanto cuidava das primeiras reuniões do Conselho de Estado, por decreto de 17 de novembro, mandava proceder, como havia prometido, às eleições para deputados à nova Assembléia Constituinte.

“O Conselho de Estado, informa Tobias Monteiro, iniciou sem demora os seus trabalhos e quase diariamente reunia-se sob a presidência do imperador. A 11 de dezembro o projeto estava concluído e devia ser submetido ao exame das Câmaras Municipais de todas as províncias, para formularem quaisquer observações a fim de serem apresentadas aos futuros deputados à nova Constituinte” <sup>7</sup>.

Na elaboração do projeto constitucional, entregue ao Conselho de Estado, procuraram os conselheiros adaptar à administração nacional os princípios pregados pelos publicistas franceses, especialmente Clermont Tonnerre, divulgados por Benjamin Constant no seu *Cours de Politique Constitutionnelle*, e que já servira de base ao projeto de Antônio Carlos. Assim foi quanto ao capítulo referente ao poder moderador, quase que uma tradução do *Pouvoir Royal* daquele escritor. O liberalismo dos autores da Constituição (e, portanto, do Imperador que lhes presidia as reuniões) manifesta-se mais claramente no Título III – Dos poderes e representação nacional – Art. 11, quando declara que “os representantes da nação brasileira são o imperador

6. LACOMBE, Lourenço Luís. Op. cit, p. 241.

7. MONTEIRO, Tobias. História do Império; o Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia., 1939, t. 1, p. 11.



e a Assembléia Geral”, para prescrever, no art. seguinte, que “todos os poderes no Império do Brasil são delegados da nação”. Essa afirmação assim categórica, partida de um soberano (ou, pelo menos, com o seu consentimento) que o era por graça de Deus, seria, para sua época, uma verdadeira heresia política. E se lembrarmos que a nossa primeira imperatriz procedia de Viena, onde pontificavam os princípios da Santa Aliança, com facilidade explicaremos a atitude hostil do príncipe de Metternich com relação ao reconhecimento de nossa Independência.

Elaborado o projeto constitucional, foi logo remetido às Câmaras Municipais, como ficara estabelecido.

Mas a anterior dissolução da Assembléia Constituinte causara tal impacto – pois desejava o povo ardentemente uma Constituição –, que as respostas das municipalidades foram um voto unânime de louvor ao projeto que lhes era apresentado, insistindo todas pelo seu juramento, tal como estava, como Constituição. Cumpre salientar que por esse mesmo diapasão afinavam os nomes da maior responsabilidade, como o insuspeito Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ex-deputado à Constituinte e preso após sua dissolução.

Foi assim, acreditando sinceramente corresponder ao apelo que lhe era feito, que pôde d. Pedro I declarar na Carta de Lei de 25 de março de 1824: “Fazemos saber a todos os nossos súditos que tendo-nos requerido os povos deste Império juntos em Câmaras, que nós, quanto antes, jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição que havíamos oferecido às suas observações, para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte; mostrando o grande desejo que tinham de que ele se observasse já como Constituição do Império”... etc. “nos juramos o sobredito projeto para o observarmos e fizermos observar como Constituição que dora em diante fica sendo deste Império”. E logo no dia imediato sancionava um decreto, referendado por Maciel da Costa, no qual, explicando que “tendo a maioria do povo brasileiro aprovado o projeto de Constituição organizado pelo Conselho de Estado e pedido que ele fosse jurado, como foi, para ficar sendo a Constituição do Império” cessava “a necessidade das eleições de deputados para a nova Assembléia Constituinte” etc. E determinava ficar sem efeito o Decreto de 17 de novembro e se procedesse então “à eleição dos deputados para a Assembléia simplesmente Legislativa”.

Não seria, certamente, muito ortodoxo o caminho seguido pelo imperador; mas devemos observar tratar-se de um monarca ainda tateante, embora com a melhor boa vontade, pela estrada, havia pouco aberta, do constitucionalismo. E principalmente deve ser levado a crédito dessa atitude o ainda recente episódio das Cortes Portuguesas, sob cujo poder demagógico ficara praticamente prisioneiro o próprio rei d. João VI.

Vem aqui a propósito indagar, verificada a aprovação tácita do projeto constitucional pelas câmaras municipais – “os po-



vos deste Império juntos em Câmaras” – o que equivalia a um plebiscito, se deve a Constituição de 1824 ser, realmente, classificada como uma Carta outorgada; e se, por outorga, se entende o juramento de uma Lei básica, depois do voto expressado pelas corporações municipais.

Não se pode, entretanto, e isso é inegável, chamar o ato de 25 de março de promulgação, que tal positivamente não se deu. Mas, pesadas bem as circunstâncias que precederam o juramento, medida a participação do povo pelos seus representantes, pode-se, a rigor, dizer que houve, realmente, uma outorga?

Essas opiniões que fui aqui alinhando, no preparo desta palestra, são impressões dos historiadores, como Otávio Tarquínio, por exemplo, que exaustivamente estudou a vida de d. Pedro I. Não pode ser esquecida na apreciação deste tema a frase proferida no momento da Abdicação e recolhida por Pontois: “Descerei do trono com a glória de findar como principiei – constitucionalmente”<sup>8</sup>.

### C. O Reconhecimento do Império

A propósito desse tema conserva o já citado arquivo do Museu Imperial expressiva documentação cujo conhecimento vos trago nesta hora.

Antes, porém, fixemos alguns fatos, para melhor situar a importância desses documentos.

As conversações em Londres se arrastavam como entendimentos entre pessoas desocupadas, sem pressa, a esperar que os próprios acontecimentos lhes trouxessem a solução do problema. Acreditavam, ademais, os diplomatas portugueses, mal informados sobre o que se passava no Brasil, que com o correr do tempo o próprio d. Pedro reconheceria o erro em que estava incorrendo e voltaria, submisso, à anterior condição de príncipe real, abandonando, arrependido, a *aventura brasileira*.

O próprio d. João estaria nesse engano, mesmo porque fazia parte do seu plano, segundo os princípios políticos em vigor, transmitir ao primogênito a coroa que herdara de seus maiores – o episódio Napoleão não passando de um pesadelo e Luís Filipe conservando ainda, nessa altura, a correta posição de chefe da branche cadente. Assim, não podia admitir o rei a sua sucessão senão de acordo com os velhos cânones do absolutismo, em que piamente acreditava, como um dos dogmas do seu poder. (Quanto a isso – se ainda houvesse dúvida, bastaria reler as suas expressões na proclamação assinada a bordo da nau inglesa *Windsor Castle*, depois da criminoso rebeldia do infante d. Miguel – “contra a autoridade real, que unicamente me pertence por mercê divina”).

---

8. DÓRIA, Luís Gastão d'Escagnolle. Uma testemunha diplomática do Sete de Abril. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.* Rio de Janeiro, 74 (2):188.

Não concebia, pois, o bom e venerando rei (as expressões são de Varnhagen) a investidura imperial de seu “muito amado” primogênito, por “unânime aclamação dos povos” – expressão que lhe soaria aos ouvidos absolutistas como incompreensível heresia.

Aguardava, então, que se desse o milagre – a volta do filho pródigo, esquecido que ele mesmo o aconselhara eventualmente a agir assim, para evitar a ascensão dos aventureiros. Mas todo esse doce sonho se esvaiu diante da carta recebida do nosso imperador e cuja cópia conserva o arquivo do Museu Imperial copiada por letra do futuro marquês de Queluz, que acrescenta no final: “Tal é, palavra por palavra, a carta autografa que me foi entregue por S. M. o imperador para copiar e que aqui fielmente copiei aos 16 de julho de 1824, nesta cidade do Rio de Janeiro e assinei com o meu sinal costumado. – João Severiano Maciel da Costa, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império”.

Lê-se no início, ainda por letra de Queluz: “Cópia da carta que S. M. o imperador escreve a S. M. fidelíssima o sr. rei d. João VI, seu augusto pai”<sup>9</sup>. Rio de Janeiro 18 15/7 24.

“Meu pai. O dever de filho e o amor que, como homem, consagro a Vossa Majestade, me instam a que, pondo de parte a coroa que, sobre minha cabeça, foi colocada pela generosa nação brasileira, vá, por este modo fazer constar a Vossa Majestade, o desgosto que tive quando soube dos desatinos do mano Miguel e o quanto lhe desaprovo seu proceder, e se é verdade, segundo se diz, que ele fora traidor a Vossa Majestade, já, de hoje em diante, deixa de ser mais meu irmão, pois um bom filho jamais pode amar traidores.

“Permita-me Vossa Majestade que eu, como filho, lhe dê (posto que não pedidos) meus conselhos.

“Vossa Majestade, já, quanto antes, deve reconhecer a Independência do Brasil por seu próprio interesse: da estabilidade do Império, jamais se pode duvidar, ele vai andando (apesar de alguns reveses que não enumero), sustentando-se e adquirindo cada vez mais força física e moral, que nunca poderá ser domada pelo velho e encanecido Portugal que, quanto mais quiser conquistar o Brasil, tanto mais se irá aniquilando pois, ele sem o Brasil amigo não tem comércio, e sem comércio é nada.

“Posso assim falar pois, de Portugal, já disse a Vossa Majestade, que não queria nada.

“Vossa Majestade está enganado pelos seus ministros e conselheiros que lhe dizem conquiste o Brasil. Com essas palavras, parece-lhes que lisonjeiam a Vossa Majestade e, cada vez mais, o vão precipitando em um pélogo de desgraças, umas após outras, assim como ao seu reino.

<sup>9</sup>. ARQUIVO da Casa Imperial do Brasil. II-POB-15.07.1824-PI.B.c (Arquivo Histórico do Museu Imperial).

“Vossa Majestade tem visto que o Brasil expulsou todas as forças portuguesas que já teve dentro de si, em diferentes pontos, que se poderiam ajudar mutuamente. Como, pois introduzir-lhe outras novas, sem apoio e sem que tenham uma disciplina cega, que não têm?”

“Vossa Majestade vê que o Brasil se tem engrandecido enquanto Portugal se tem abatido, e Vossa Majestade, desgraçadamente, se tem visto sempre aflito e rodeado de partidos que, se por ora não têm triunfado, contudo se têm posto em campo, por diferentes vezes e a vida de Vossa Majestade tem estado, por momentos, a ser findada debaixo das mãos de infames assassinos vendidos, Deus sabe a quem.

“Vossa Majestade tem apoio, é verdade, nas diferentes nações estrangeiras, mas esse, de nada vale para lhe salvar a vida. A vida de Vossa Majestade está em muito perigo, pois, em os fidalgos se unindo (como pretendem) ao descontente comércio, que se acha moribundo, ao desgraçado lavrador, que já não tem com que mate a fome à sua miserável família e ao artista, que não trabalha por não terem extração suas manufaturas, Vossa Majestade vai debaixo irremediavelmente e ninguém lhe poderá, infelizmente, valer.

“Reconhecendo Vossa Majestade a Independência, o comércio toma alentos, o lavrador já tem dinheiro com que mate a fome à sua família, o artista já trabalha, em uma palavra, já tudo fica contente.

“Vossa Majestade, com este apoio, pode acabar com a aristocracia dos cavaleiros lusitanos que desde 1806 trabalham pelo derribarem do trono, para porem em prática seus infames planos.

“Eu, meu pai, entrei para maçon, sei que os fidalgos, em 1806 convidaram os maçons e que eles não quiseram entrar e por isso o desgraçado Gomes Freire foi enforcado por ser constitucional, querendo ele que Vossa Majestade continuasse a ser rei. Não houve quem dissesse a Vossa Majestade que era preciso uma Constituição (eu então era pequeno). Em vingança a Gomes rebentou a revolução do Porto em 24 de agosto de 1820 e, pela mesma razão, os maçons que estavam nas cortes, tanto bateram os fidalgos e eles agüentaram calados, até que pilhando-os agora debaixo atribuem tudo que fazem a pedreiros livres; porque sabem com que horror os portugueses olham para uma tão filantrópica instituição.

“Os cavaleiros lusitanos, ou os fidalgos, vão pondo seu piano em execução, como a experiência vai mostrando a Vossa Majestade; mas sem que o povo esteja mais descontente pela falta absoluta de comércio que está quase acabado, eles não poderão realizá-lo. Cumpre a Vossa Majestade enquanto é tempo salvar-se por este aviso, e a mim avisá-lo. O reconhecimento será feito ou mais tarde ou mais cedo pois os brasileiros e eu, seu imperador, não mudamos de tenção, e antes morreremos

com a espada na mão, uma vez que juramos independência ou morte.

“Não pense Vossa Majestade que o que lhe digo é para o aterrar; não, meu pai (examine se é verdade); é para que Vossa Majestade conheça que tem um filho, que o deseja livrar dos punhais dos assassinos, que o rodeiam, eu, como imperador, e Vossa Majestade, como rei, estamos em guerra; devemos sustentar os direitos das independentes nações de que somos chefes; mas eu, como filho, e Vossa Majestade, como pai, devemos nos amar.

“Vossa Majestade está no exercício de todos os poderes, salve-se, obre o que o seu coração lhe ditar que seguramente há de ser reconhecer a Independência do Império Brasílico em um filho tão seu amigo, em um filho que se não fez imperador, pois foi o amor dos brasileiros, em paga de serviços, e as circunstâncias vistas de antemão por Vossa Majestade (a recomendação que Vossa Majestade lhe fez em carta sua de 31 de março de 1822: assim regularás a tua conduta conforme as circunstâncias em que te achares, regulando tudo com toda a prudência e cautela etc.) que me fizeram.

“Tomando Vossa Majestade meus sinceros e cordiais conselhos, adquiere glória pela generosidade, que não recai em prejuízo de terceiro, ganha a seu partido aquela parte da nação portuguesa que se acha descontente, sufoca com ela os rebeldes e se der uma constituição ao seu Reino governá-lo-á para sempre pois todos os seus súditos ficarão como desejam.

“Vossa Majestade perdoará o que digo tão francamente; mas este sempre foi, é, e há de ser o gênio.

“Deste que é, de Vossa Majestade, filho afetuoso e que como tal lhe beija a sua real mão – Pedro”.

O recebimento desta carta coincide com a reforma do ministério de d. João VI e a aceitação pelo novo Gabinete da mediação inglesa para tratar, diretamente no Rio de Janeiro, do problema do reconhecimento do Império. Stuart, já munido das credenciais de Jorge IV, dirige-se a Lisboa onde recebe os plenos poderes de embaixador de Portugal, Mas é também portador de uma carta de d. João a d. Pedro <sup>10</sup>:

“Meu filho. O portador desta carta é sir Charles Stuart que, indo revestido de plenos poderes por sua majestade britânica, como comissário, mediador e plenipotenciário, vai também munido de meus plenos poderes e instruções para tratar contigo do restabelecimento da concórdia entre povos de Portugal e do Brasil, objeto que muito tenho a peito para recíproco interesse dos mesmos povos; e merecendo o referido comissário toda a minha confiança, espero que o receberás com apreço e atenderás a quanto ele sugerir, tendente ao fim para que é enviado,

<sup>10</sup>. Id. I-POB-23.05.1825-JVI.P.c 1-2.

aceitando as propostas que por ele te faço como uma nova prova do meu paternal amor e do meu desejo incessante de ver prosperar os povos tanto deste como desse país, desejo que me tem obrigado a tantos sacrifícios, como tu não ignoras, e é notório ao mundo todo. Esta é, talvez, a última ocasião que se oferece de consolidar a felicidade dos povos que a Divina Providência nos confiou e de assegurarmos intacta a coroa que herdamos de nossos augustos predecessores. Pela minha parte tenho seguramente feito tudo quanto podia, e muito mais do que era de esperar, para conseguir tão importantes fins. Confio pois que, conhecendo os teus verdadeiros interesses e aqueles dos povos sujeitos à Coroa de que és legítimo sucessor, não desprezes este oportuno meio de pôr termo às dissensões que tantos infortúnios têm produzido e não menos escândalo.

“Deus te abençoe e te guarde como deveras te deseja e lhe pede

Teu Pai

João

“Palácio da Bemposta em 23 de maio de 1825”.

Aqui, no Rio de Janeiro, as conversações foram longas e difíceis – cada um defendendo não apenas os interesses dos seus soberanos, mas também as fórmulas e as aparências, que foram discutidas, recusadas ou aceitas, conforme as idiosincrasias políticas da época e que se julgava ser necessário defender.

Afinal, assinado o tratado de 29 de agosto, regressa Stuart à Europa, levando a d. João VI, a quem se apresentou, a resposta de d. Pedro I à sua carta de 23 de maio. Desta carta possui o arquivo do Museu Imperial uma minuta autógrafa de d. Pedro I, muito riscada e emendada, e uma “cópia”, tudo faz crer, do original enviado. Desta cópia (divergente em vários pontos da minuta imperial) é feita a presente transcrição <sup>11</sup>.

“Meu augusto pai – Por sir Charles Stuart, plenipotenciário de sua majestade britânica e de Vossa Majestade, recebi a carta de Vossa Majestade, datada de 23 de maio do corrente ano, em a qual Vossa Majestade o acreditou perante mim como seu plenipotenciário, e [dizia] que desejava o tratasse com aquele acolhimento e apreço que devia. Foi mui grande o meu prazer, recebendo a carta de Vossa Majestade, e duplicado, quando vi que Stuart era autorizado a tratar de reconhecer a independência do Império do Brasil.

“Nomeei imediatamente plenipotenciários, pela minha parte, Luís [José de Carvalho e Melo], o barão de S[anto] A[maro] e F[rancisco] V[ilela] B[arbosa]. Fizeram-se as trocas de poderes do estilo entre os negociadores e começaram-se a entabular as negociações, que tiveram fim a 29 de agosto pretérito, por haverem concluído o tratado, assinado nesse mesmo dia e ratifica-

---

11. Id.I-POB-03.09.1825-PI.B.c

do por mim no imediato, assim como a convenção sobre indenizações, na qual foi acordado dar o Brasil, na forma nela expressada, 2 milhões de libras esterlinas, de cuja soma Vossa Majestade poderá tirar já para si, por indenização das suas propriedades, a quantia de £250 // S. pois Gameiro já tem ordem para as pôr à disposição de Vossa Majestade e, quando Vossa Majestade julgue pouco a soma, pode reclamar, na forma da citada convenção, o que espero não tenha lugar, atenta a generosidade de Vossa Majestade.

“Vossa Majestade verá que fiz, de minha parte, tudo quanto podia e, por mim, no dito tratado, está feita a paz. É impossível que Vossa Majestade, havendo alcançado suas reais pretensões, negue ratificar um tratado que lhe felicita seus reinos, abrindo-lhe os portos ao comércio estagnado, e que vai pôr em paz tanto a nação portuguesa, de que Vossa Majestade é tão digno chefe, digo rei, como a brasileira, de que tenho a ventura de ser imperador.

“Neste passo Vossa Majestade vai mostrar ao mundo que ama a paz e igualmente a um filho que anuiu às suas reais pretensões, concedendo no tratado pontos bem difíceis e bastantemente [sic] melindrosos, como Vossa Majestade não ignora. Eu, meu pai, conto tanto que Vossa Majestade ratificará o tratado e convenção, pois conheço seu coração dócil, benigno e amigo da paz, que no dia 7 deste setembro publico o tratado e me reputo já reconhecido por Vossa Majestade e estabelecida a mais perfeita harmonia entre as nações portuguesa e brasileira.

“Consulte Vossa Majestade seu real coração: ele lhe ordenará que ajude a Realeza na América, por seu próprio interesse, independente daquelas relações de amizade que devem haver entre um pai e um filho, ambos os [sic] soberanos.

“Não perca Vossa Majestade a ocasião de se fazer ainda mais célebre aos olhos do mundo e a glória de ser chamado, não só pelos portugueses, mas até pelos brasileiros, o generoso João Sexto.

“Agora só me resta fazer votos ao céu para que dilate os anos de Vossa Majestade e lhe faça conhecer quanto é querido e amado por este seu filho que, como tal, lhe beija sua real mão – Pedro.

“Rio de Janeiro, 183/9 25”.

Estranha linguagem, que feria, certamente, os ouvidos absolutistas do velho rei... Mas não tardou em respondê-la:

“Meu querido filho. Sir Charles Stuart me enviou a tua carta de 4 de setembro: o muito que estes dias tenho sofrido me embaraça de que a ela te responda em todo o seu conteúdo. Espero em Deus que o incômodo que hoje sofro nas minhas pernas cesse brevemente e então responderei a tudo que na dita carta se contém. Nesta ocasião só te digo que, na conformidade do que me pedes, ratifiquei o tratado. Tu não desconheces quan-

tos sacrifícios por ti tenho feito. Sê grato e trabalha também da tua parte para cimentar a recíproca felicidade destes povos que a Divina Providência confiou ao meu cuidado e nisto darás um grande prazer a este pai que tanto te ama e a sua bênção te deita.

João.

Palácio de Mafra em 18 de novembro de 1825”.

Conserva o Museu Imperial, juntamente com esta carta, o envelope lacrado e endereçado – “Ao imperador d. Pedro, meu filho” – e no canto inferior: “*Corveta Lealdade*”.

Minhas senhoras e meus senhores.

Não sei se, dentro do razoável espaço de tempo que me impus, pude apresentar-vos um trabalho à altura do magno acontecimento que estamos comemorando.

E diante da suspeita de não haver correspondido ao que de mim se esperava, devo terminar dizendo como aquele poeta espanhol a quem um novato perguntou:

- Mestre, como se faz um soneto?
- Ponha um título no princípio e um ponto no fim – disse-lhe o artista.
- E no meio, mestre, e no meio?
- Hay que poner talento!

Como o energúmeno da anedota escrevi o título que me foi dado no princípio destas páginas e, ao colocar o ponto final, verifico que, ao contrário do que se esperava e da recomendação do poeta, faltou-me o talento para preencher o espaço, que ficou vazio.





**A IMPERATRIZ  
LEOPOLDINA**

---

*Lígia da Fonseca Fernandes da Cunha*



Na data de hoje, há cento e cinquenta anos, portanto no dia 29 de agosto de 1822, partia do Rio de Janeiro rumo a São Paulo o correio Paulo Bregaro, portador de várias cartas de dona Leopoldina, princesa do Reino do Brasil, e de seu ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Deviam as notícias ser entregues com urgência ao príncipe regente do Brasil, o senhor dom Pedro de Bragança, pois o momento era de grande inquietação e as novas chegadas de Portugal, dia 28, diziam especialmente respeito às decisões das Cortes portuguesas não só em relação à política administrativa do Brasil, como também à pessoa de dom Pedro e seus familiares, intimados a voltar quanto antes a Lisboa.

Recebendo-as, dom Pedro, afastado da escolta que o acompanhava, leu as notícias, meditou alguns segundos e bradou: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!” Em seguida arrancou do chapéu o laço português atirando-o longe e arrancando a espada prestou juramento. Dirigiu-se então à guarda dos dragões que o escoltava e repetiu: “Laço fora, soldados! Viva a Independência, a liberdade e a separação do Brasil!” Isto se passou a 7 de setembro, às margens do riacho Ipiranga.

Mas, que notícias tão importantes seriam aquelas? Por que estaria uma mulher à testa do governo naquele momento de tão relevantes acontecimentos? Qual a verdadeira atuação de dona Leopoldina naqueles trágicos meses de 1821 e 1822?

Para responder, voltemos atrás cinco anos no tempo e talvez, interrogando a história e conhecendo as razões da permanência no Brasil dos reis de Portugal e sua corte, talvez, repetimos, a resposta esclareça os acontecimentos que levaram à separação de dois reinos até então unidos sob o cetro e coroa da mesma potestade.

Naquela manhã de 6 de novembro de 1817, acordara o Rio de Janeiro engalanado e festivo. Folhagens odoríferas perfumavam as ruas; colchas estendidas nas sacadas das ruas centrais decoravam o trecho por onde passariam os membros da comitiva real e o suntuoso cortejo dos palacianos. O povo, alegre e curioso, postava-se no trajeto: do Arsenal Real da Marinha, passando pela Rua Direita até o Largo do Paço, a multidão se comprimia para assistir a chegada de um novo membro da família real: a arquiduquesa austríaca, recém-esposada pelo príncipe herdeiro da coroa portuguesa.

Mas esse casamento, tão esperado pelo rei d. João VI, desejoso de prevenir a sucessão de sua casa reinante, tinha neste dia 6 de novembro seu corolário, encerrando um ciclo de negociações e entendimentos que já duravam alguns anos.

Sabe-se que desde 1807 entravam nas cogitações do governo português a escolha de uma noiva para o príncipe real e das várias tentativas neste espaço de dez anos, vale aqui referir somente à última, de cujos entendimentos foi o marquês de Marialva, como diplomata, encarregado de concluir em 1817.

Estas negociações foram iniciadas no ano anterior, na corte de Viena de Áustria, por Rodrigo Navarro de Andrade, ali encarregado de Negócios de Portugal.

Dos entendimentos preliminares com o poderoso Metternich ficou asentada a escolha da arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo, filha do Imperador Francisco I, o qual declarou que nada resolveria sem o consentimento de sua filha. Esta não demonstrou desgosto, muito embora as perspectivas de um enlace na distante corte portuguesa instalada temporariamente na América tivessem pesado nas considerações paternas. Entretanto, é a própria Leopoldina que se refere ao fato de que uma atração a inclinava para o longínquo continente: “para mim não podia haver maior gosto do que ir à América” (in Tobias Monteiro), respondendo às preocupações de seus conterrâneos ou então ao escrever à tia, a grã duquesa da Toscana, sua amiga e confidente de toda a vida: “A viagem não faz medo, creio que é até predestinação pois sempre tive um singular pendor pela América. Quando criança sempre dizia que queria lá ir” (Cartas da Col. B. Otoni na B. N.; dezembro de 1816).

Os entendimentos se oficializaram em 17 de fevereiro de 1817, quando o marquês de Marialva, nababescamente instalado na cidade austríaca, capital do Império, pede a mão da arquiduquesa em audiência pública. Não poupou o governo português despesas para o bom êxito da missão, para a qual estava o embaixador autorizado a gastos extraordinários, incluídos os presentes a serem distribuídos na corte, aqueles que de um modo ou de outro tiveram parte nos trabalhos diplomáticos da chancelaria austríaca. Quanto ao presente de noivado, entregou o embaixador português à arquiduquesa Leopoldina o retrato de dom Pedro, miniatura rodeada de uma cercadura de brilhantes de excepcional beleza, rematada com a coroa e um fio das mesmas pedras cintilantes, que causou espanto inclusive ao chanceler Metternich que se externou em admirações elogiosas ao marquês de Marialva.

A real noiva, exprimindo satisfação e agrado pelo retrato recebido, diz à sua tia: “acho-o agradável e sua fisionomia exprime bondade e espírito... o único fim a que me proponho é fazer o possível para torná-lo feliz e espero conseguir, procuran-

do a minha própria felicidade no cumprimento dos meus deveres” (Col. B. Otoni).

Enquanto se desenrolavam nos gabinetes do governo os detalhes das negociações para o casamento de dom Pedro de Bragança com d. Leopoldina de Habsburgo, ia a futura imperatriz do Brasil dedicando seu tempo a melhor conhecer e estudar o país para onde se dirigiria e a língua portuguesa, a qual pretendia utilizar fluentemente. São várias as notícias que chegam ao Rio de Janeiro sobre o seu interesse nas ciências naturais, rodeando-se de livros e mapas e consultando naturalistas que haviam estado no Brasil.

O nobre português, visconde de Barbacena, ao escrever ao rei sobre o casamento relata: “S. A. I. depois de haver dito com aquela afabilidade e modestia que a caracterizavam, o quanto ela apreciava o enlace que a Divina Providência lhe destinara, se informou de mim de tudo quanto dizia respeito ao bem-estar de nosso amo e ao de S. A. I. ... respondendo que desde menina tivera os maiores desejos de ver o continente da América e que agora tendo uma tal ocasião de satisfazer estes desejos, se reputava extremamente feliz... foi encontrada rodeada de mapas do Brasil e livros que contêm a história deste reino ou memórias a ele relativas...” (carta 19/11/1816).

Realizaram-se as bodas no dia 13 de maio de 1817, representando o noivo o arquiduque Carlos; era uma homenagem ao sogro a escolha da data, pois nesse dia comemorava-se também na América Portuguesa o seu aniversário. Deste dia em diante, já princesa real portuguesa, decorrem para d. Leopoldina uma série de atividades sociais programadas para festejar suas bodas e se encerraram com um baile para mais de dois mil convidados. A feérica e deslumbrante decoração dos jardins do parque imperial de Amgarten, a música de várias orquestras escondidas entre os bosques de folhagens, a ceia servida à Família Imperial em baixela de ouro e aos convidados em baixela de prata, cristais e porcelanas, tudo foi de uma suntuosidade inigualável, concorrendo para deixar a todos a melhor das impressões quanto ao poderio e riqueza da corte portuguesa como que a afastar qualquer preocupação porventura a toldar a viagem da real noiva.

Despacha logo em seguida o imperador Francisco I o conde de Wrmba, encarregado de participar o casamento a d. João VI, e cumprimentá-lo pela subida ao trono.

Logo em seguida se ultimam os preparativos da partida e a princesa real toma o caminho da Itália. Acompanha-a grande comitiva a ser distribuída em duas fragatas *Áustria* e *Augusta*: o embaixador extraordinário conde von Eltz; o encarregado de negócios barão de Neveu; o secretário de embaixada, barão von Hugel; os condes Schoulted e Palffy.

Para que fizesse jus ao interesse do imperador austríaco pela terra onde se instalaria a filha, e também para justificar

sua vocação para as ciências naturais, acompanhou-a nesta viagem a Missão Científica austríaca, composta de botânicos, zoologistas e mineralogistas, cujos nomes até a data presente são lembrados pelos que se dedicam às ciências naturais. Os trabalhos que publicaram relacionados com as riquezas do Brasil e as coleções de espécies coletadas em vários anos de viagem pelo interior de nossa terra, ainda são hoje de grande importância. Não descuidando da informação iconográfica, também faziam parte da expedição dois desenhistas, dos quais Thomas Ender, o mais conhecido, será oportunamente lembrado.

Em Florença a princesa aguardaria para embarcar em Livorno; o atraso se devia em parte às notícias da revolução pernambucana, movimento de influências democráticas e republicanas, tendentes à separação de Portugal. Ali revê parte de sua família: irmãs e tias casadas em cortes italianas. Durante os meses que passou à espera da frota portuguesa a princesa real Leopoldina aguarda com ansiedade o momento em que se encontraria com o marido. Romântica por temperamento alemão, pela juventude e embalada pelas ilusões que lhe deram os embaixadores portugueses, não pensa senão naquele venturoso instante como bem o demonstra sua correspondência.

“Estou furiosa porque não chega a frota portuguesa e eu quero de qualquer forma chegar ao Brasil.” “Quero estar perto de meu esposo, quando chegarei ao objetivo de minha felicidade.” “Não penso senão nele. Quero estar nos braços de meu marido.” “Não sonho senão com o meu querido Pedro.” “Já o amo e o adoro sem o conhecer e embarco com o firme propósito de fazer a felicidade do príncipe meu esposo.”

Mais não é necessário para concluir sua disposição, em relação ao marido.

Informados do término da rebelião de 1817, prosseguem os preparativos para o embarque em Livorno. A 13 de agosto desenrola-se a cerimônia da entrega de S. A. R. a arquiduquesa Leopoldina, pelo príncipe de Metternich representando o imperador da Áustria, ao comissário de d. João VI, o conde de Castelo Melhor.

A 15 de agosto parte a esquadra portuguesa, a qual, em Gibraltar, se incorporariam as duas fragatas austríacas. Entretanto, uma tempestade e ordens superiores reformularam o programa e a Áustria chegou ao Rio de Janeiro meses antes da princesa real. Apenas a acompanharam a bordo da nau *D. João VI* suas damas, criados, capelão, bibliotecário e dois médicos. A viagem de oitenta e três dias se fez sem grandes percalços. Em Gibraltar a fragata Augusta reuniu-se novamente à frota portuguesa. Uma parada de três dias na Ilha da Madeira, onde a princesa Leopoldina aproveitou para passeios e compras de animais, foi a única ocasião de refrigério na monótona aventura.

Afinal, na manhã de 5 de novembro, avistaram-se das fortalezas os navios da esquadra encarregando dom João VI o seu

representante, conde de Viana, gentil-homem da Câmara, de ir a bordo saudar a sua alteza real. Somente à tarde, por dificuldades de velejar, entraram na baía e repicaram os sinos; troaram em salvas os canhões das diversas baterias em homenagem à recém-chegada.

Ancorada em plena baía, espera a princesa a chegada da galeota real trazendo toda a nobreza do Reino de Portugal ao seu encontro. Pela mão do conde de Castelo Melhor é dona Leopoldina levada à presença dos imperantes, lançando-se aos pés dos sogros, cumprimentando em seguida ao esposo dom Pedro “por quem foi acolhida com os mais vivos sentimentos de consorte” no dizer do cronista, passando então a cumprimentar os demais membros da família. Uma breve visita a bordo ainda seguiu a esta cerimônia, que se desenrolara na galeota, pois dom João, doente da perna, não subiria os degraus e aguardaria a continuação das manifestações no dia seguinte, 6 de novembro, ocasião do desembarque da princesa.

O dia favoreceu a cerimônia. Muito sol, espetáculo movimentado, a família aguardando-a no Arsenal Real da Marinha. O desembarque da princesa real ao lado do noivo, ambos tomando assento na carruagem engalanada ao lado dos imperantes, a formação do cortejo de noventa e três carruagens e o encaminhamento para a Capela Real entre vivas e aclamações do povo pelas ruas enfeitadas de flores e arcos triunfais.

Depois do Te-Déum, recolheu-se a família real ao paço, aparecendo ao povo mais tarde nas sacadas e se dirigindo os noivos às 11 horas da noite para São Cristóvão.

Na continuação dos festejos, seguiram-se um concerto no dia seguinte, e mais três dias de festas e luminárias na cidade.

Entra a vida na sua rotina e a princesa real inicia no Brasil uma existência bastante rápida pelo tempo decorrido, nove anos, mas cheia de intensas e completas vivências.

Dois seres tão diversos unidos por conveniências diplomáticas e dinásticas: ele, belo, ardente, inconstante, temperamental, cheio de defeitos de educação, poucos estudos e sem cultura; ela, nada vaidosa, equilibrada, discreta, educada, culta e cheia de interesses e curiosidade intelectual.

A ligação matrimonial forjada nas ante-salas palacianas teria certamente levado em conta a nobreza, tradição e origens dos dois príncipes, mas não consideraram o principal: interesse e afinidades dos esposos. Entretanto, duas mesmas paixões os unia: a música e os passeios a cavalo; de ambas iria se valer dona Leopoldina para mais se aproximar do marido. É no seu próprio testemunho epistolar que se encontram as primeiras notícias de sua vida conjugal, vida essa que despontava feliz, calma, equilibrada ao lado do marido por quem rapidamente se apaixonara. Voltado apenas para a vida doméstica, afastado da política pelos ministros de dom João VI, podia o príncipe real

acompanhá-la muitas horas e entreter-se num convívio feito de amizade que se transformaria em amor, muito mais ardente da parte da mulher.

À tia escreve logo em janeiro de 1818: “o país é belíssimo, cheio de lugares deliciosos, montanhas altas, planícies verdejantes, florestas de árvores magníficas, cheias de flores e pássaros de plumagem incomparável a voejar. A América portuguesa seria um paraíso terrestre se não tivesse um calor insuportável de 88° e muitos mosquitos que são um verdadeiro tormento. Passeio muito a cavalo e a pé e em carruagem; durante o dia me ocupo com leituras ou tocar músicas com meu esposo que toca muito bem quase todos os instrumentos; eu o acompanho ao piano e desta forma tenho a alegria de estar sempre perto da pessoa amada.” “Não posso dizer o quanto sou feliz, pois vós sabeis bem, cara tia, quanto é doce estar entretida com a pessoa que se ama, pois achei em meu marido um amigo que adoro pelas suas excelentes qualidades e a quem eu dedicarei de ora em diante, com um prazer inexprimível, todos os meus cuidados.”

Do sogro diz: “Vejo no rei um segundo pai que me agrada muito e quer me ver sempre a seu lado. Estou sempre muito ocupada, pois o príncipe adora música e leituras, passeio muito de carruagem e também a pé, porém sem me fatigar muito pois o calor é insuportável. O país é lindo mas não há agricultura, o que me faz pena. Sou muito feliz – tenho a amizade de um esposo que adoro, a bondade de rei a que sou feliz por ser sua súdita.”

Uma vida idílica, sossegada e calma quando melhor se conheceram, foi se desenvolvendo quase à parte da corte portuguesa. Vivendo a maior parte do tempo em São Cristóvão e voltados para interesses outros que os dos demais membros da corte portuguesa participavam das poucas solenidades oficiais obrigatórias. Tiveram destaque dentre todas as realizadas a 6 de fevereiro de 1818, festejando a aclamação de d. João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves quando novamente se engalanou a cidade para comemorar a subida ao trono, do qual era até então príncipe regente, e as de 12 de fevereiro, comemorativas do primeiro aniversário de casamento do príncipe real. Em breve anunciava a princesa à sua tia sua próxima maternidade.

Entre os prazeres domésticos, voltada apenas para o marido, os filhos, suas leituras e coletas botânicas e zoológicas, passam-se os anos. Os filhos se sucedem: d. Maria da Glória, João Carlos; e o príncipe se desvelava em amor aos filhos aguardando o retorno a Portugal, com o que sempre sonhava a esposa.

Entretanto, os reflexos da revolução constitucionalista do Porto trazem perturbações à corte instalada no Rio de Janeiro e dom Pedro, embora afastado das decisões governamentais, delas se inteirou pelos conhecimentos e leituras de obras de Fi-



langieri e Benjamin Constant. Não eram desconhecidas de sua mulher as inclinações e simpatias do marido pelas idéias tão em desacordo com os princípios monárquicos baseados na investidura do poder proveniente do direito divino.

A revolução do Porto em 1820 desencadeou em Portugal uma reação burguesa constitucionalista contra a soberania reinante instalada provisoriamente na América.

As primeiras notícias chegadas ao Rio trazem ecos da revolta popular e desejo das câmaras de volta ao reino da família real. Em fevereiro de 1821, determina-se a volta imediata do príncipe herdeiro, dom Pedro, que iria sem a mulher pois ela aguardava para breve o nascimento de mais uma filha. Nesse momento de angústias e aflições, a princesa real vendo-se isolada numa corte estrangeira, ameaçada da separação conjugal, do marido que adorava, recorre a um aventureiro alemão para que a ajudasse numa fuga, a bordo de um navio fretado, para ir encontrar o esposo em Portugal. Mas não se realizou a ida do príncipe que pouco depois muda de opinião e se decide pela solução constitucionalista, desde que oferecida pelo monarca e não como conquista popular e revolucionária. São tempos difíceis, quando acompanhando as opiniões do marido, divergindo frontalmente com as de seu pai, tenta conciliar os dois extremos e escreve para Áustria, a Francisco I: “muito embora os desagradáveis acontecimentos políticos na Europa portuguesa, eu me comportarei como boa esposa, filha e súdita” e para angariar a simpatia para o esposo, manda de presente ao pai uma sinfonia e um Te-Déum, compostos por dom Pedro.

Forçado a jurar uma constituição ainda sendo elaborada em Lisboa, vai o príncipe dom Pedro, em seu nome e no do rei, ao Largo do Rocio, na manhã de 26 de fevereiro, quando declara diante do povo a aceitação provisória. D. Leopoldina continua a corresponder-se com o pai; nas suas cartas transparece a preocupação que a domina: “Duros os dias desta semana para mim; quiseram separar-me de meu esposo, e isto por motivos privados e maus propósitos. Se a pátria o exigisse eu me resignaria a todos os sacrifícios, supondo cumprir meu dever; agora fui salva pela bondade de meu digno sogro e posso cumprir o meu dever de esposa e súdita e passado o meu resguardo, embarcar de volta para a Europa, pois há muito que Portugal o exige”. Ilusões ainda as conservava: a de voltar novamente à Europa, e para mais perto de seus familiares. Entretanto, desvaneceram-se suas esperanças com aquele ato público. A 22 de abril de 1821 é confiada a dom Pedro a regência do Brasil e o rei com toda a família real, menos seu primogênito, embarca quatro dias depois naquela mesma nau *D. João VI* que em 1817 trouxera Leopoldina de Livorno.

Lugar-tenente de seu pai o rei dom João VI e príncipe regente do Brasil, o papel que coube a dom Pedro não foi dos mais fáceis. A pressão dos portugueses aqui estabelecidos, sim-

patizantes com a causa democrática, a rivalidade dos brasileiros tendentes à separação, dificuldades administrativas, rebeldia das tropas, a pressão das cortes de Lisboa para tornar o Reino do Brasil à anterior condição de colônia, tudo já estudado e divulgado por tantos historiadores, tudo levava o jovem e ardoroso governante a se afastar das determinações reais.

As contemporizações não duram muito e dona Leopoldina, sentindo as dificuldades, contorna a situação: para não criar problemas concorda em aceitar os pontos de vista liberais e constitucionais de dom Pedro. Sabendo que todas estas notícias eram levadas à Europa, principalmente pelos diplomatas aqui estabelecidos, escusa-se ao imperador austríaco pelas preocupações que a fazem rarear notícias; fala nos tempos inquietos e que por prudência cala e consente em muita coisa que no íntimo lastima, e esperançosa de um final bem sucedido diz confiar na boa providência e na leviandade do homem que «começa as coisas com grande zelo e logo com grande indiferença lhes põe termo»; mas até fins de 1821 ainda se vislumbra uma esperança de voltar ao velho continente.

Entretanto, contrariados nas suas aspirações de liberdade, os anseios patrióticos dos brasileiros se avolumavam; clubes maçônicos, jornais e panfletos caracterizados pela liberdade de opiniões influíam na população. O próprio imperador foi levado a freqüentar a Loja Grande Oriente do Brasil e lá se discutia abertamente a separação dos dois reinos.

Continua a preocupação da princesa: “cada dia é maior a desordem e os cabeças do governo estão inteiramente dominados pelos novos princípios” [...] “aqui reina uma verdadeira desgraça, todos os dias são novas perturbações. Os verdadeiros brasileiros são gente boa e sossegada, mas as tropas portuguesas estão animadas das piores intenções e o meu esposo, Deus nos valha, ama as novas idéias [...] receio que para seu mal ele veja tudo claro quando já for tarde e eu só vejo tudo negro no futuro [...] se eu estivesse mais perto de meu pai e da pátria, então dar-vos-ia a guarda de meus filhos e ficaria tranqüila porque o meu dever exige, embora eu seja de opinião diferente, a permanecer até o fim ao lado de meu esposo.”

A Constituinte portuguesa, por erros reiterados, apressaria o choque entre as duas monarquias portuguesas, disse Otávio Tarquínio de Sousa. Foi o que provou a chegada do brigade *Infante D. Sebastião* ao Rio de Janeiro a 9 de dezembro de 1821; trazia as deliberações dos constituintes reunidos em Lisboa: o governo geral do Brasil seria extinto e substituído por juntas governativas independentes e diretamente subordinadas ao reino; os negócios da Fazenda e das Armas seriam dirigidos de Lisboa e a volta do príncipe era ordenada para logo, notícias certamente que eram um profundo golpe desfechado contra o jovem autoritário, rebelde e ambicioso; também o povo brasileiro não tardou em se manifestar contrariamente.

Em poucos dias mais de oito mil assinaturas foram recolhidas, subscrevendo a petição para que o príncipe não se ausentasse do Rio de Janeiro; Minas e São Paulo também endossavam a petição. Marcada a data de 9 de janeiro de 1822, quando então ficou assentada a permanência do príncipe regente, em frontal desobediência às Cortes. Participando e ciente dos acontecimentos, a princesa Leopoldina se informa de todas as maneiras; busca em Schaeffer as notícias que não chegavam ao Palácio à véspera do Fico, manda-lhe o bilhete: “Esperam-se muitas agitações para o dia de amanhã; ouviu dizer alguma coisa? O príncipe está preparado, mas não tanto quanto eu desejaria; os ministros vão ser mudados e empregar-se-ão os naturais do país que sejam ilustrados e que o governo vai ser instituído à maneira dos Estados Unidos da América do Norte – custou-me muito a alcançar tudo isto, e só queria poder inspirar mais decisão.”

Nesta carta, na véspera do Fico, pela primeira vez a futura imperatriz manifesta formalmente a idéia não só de uma separação de Portugal, como também a uma nova forma de governo, moderna, em discordância com os seus princípios de autoridade monárquica. Diz ainda: “julgo que seria melhor que os valorosos brasileiros deixassem meu esposo organizar o governo aqui, segundo sua vontade, pois do contrário, esta pequena circunstância poderia impedir que ele aqui ficasse e, muito especialmente prometer que estão dispostos a assumir toda a responsabilidade perante as Cortes”, como que prevenindo sobre as conseqüências e também sobre o impulsivo caráter do marido. Na expectativa de alarmantes acontecimentos, com a revolta das tropas portuguesas por Avilez, envia a família para Santa Cruz, ocasião em que falece o herdeiro dom João Carlos. Transborda a mãe de dor, dando à tia a dolorosa notícia: “Tive a infelicidade de perder meu muito amado filho no momento em que ele pelas suas graças e encantos infantis começava a fazer a minha alegria; rodeada por uma guerra civil e sentimentos de revolução e insubordinação, fui forçada a fugir com os meus dois filhos a 12 horas daqui, por um dia quente e de muito sol; a pobre criança com uma fraca resistência e constituição delicada [...] morreu 15 dias após [...] lhe asseguro, cara tia, que nunca tive um tão grande desgosto na minha vida e somente a religião e o tempo poderão me consolar...”

Um mês depois, escreve: “parece que depois das enérgicas providências que tomaram, gozamos de uma perfeita e durável tranqüilidade, mas é preciso fazer o sacrifício de continuar na América. Embora me custe, estou inclinada a fazê-lo e a me separar para sempre de todos os meus amigos europeus, pela tranqüilidade e felicidade de minha nova família.” Logo depois lhe nasce, a 11 de março, dona Januária.

As sucessivas manifestações do príncipe ao novo estado de coisas, mormente às tendências separatistas, vão se definindo

em manifestos, em cartas ao pai. A maçonaria cativara-o para suas fileiras e naquele ambiente rodeado de patriotas, foi empossado como grão-mestre. As idéias ali preconizadas favoreciam a independência do Brasil; os ministros escolhidos para orientar o governo, depois de 9 de janeiro, também eram maçons. Mas as exaltações continuavam; dom Pedro fora a Minas e conseguira atrair e conciliar os mineiros; em agosto vai a São Paulo com o mesmo objetivo.

Ficam os destinos do país entregues à regência de sua mulher, dona Leopoldina, que noticiava à tia: “meu adorado esposo partiu para São Paulo e estou neste momento encarregada de todos os negócios, o que representa o maior sacrifício que eu possa fazer pelo Brasil”. Nesta função, trava seu contato mais íntimo com José Bonifácio, que sempre a admirou e de quem foi sempre amigo.

Enquanto em São Paulo dom Pedro inspeciona, dirige e providencia, chega no dia 28 ao Rio as terminantes ordens de Lisboa enviando tropas que desembarcariam na Bahia de onde, aguerridas, iriam destroçando as províncias e fomentando desordens até se apossar para Portugal de toda a ex-colônia.

O teor da carta da princesa regente, divulgada pelo prof. Hélio Viana que a encontrou no Arquivo da Família Imperial, guardada no Museu Imperial, Petrópolis: “29 de agosto de 1822. Meu querido e muito amado esposo. Mando-lhe o Paulo [Bregaro], é preciso que volte com a maior brevidade; esteja persuadido que não só o amor e amizade que me fazem a assim desejar, mais que nunca, sua pronta presença, mas sim as críticas circunstâncias em que se acha o amado Brasil; só a sua presença, muita energia e rigor podem salvá-lo da ruína. As notícias de Lisboa são péssimas – 14 batalhões vão embarcar nas três naus; mandou-se imprimir suas cartas e o povo lisboense tem-se permitido toda qualidade de expressões indignas contra a sua pessoa; na Bahia entraram 600 homens em duas ou três embarcações de guerra; e a nossa traidora esquadra ficou de boca aberta olhando para elas. Na cidade do Rio têm produzido estas notícias o maior alvoroço. Os ministros de estado lhe escrevem esta carta aqui inclusa e assentou-se não mandar os navios para o sul porque o Lecor se desmascarou como Maroto e era capaz de embarcar a tropa para Santa Catarina; a sua vinda depois decidirá se sempre quer mandá-los.”

São estas notícias que decidem o príncipe regente a proclamar a Independência do Brasil, para cuja decisão influiu sua mulher dona Leopoldina.

A volta do príncipe regente ao Rio de Janeiro transforma-se em triunfo. No dia 14 vai em companhia da mulher ao Teatro Real S. João, situado no Largo do Rocio e que passou a palco dos mais relevantes acontecimentos históricos; veste-se dona Leopoldina com as novas cores do Império: verde e amarelo, cores que também se viam em profusão na platéia. Manifestações

se sucedem e os bandos apregoando a próxima aclamação do imperador do Brasil são afixados em diversos pontos da cidade. A 12 de outubro recebe com a consagração popular e das câmaras o título de Imperador Constitucional do Brasil e seu Defensor Perpétuo; a imperatriz o acompanha juntamente com a primogênita, dona Maria da Glória. Seguem num coche puxado por oito cavalos e mais o cortejo das tropas; ao chegar ao Campo de Santana, dirigem-se para a varanda do palacete, reformado para a solenidade; ministros, dignitários, o Senado da Câmara o esperavam e o saudaram com estrepitosos vivas. Ao discurso de Gonçalves Ledo, respondeu o imperador, aceitando o título, e os vivas continuaram: ao imperador, à imperatriz, à Santa Religião, à dinastia dos Bragança, à Assembléia, ao povo constitucional, estrugindo na praça apinhada.

Depois da consagração popular seguem os imperantes até a Capela Imperial, dona Leopoldina em carruagem e dom Pedro a pé, sob o pália sustentado pelos procuradores das províncias. Ao Te Deum segue-se o beija-mão no paço e à noite no teatro a continuação das manifestações; durante dois dias seguiram-se luminárias, festas de igreja, discursos políticos, nos quais José Clemente Pereira deixou bem claro que a forma de governo seria organizada pela Assembléia Constituinte [...] em uma constituição sã e liberal.

Encerrada a euforia da independência, entra o governo imperial em uma fase de graves decisões – distúrbios internos, dissensões entre o imperante e seus ministros tendo até o imperador se valido da influência da mulher, para reintegrar no governo José Bonifácio. Foi graças a ela, seu tino e visão esclarecida que muito se decidiu em prol da boa causa brasileira.

A 1º de dezembro foi então sagrado e coroado imperador; a cerimônia solene e majestática, onde como já tem sido aventado pelos historiadores também dona Leopoldina influenciou, com a introdução de algumas das pragmáticas da corte austríaca. Sempre relembando a constitucionalidade do Império, jurou dom Pedro da sacada do paço: “juro defender a Constituição que está sendo feita, se for digna do Brasil e de mim”.

Dona Leopoldina, a imperatriz, considera-se brasileira e disto se louvava em carta ao marquês de Marialva, intermediário nas negociações de seu casamento.

E o ano de 1822 não se finda sem que dom Pedro faça vir para o Rio de Janeiro dona Domitila de Castro Canto e Melo, que conhecera em Santos, às vésperas da Independência, e que na corte incipiente teria uma projeção de triste memória.

Mas enquanto sua esposa legítima, a imperatriz, não se entregava ao desespero da humilhação, contou com ela para providenciar a remessa de soldados alemães por intermédio do aliciador Schaeffer e para, o mais importante, se interessar pelo reconhecimento da Independência do Brasil pelas potências européias.

Quanto ao primeiro, testemunham as cartas enviadas a Schaeffer sua ingerência nos negócios de estado: as de 1824 pedem o envio de 3.000 homens; interessa-se junto ao imperador pela nomeação do tedesco ao posto de Encarregado de Negócios junto às cidades anseáticas e solicita sua interferência para conseguir dinheiro, prova de que os negócios não iam bem, e se expressa: "... aqui não anda tudo como eu desejaria, mas esperamos o melhor do Todo Poderoso". A única referência às suas tristezas e mágoas é em 1826, numa carta de outubro quando veladamente se refere à concorrente no coração e amor do marido: "... aqui infelizmente anda tudo transtornado, pois sinceramente falando, mulheres indignas fazendo de Pompadour e Maintenon".

Se nem tudo ia como a imperatriz desejava, era em grande parte por culpa do esposo. Desmanchava-se em atos de desconhecimento e desobediência às câmaras, em ultrajes à mulher e à sua dignidade de esposa, esquecendo-se do respeito e fidelidade conjugais, que lhe eram até lembrados em cartas anônimas. Ainda assim, teriam mais filhos: dentre eles, dom Pedro, que seria mais tarde o segundo imperador.

Os atos do imperador repercutiam escandalosamente, não só no Brasil como também nas cortes européias, notícias que eram mandadas pelos embaixadores aqui residentes. Mas dona Leopoldina amava o marido e ainda tentava por todos os meios a adesão do imperador da Áustria à causa brasileira. Escreve até à irmã Maria Luísa nesse sentido: numa carta do Arquivo de Viena pede a interferência da irmã junto a Metternich, no sentido de reconhecer a independência do Brasil.

**A INTRODUÇÃO  
DO PADROADO  
NO IMPÉRIO**

---

*João Camilo de Oliveira Torres*





Dizia o artigo 5º da Constituição Política do Império do Brasil: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. E mais o artigo 102 (atribuições do Poder Executivo: “§ 2º Nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos. § 14 Conceder ou negar beneplácito aos decretos dos concílios e letras apostólicas, e quaisquer outras constituições eclesiásticas, que não se opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da assembléia se contiverem disposição geral”.

Vale dizer, adotava o Império o sistema de religião oficial, mas sendo esta a Católica, verifica-se que oficializara o regime de Padroado, com as suas duas características próprias: o direito de apresentação e o direito de *placet*. O primeiro consistia no direito ou privilégio de indicar os ocupantes dos cargos da hierarquia eclesiástica e o segundo de aprovar, ou não, atos da Santa Sé.

A história do Padroado entre nós é bastante confusa <sup>1</sup>. Em sua origem é algo simples: na Igreja primitiva todo fiel sendo um militante, os lugares de presbíteros e bispos eram escolhidos pelo povo cristão. Com o tempo isso ficou impraticável e além disso impunha-se uma certa hierarquia e centralização. Para a boa administração das coisas da Igreja, e considerando as condições dos tempos e a doutrina de que o rei era *vices gerens multitudinis*, o vigário do povo, os papas delegaram-lhes o direito de administrar as igrejas nacionais em seu nome e, por serem cabeças do povo santo, os chefes do laicado. Afinal, como poderia o Papa administrar a Igreja, escolher bispos, transmitir as diretrizes doutrinárias na Idade Média, principalmente no primeiro milênio que se seguiu ao fim do Império Romano?

---

1. Sobre os diversos problemas históricos, jurídicos e religiosos da questão, ver, entre outros:

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil eclesiástico brasileiro*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1866.

OLIVEIRA, Oscar de (arcebispo). *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*. Belo Horizonte, Univ. de Minas Gerais 1964.

DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja brasileira*. São Paulo, Cia E. Nac. 1928 (Brasiliana v, 125).

POLIANO, Luís Marques. *Ordens Honoríficas do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

MARIA, Júlio (padre). *O Catolicismo no Brasil; memória histórica*. Rio de Janeiro. Liv. Agir, 1950.

CARROUGES, Michel. *O Laicato, mito e realidade*. São Paulo. Duas Cidades, 1967.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas do Brasil*, São Paulo, 1969.

E, como bem estudou o arcebispo de Mariana, d. Oscar de Oliveira <sup>2</sup>, em preciosa monografia, esse direito estava associado também à cobrança do dízimo, que o rei recolhia mas, em contrapartida, custeava as despesas do culto.

Em texto magistral, Michel Carrouges define a verdadeira essência do Padroado <sup>3</sup>.

“Não é em nome da política profana que os soberanos de outrora intervêm nos negócios religiosos, mas porque eles próprios eram membros da Igreja, ao mesmo tempo pessoalmente, como cristãos, e a título coletivo, como chefes do laicato.”

“Na sociedade antiga que vai de Constantino a Luís XVI, o Estado e a Igreja não constituem duas sociedades distintas, mas somente duas estruturas diferentes sobre a base de uma mesma sociedade. Essas estruturas interferem constantemente na outra. Se o Estado age na Igreja, é que por sua vez a Igreja age no Estado.”

“Essas interferências são devidas, entre outras coisas, a que a Igreja possui grandes interesses materiais. Assim, no Antigo Regime, os bispos são ao mesmo tempo grandes senhores feudais, magistrados e grandes latifundiários. É o fato prático que leva os soberanos a se reservarem o direito de designar os candidatos aos bispados.”

“Mas o que é muito mais característico para nosso assunto, é a idéia que os mesmos soberanos têm de seu dever de Estado. Consideram-se como responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação do cristianismo na cristandade.”

“O encargo do Estado que lhe é confiado não é uma função humana qualquer, tem um valor propriamente religioso. É mesmo uma obra de Igreja no mundo, que cabe aos leigos, paralelamente à outra obra de Igreja que cabe ao clero.”

“A responsabilidade dessa ação religiosa pesa pessoalmente sobre o rei ou imperador, chefe leigo do povo cristão.”

Ora, no Império do Brasil, sendo o Poder Executivo uma delegação nacional, exercido por ministros do imperador, que era um representante, aliás o primeiro representante da nação, ministros também responsáveis perante a Assembléia, perante os outros representantes da nação (e em certos casos o direito de pincel, como vimos, dependia da Assembléia), podemos dizer que, pela teoria política do Império, os bispos eram eleitos pelo povo de Deus no Brasil, por intermédio do chefe do laicado, o imperador. Aliás, muito corretamente dizia-se “bispo eleito” o que, já escolhido pelo governo, estava sendo submetido no Papa, que sempre daria a última palavra.

Esse Padroado do Brasil não era atribuição específica da Coroa portuguesa: segundo muitas e muitas bulas e uma história das mais complicadas, com aspectos não bem esclarecidos,

---

2. OLIVEIRA, Oscar de (arcebispo). Op. cit. passim.

3. CARROUGES, Michel, op. cit., p. 60-61.

principalmente pelo fato de não terem sido as decisões muito bem definidas, era um privilégio da Ordem de Cristo, o que, como se sabe, explica a cruz vermelha pateada da veneranda milícia de d. Diniz nas caravelas e, afinal, com inspirada intuição estética e histórica incluída com a esfera armilar de d. Manuel no belo brasão de armas do Império. Mas, incorporada a Ordem de Cristo à coroa desde d. Manuel, o rei de Portugal, como grão mestre e senhor do padroado da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, administrava a Igreja no Brasil. E como d. Pedro I, como instituição, isto é, herdeiro da Coroa, regente do reino do Brasil, incorporou ao nascente Império todos os direitos e poderes do rei fidelíssimo, na famosa revolução legítima da Independência, a criar uma nova ordem jurídica que não quebrou a transição a continuidade com a antiga, veio também o Padroado. Daí a estranha redação deste artigo 5º, com seu *continuará a ser*, que levou os conselheiros a prenderem os bispos em nome da legislação e da jurisprudência do marquês de Pombal, e também d. Antônio Macedo Costa <sup>4</sup> a afirmar que a religião era um princípio anterior e superior à própria Constituição – sempre com base no mesmo *continuará a ser*.

O mais extraordinário porém foi o modo pelo qual se confirmou o Padroado. É claro que, com a sua posição singular de herdeiro da soberania antiga, e com o *continuará a ser* de todas as interpretações, talvez d. Pedro I se achasse simplesmente investido de todos os poderes entre velhos e novos. Mas era um assunto em que ele não podia decidir sozinho. Afinal, havia o Papa, pois era da religião católica que se tratava; e havia a Assembléia Geral do Império, tão ciosa de suas prerrogativas de órgão base do Poder Legislativo. Como definiram a questão o Pontífice e o Senado?

A história é novelesca e movimentada como tudo que diz respeito a esse homem em quem nada era de medida comum, esse príncipe rebelde, esse fundador da ordem jurídica brasileira e destruidor da ordem jurídica portuguesa de que era produto e, na vida particular, um artista romântico e grande amador de mulheres como de folgar com o povo, como seu antepassado e homônimo e tão parecido, que foi d. Pedro, o Cru. Que, se não fosse uma contrapropaganda insidiosa, com intuítos políticos, e de muito pouca base científica, seria a figura mais popular de nossa História.

Três fontes serviram para que o Padroado viesse a instalar-se no jovem Império do Brasil. Todas três correram paralelamente e prevaleceu apenas o costume. De certo modo todas as três continuaram a dizer a sua palavra e justificando cada corrente seu ponto de vista, conforme as circunstâncias e seu gosto e as doutrinas aceitas em seu meio. Como os coros da marcha

---

4. COSTA, Antônio de Macedo (bispo). *A liberdade de culto; representação à Assembléia Geral Legislativa*. Petrópolis, Vozes, 1956.

PIMENTA, Silvério Gomes (arcebispo). *Resposta ao discurso do sr. Conselheiro Saldanha Marinho*. Petrópolis, Vozes, 1956.

triumfal da Aída, em que cada um saúda o exército vencedor de acordo com seus pontos de vista próprios...

Primeira fonte: o Papa, como é óbvio. D. Pedro I envia monsenhor Vidigal como enviado especial a Roma, pedindo uma concordata. Esta não se fez, mas veio a bula em que o Sumo Pontífice transfere ao imperador do Brasil todos os privilégios dos reis de Portugal e da Ordem de Cristo.

Essa bula foi rejeitada pelo Parlamento, que alegou ser um direito da nação brasileira, atribuído ao imperador pela Constituição, regularizar o assunto.

De qualquer modo, havia as leis velhas, cuja vigência foi mantida no Brasil por ato especial.

Assim, direito específico da nação brasileira soberana, revalidação pelo Papa dos direitos portugueses, simplesmente conservação do que já havia e continuava sendo... Todas as três posições foram consideradas válidas por seus respectivos defensores e sempre cada um interpretava a situação como melhor convinha a seus pontos de vista teóricos ou interesses práticos do momento. E a algo solerte redação do texto, talvez de mero acaso ou simplesmente informativa, deu azo a tudo o que se quis.

Vejamos, em seus aspectos de conteúdo, os documentos básicos:

Podemos dizer que a confusão teria começado com a carta de lei de 19 de junho de 1789, na qual a rainha d. Maria I afirmava que lhe pertencia o mestrado das três ordens, por força da bula de Júlio III – e o Padroado era atribuído à Ordem de Cristo, como se sabe. Isso significa que d. Maria reconhecia que aquilo que fora atribuído pelo Papa a d. João III ficara definitivamente incorporado à Coroa.

A resolução imperial, aprovando consulta da mesa de Consciência (28 de novembro de 1822), reconhecia algo de extraordinário. A Consulta, volvendo à bula do Papa Júlio III a d. João III, dizia: “Sendo, como era V. M. imediato e legítimo sucessor da Coroa de Portugal e Algarves, a quem [...] compete também suceder na administração do grão-mestrado das Ordens”. Depois de mencionar a confirmação por d. João VI no decreto de 22 de abril de 1821, refere-se ao fato de que o imperador “se acha com a mesma aptidão para introduzir nos infiéis indígenas o dogma católico” (fundamento do Padroado), é claro que o imperador continuava sendo grão-mestre das ordens antigas e senhor do padroado, *ipso facto*. O parecer longo e cheio de citações do Concílio e bulas confirma a tese. D. Pedro I despacha: “Como parece, observando-se as fórmulas estabelecidas sem alteração alguma até que se conclua nova concordata com a Sé de Roma sobre o direito público eclesiástico do Império do Brasil”.

A questão das ordens envolvia, portanto, toda a legislação religiosa – pois o Padroado vinha da Ordem de Cristo.

Noutra consulta, o procurador da Coroa e Soberania Nacional Clemente Ferreira França, que comporia a comissão que redigiu a Constituição e foi mais tarde feito marquês de Nazaré, em longo arrazoado, afirma enfaticamente: “não sendo possível nem crível que podendo-o praticar (o direito de apresentação) como regente, não o possa agora que se acha revestido do poder supremo como imperante do Brasil, protetor nato da Religião e fundador, dotador e edificador das Igrejas do Império...”

Isso foi dito em 5 de novembro de 1822. França, em seu voto, volvia a toda história do Padroado, às bulas de Paulo III, à incorporação das ordens, etc. O notável é o reconhecimento que d. Pedro I, tornando-se o imperador do Brasil, assumia todos os títulos, direitos, prerrogativas e atribuições do rei de Portugal aplicáveis ao Brasil.

Já o decreto de 4 de dezembro de 1827 aprovava outro parecer do mesmo órgão, pondo de parte a doutrina que atribuía ao Padroado às ordens – era um direito soberano nos termos do § 2º do artigo 102 da Constituição.

O decreto de 4 de dezembro de 1827, aprovando resolução assinada por Cláudio José Pereira da Costa e João Albano Fragoso, diz muito claramente: “A V. M. Imperial compete nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos, pela Constituição do Império, ti. 5º, cap. 2º, artigo 102, § 2º, pela amplitude dos poderes imperiais, pelo inalienável poder e inspeção sobre os ministros do culto, funcionários públicos, empregados na parte mais interessante do Império e não por delegação ao princípio dada por Júlio III, na qualidade de grão-mestre das Ordens.”

“Envolveria contradição que, parecendo livre e independente como nação sobre si, o Brasil conservasse, no provimento das igrejas e de seus ministros, ditames de sujeição, quando é de notoriedade e mais acertada doutrina que o solo do Brasil nunca foi das ordens e de suas igrejas.”

“Compete a V. M. Imperial fazer a nomeação da mesma maneira que os livres reis de Portugal faziam na Igreja lusitana, dissipado o exemplo por que forcejaram conservar-se no Brasil as Ordens, e sem estorvos provenientes de devoção, bem ou mal entendida doutrina com minguagem nos seus direitos, que pela sua qualidade não admite prescrição. Compete a V. M. Imperial fazer as nomeações revestido de todos aqueles poderes que exercitam os mais imperadores e reis que professam a Religião Católica Romana, sem sujeição ou aderência à corporação peculiar ou a seus ditames...”

Já o Papa Leão XII, falhando a idéia da concordata, pela bula *Praeclara Portugalliae Algarbiorumque Regum*, de lá de maio de 1827, voltando ao tema das ordens, transfere ao imperador do Brasil todos os privilégios dos “preclaros reis” seus antecessores. Mas a câmara dos deputados, em parecer que es-

candalizou o conde Cândido Mendes, e assinado por José Clemente Pereira, L. S. Teixeira de Gouveia (que dera na Mesa de Consciência alguns importantes votos a respeito), A. D. Limpo de Abreu, Diogo Antônio Feijó, M. J. Rainau, Antônio da Rocha Franco, Bernardo Pereira de Vasconcelos, N. P. de Campos Vergueiro, rejeita a bula...<sup>5</sup>

Muitos outros textos poderiam ser mencionados, assim como os autores clássicos de Direito Eclesiástico, como o bispo conde capelão mor d. Manuel do Monte (cuja obra<sup>6</sup> está no Index) e o clássico Mendes de Almeida.

Tudo, porém, virá simplesmente confirmar o seguinte:

a) o Papa reconheceu a d. Pedro I o direito que os reis de Portugal tinham como grãos mestres da Ordem de Cristo, o de Padroado sobre o Brasil;

b) D. Pedro I, sendo herdeiro do trono de Portugal, ao tornar-se imperador, conservou como inerentes à sua pessoa todos os direitos dos reis de Portugal, tanto assim que continuaram a vigorar no Brasil todas as leis portuguesas e a funcionar todos os serviços públicos, continuando todos os servidores públicos (salvo casos concretos de rebelião) em seus postos e cargos;

c) a nação brasileira, soberanamente, delegou ao imperador o direito de *placet* e apresentação, mantendo, como manteve, a Religião Católica como religião oficial. Eis uma tese que hoje talvez fosse considerada meio progressista – não poderia o povo escolher uma religião como oficial e determinar o seu modo de organização?

O Padroado fora condição essencial para que o Brasil se organizasse em sociedade cristã nos tempos difíceis da colonização e, se todos apontam falhas, todos devem reconhecer um fato – a impossibilidade de uma sociedade ao menos regular entre as florestas tropicais e nas paragens remotas da América do Sul, com os problemas criados pela colonização de terras virgens, com os conflitos entre os novos e antigos habitantes da terra e mais os efeitos da escravidão. Se o Brasil se tornou uma sociedade vivendo sob o império de certas normas, não obstante as cores rubras dos pecados descritos por Paulo Prado, isso se deve ao Padroado.

No século XIX, com outras idéias e outras condições, com ventos de incredulidade varrendo sobre o mundo, com a Igreja reafirmando a duras penas pela energia de Pio IX a sua transcendência em face dos impérios e categorias sociais, é claro que as instituições da “apresentação” e do *placet* seriam contraditórias e perigosas. Teria sentido graves conselheiros de Estado, filiados à Maçonaria, discutirem da doutrina de encíclicas e decisões de concílios? Mesmo que discutissem as possíveis reper-

---

5. POLIANO, Luís Marques, op. cit., passim.

6. ARAÚJO, Manuel do Monte Rodrigues de (bispo). *Elementos de direito eclesiástico*. Rio de Janeiro, 1857. 3 tomos.

cussões do ato sobre a organização social e política do país e colocassem de lado temas propriamente teológicos, isso não implicaria em restrições à liberdade de palavra, exatamente com respeito a uma religião que se considerava privilegiada? A contradição era flagrante. O Padroado pressupunha, acima de tudo, reis piedosos e interessados na propagação e conservação da fé.

Pode ser que d. Antônio de Macedo Costa polemizasse contra Saldanha Marinho, agora defendendo a separação e o bispo defendendo a união e o famigerado “continuará a ser”, pensando em d. Isabel, já Imperatriz. Mas ela teria ministros e conselheiros, haveria que contar com um parlamento mais independente, já num país meio industrializado e com a lei Saraiva aperfeiçoada.

O certo é que o conflito era inevitável e estourou em termos violentos, como se sabe. A questão dos bispos no gabinete Rio Branco veio pôr a nu toda a contradição do artigo 5º, ou antes, a impossibilidade do “continuará a ser” e suas conseqüências, o *placet* e a “apresentação”, no século XIX. Já não era mais possível, em face das novas idéias que animavam os políticos e o Papa. Mudaram-se os tempos e as idéias <sup>7</sup>.

Quando muitos criticam acerbamente d. Pedro II por não se ter desprendido das malhas da contradição, uma verdade deve ser dita em homenagem ao imperador: Pio IX, que não deixava nada por menos, e enfrentou Bismarck, não fez a menor censura ao Brasil.

---

7. É o caso de citar o Soneto 45 de Camões:

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança;  
Todo o mundo é composto de mudança.”





**NOTICIÁRIO**  
**1972**

---



## 1. AQUISIÇÕES

### 1.1 DOAÇÕES

### 1.2 COMPRAS

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

### 2.1 PROMOÇÕES

### 2.2 PARTICIPAÇÃO DO M. I. EM CONGRESSOS E SEMINÁRIO

### 2.3 PEÇAS CEDIDAS POR CONVÊNIO

### 2.4 CESSÃO DO AUDITÓRIO

### 2.5 PESQUISA NO ARQUIVO HISTÓRICO

### 2.6 CONSULTAS NA BIBLIOTECA

### 2.7 PUBLICAÇÕES

## 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

### 3.1 COMUNICAÇÕES

### 3.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 3.3 PESSOAL

## 4. AQUISIÇÕES

### 1.1 Doações

#### 1.1.1 Armaria

*Sabre* do II Reinado. Fabricação alemã. Pertenceu a Jesuíno Lamego Costa, 2º barão de Laguna. Doação do dr. José Carlos Gomes de Matos.

#### 1.1.2 Artesanato

*Colcha*. Cetim de seda natural verde oliva, bordada a matiz. Pertenceu a Benevenuta Amália Ribeiro, baronesa de São Borja. Doação da sra. Ida Guimarães Chermont de Miranda.

#### 1.1.3 Cerâmica

*Xícaras* (2) para chocolate. Manufatura de José Botelho de Araújo Carvalho, peças que figuraram na 2ª Exposição Nacional do Rio de Janeiro, 1867. Doação do dr. Manuel Henrique Cavalcanti de Lacerda.

#### 1.1.4 Documentos

*Isabel*, princesa. Carta Imperial, datada de 14 de março de 1888, autorizando a Antônio dos Santos Porto lavrar ouro na província do Rio Grande do Sul. Doação da sra. Ana Guerra Vals.

*Pedro II*, dom. Carta Imperial, datada de 13 de março de 1885, autorizando a Isidoro Correia Pinto para lavrar ouro na província do Rio Grande do Sul. Doação da sra. Ana Guerra Vals.

#### 1.1.5 Iconografia

*Antônio Pedro Carvalho Borges*, barão de Carvalho Borges. Fotografia. Doação da sra. Maria Augusta Machado da Silva.

*Cenas históricas*. Reproduções fotográficas (13) montadas em chassis, da obra *Viagem Pitoresca e Histórica*, da autoria de Jean Baptiste Debret. Doação do sr. Raul Lopes.

*Emília de Barros Torreão*, baronesa de Carvalho Borges. Fotografia. Doação da sra. Maria Augusta Machado da Silva.

*Elisa Francisca de Beaurepaire*. Fotografia. Doação do dr. Luís Fernando Pinto Peixoto da Silva.

*Leopoldina*, dona. Imperatriz do Brasil. Litografia de autoria desconhecida. Doação do sr. Carlos Ribeiro.

*Luís Alves de Lima e Silva*, duque de Caxias. Fotografia. Doação do dr. Paulo Berger.

*Margarida Matos Franco*, baronesa de Pedro Afonso. Óleo. Autoria de Ernesto Papf. Doação das sras. Léa Fontenelle, Lia Franco Toledo e Lúcia Maria Franco Cunha Pereira.

*Pedro Afonso Franco*, barão de Pedro Afonso. Óleo. Autoria de Ernesto Papf. Doação das sras. Léa Fontenelle, Lia Franco Toledo e Lúcia Maria Franco Cunha Pereira.

#### 1.1.6 Obras bibliográficas

Foram doadas 226 obras das quais destacamos:

*Comissão Executiva central do Sesquicentenário da Independência*. História da Independência, 4 volumes.

*BURNS*, Bradford. *Latin America a concise interpretive history*. Doação do autor.

*BUSTAMANTE*, Emília. *Oswaldo Cruz. Opera Omnia*, 1 v. Doação da autora.

*HERSTAL*, Stanislaw. *D. Pedro*, 3 v. Doação do autor.

*ONODY*, Oliver. *Histoire de L'economie de l'or brésilien: 1500-1970*. Doação do autor.

*MONTELLO*, Josué. *História da Independência do Brasil*. A Casa do Livro, 1972. Doação do autor.

#### 1.1.7 Vidro

*Copos* (5). Cristal da Boêmia, gravado o brasão concedido a Francisco de Barros Falcão Cavalcanti. Doação do dr. Manuel Henrique Cavalcanti Lacerda.

### 1.2 COMPRA

#### 1.2.1 Cerâmica

*Prato raso* de porcelana francesa, Dagoty. Borda com as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e paisagem no fundo. Pertenceu a dom João VI.

#### 1.2.2 Iconografia

*Francisca de Joinville*, princesa. Pastel. Autoria de Jean Baptiste Henri Durand Brager.

#### 1.2.3 Luminárias

*Lustre* para doze luzes. Cristal e metal dourado.

*Lustre*. Cristal Bacará. Pertenceu ao Palacete do visconde de Pirapitinga, em Campos.

#### 1.2.4 Obras bibliográficas

Foram compradas 37 obras das quais destacamos:

*Bazin*, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*, Record, 1971.

*Berendsen*, A. *Tilles; a general history*. Faber & Faber. 1967.

*Cloak*, Evelyn C. *Glass paperweights ...* Crown. 1967.

*Delort*, Robert. *Introduction aux sciences auxiliares de l'histoire*. Colin, 1969.

*Febvre*, Lucien. *Pour une histoire à part entière*. SEVPEN, 1962.

*Grande Enciclopédia Delta-Larousse* (15 v.). Larousse S/A, 1972.

*Hank*, Lewis. *History of Latin American civilization: sources and interpretations*. Vol: *The colonial experience*. Methuen, 1969.

## 2. ATIVIDADES CULTURAIS

### 2.1 PROMOÇÕES

Curso comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Promovido pelo Museu Imperial, Universidade Católica de Petrópolis e Instituto Histórico de Petrópolis:

*A Independência do Brasil no Contexto da Descolonização do Mundo*, aula preferida pelo prof. Artur César Ferreira Reis;

*Dom João VI: o Prelúdio da Independência*, aula proferida pelo prof. Francisco de Assis Barbosa;

*Bibliografia da Independência*, aula proferida pelo prof. Américo Jacobina Lacombe;

*Arquitetura no I Reinado*, aula proferida pelo prof. Augusto Carlos da Silva Teles;

*As Estradas de Dom Pedro no Porto da Estrela*, aula proferida pelo gen. Francisco de Paula e Azevedo Pondé;

*A Posição dos Estados Unidos face à Independência Brasileira*, aula proferida pela frofa. Antônia Femanda Pacca Wright;

*As Expedições Científicas no I Reinado*, aula preferida pelo dr. Luís Emídio de Melo Filho;

*Dom Pedro, o Regente e o Imperador*, aula proferida pelo prof. Lourenço Luís Lacombe;

*A Imperatriz Dona Leopoldina*, aula preferida pela profa. Lygia Fernandes da Cunha;

*Aspectos Sociais do 1º Reinado*, aula proferida pelo prof. Gerardo Brito Raposo da Câmara.

*Conferências - As Insígnias Imperiais na Independência*, proferida pelo gen. Jonas Correia.

*A Estrada do Ouro*, proferida pelos srs. Ernesto Bauer e Jorge Bouças, em colaboração com a Associação Rodoviária Brasileira e Instituto Histórico de Petrópolis.

Exposições

Realizadas na sede do Museu:

*Comemorativa do sesquicentenário do Dia do Fico*: objetos relativos ao fato histórico;

*Comemorativa da viagem do príncipe dom Pedro à Vila Rica e sua estada na fazenda do Padre Correia*, inaugurada pelo senador Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro da Educação e Cultura: reproduções fotográficas de desenhos de Jean Baptiste Debret, e retrospectiva da Casa do Padre Correia;

*Comemorativa do 150º aniversário da Independência do Brasil*, inaugurada pelo prof. Artur César Ferreira Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura: peças concernentes aos reinados de dom João VI e dom Pedro I;

*Comemorativa do Ano Internacional do Livro*: obras raras dos séculos XV ao XIX, livros da Biblioteca de dom Pedro II, e livros com encadernações de luxo;

*Comemorativa do Aniversário Natalício de dom Pedro II*: peças referentes ao 2º imperador.

Realizadas fora da sede do Museu:

*Exposição Histórica do Sesquicentenário da Independência*: no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, organizada pelo Museu Histórico Nacional e promovida pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul - reproduções fotográficas de peças do acervo do Museu Imperial, sendo o seu diretor convidado para encerrar, com uma conferência, o curso realizado na oportunidade.

*Comemorativa do 81º aniversário da cidade de Teresópolis*: na Prefeitura Municipal de Teresópolis, organizada pelo Museu e promovida pelo Ginásio Teresa Cristina e o governo daquele município: peças e documentos referentes à imperatriz dona Teresa Cristina, cujo sesquicentenário era comemorado.

*Memória da Independência*, no Museu Nacional de Belas Artes, organizada pelo Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura: coroa, cetro, jóias, miniaturas, óleos, mobiliário e caixa de carruagem, referentes ao 1º imperador;

*Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*: pequena mostra no Saguão da Prefeitura Municipal de Teresópolis, de reproduções fotográficas de litografias segundo o original de Jean Baptiste Debret, e peças do Museu Imperial;

A fim de reconstituir o ambiente das Salas do Trono e dos embaixadores do antigo Paço Imperial de São Cristóvão, hoje Museu Nacional, durante a permanência das despojos do imperador dom Pedro I, com vistas às comemorações oficiais do Sesquicentenário da Independência do Brasil, foram cedidas peças do acervo do Museu Imperial.

Para comemorar a 1ª passagem e estada do futuro imperador Pedro I na casa do padre Correia, a 25 de março de 1822, inaugurou o Museu Imperial naquele solar histórico um retrato daquele soberano.

#### Concertos

Comemorando o Sesquicentenário da Independência foram realizados na Sala de Música do Palácio dois concertos pelos seguintes conjuntos musicais: Quarteto de Cordas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Coral Roberto de Regina, com audição de cravo, do século XVIII, do acervo do Museu.

Por força de convênio assinado com a Universidade Católica de Petrópolis, foram ministradas, por técnicos do Museu, 30 aulas da cadeira de Técnica de Pesquisa Aplicada à História, para os alunos do Curso de História.

### 2.2 PARTICIPAÇÃO DO MUSEU IMPERIAL EM CONGRESSOS E SEMINÁRIO

*I Congresso de História de São Paulo*, realizado em Campinas (SP), de 10 a 15/06/1972. Comunicação: *Relação de documentos de interesse para história de São Paulo, existentes no acervo do Museu Imperial*, apresentada pela chefe da Divisão de Documentação Histórica.

*IX Seminário sobre Engenharia de Sistemas*, realizado no Instituto Nacional de Pesquisas, promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, em São José dos Campos (SP), no período de 07 a 11.08.1972, com a participação do diretor e a chefe da Divisão da Monarquia Brasileira, no trabalho Análise de Sistemas Aplicados ao Planejamento de Projeto.

*I Congresso Brasileiro de Arquivologia*, realizado no Rio de Janeiro (GB), de 15 a 20.10.1972. Comunicação: *O Arquivo Histórico do Museu Imperial a Serviço de Pesquisa no Campo da História*, apresentada pela chefe da Divisão de Documentação Histórica.

### 2.3 PEÇAS CEDIDAS POR CONVÊNIO

De acordo com o convênio de Cessão Administrativa de Uso de Bens, firmado entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Educação e Cultura, para figurarem no Museu Naval e Oceanográfico, no Rio de Janeiro, foram cedidas as seguintes peças do acervo do Museu Imperial:

*Joaquim Marques Lisboa*, marquês de Tamandaré. Bronze. Autoria de Hildegado Leão Veloso, datado de 1937.

*Copo para licor*, copo para vinho, taça para champanhe e garrafa. Cristal e esmalte. Monograma B T e coroa de conde. Pertenceram a Antônio Luís von Hoonholtz, barão de Tefé;

*Brasão de Delfim Carlos de Carvalho*, barão da Passagem. Moldura de metal amarelo.

*Fruteira* de porcelana francesa. Branca e azul rei, monograma B T e coroa de conde, em dourado. Pertenceu a Antônio Luís von Hoonholtz, barão de Tefé.

*Joaquim Antônio Cordovil Maurity*, capitão tenente. Óleo. Autoria de Edmundo Viancin. Assinado e datado de 1873.

#### 2.4 CESSÃO DO AUDITÓRIO

Concertos

Promovidos pela Sociedade Artística Villa-Lobos:

Conjunto “Camerata Rio”; do cantor Fernando Lébeis; do coral da Universidade Federal de Minas Gerais: “ARS NOVA”, sob a regência do maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca; do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica de Portland (Maine), EUA e concerto do Coral do Instituto Brasil Estados Unidos.

Conferências

Promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis:

*A criação do município de Petrópolis e aniversário natalício de d. Pedro II*, proferidas pelo prof. Lourenço Luís Lacombe.

Promovida pela Academia Petropolitana de Letras:

*Os Lusíadas*, proferida pelo dr. Mário Aloísio Cardoso Miranda, ao ensejo do 4º centenário do lançamento da 1ª edição da obra.

Promovida pelo Clube 29 de Junho:

*Dom Pedro I e a compra da Fazenda do Padre Correia*, proferida pelo prof. João Francisco Stumpf.

Cursos promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis: Curso de Jornalismo, juntamente com a Associação Petropolitana de Estudantes, Curso de Psicologia e Curso de Folclore.

Posse da nova diretoria da Academia Petropolitana de Letras, e posse do acadêmico, o prof. Paulo Machado Costa e Silva.

Reunião dos membros efetivos para aprovação dos estatutos da Academia Petropolitana de Ciências.

#### 2.5 PESQUISA NO ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo atendeu a 53 pessoas que se utilizaram de 1.003 documentos para fins de pesquisa. Destacaram-se os seguintes pesquisadores:

Barreto, Vicente (Faculdade de Direito Cândido Mendes, GB): estudo sobre *A ideologia liberal no processo da Independência do Brasil, 1789-1824*;

Coustet, Roberto (Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Bordéus, França): tese de doutorado: *A Arquitetura e a decoração no período imperial*.

Esteves, Neusa Rodrigues (Arquivo do Estado da Bahia): coleta de dados sobre Francisco Gonçalves Martins, barão e visconde de São Lourenço, para um estudo biográfico que está sendo elaborado pelo dr. Renato B. de Castro.

Holanda, Sérgio Buarque de: coleta de dados sobre tópicos da História do Império, para a obra *História Geral da Civilização Brasileira*, que está sendo publicada sob a sua direção.

Macauley, Neill (Universidade da Flórida, EUA): estudo para uma biografia de Pedro I, em inglês.

Onody, Oliver: estudo sobre os húngaros no Brasil.

Alunos do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense: no período de 24 a 28/01/1972, realizaram na Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial, com objetivo de treinamento em Técnica de Pesquisa Histórica, um estágio com a duração de 32 horas.

#### 2.6 CONSULTAS NA BIBLIOTECA

A Biblioteca atendeu a 2.457 pessoas que se utilizaram de 3.367 obras.

#### 2.7 PUBLICAÇÕES

*Inventário do Arquivo Leitão da Cunha*, barão de Mamoré - Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1972.



*Anuário do Museu Imperial*: Volume XXXII. 1971. Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1972.

*Os Chefes do Poder Executivo Fluminense*: Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1972.

*Catálogo de Medalhas Comemorativas: Brasil / da Colônia à Regência*. Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1972.

Foram expedidos 1.377 exemplares dos volumes do Anuário do Museu Imperial, existentes em estoque, Vols. XXI a XXXI – 1960-1970 (Num volume único).

### 3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

#### 3.1 COMUNICAÇÕES

3.1.1 Expediente recebido 787

3.1.2 Expediente remetido 1.260

#### 3.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Consignada no Orçamento	1.064.358,00	
Crédito Suplementar	174.800,00	1.239,158,00
Despesa paga	1.069.029,69	
Restos a pagar	98.836,50	
Saldo livre para o exercício 1973	71.291,81	1.239.158,00

#### 3.3 PESSOAL

##### 3.3.1 Aperfeiçoamento de funcionários

Funcionários da Seção Administrativa e do Setor Financeiro frequentaram: curso sobre Administração de Material, durante os meses de agosto a novembro, na Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, e curso sobre Administração Financeira, Contábil, Auditoria e Material, no período de 29 de novembro a 1º de dezembro, promovido pela Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura, no Rio (GB) nos termos do of. circular nº 22/72/IGF/GAB, daquela inspetoria.

Funcionários da Divisão de Documentação Histórica frequentaram, no período de 1º de setembro a 15 de dezembro, curso sobre Informação, Documentação e Comunicação, na Fundação Getúlio Vargas.

Funcionários das Divisões de Ourivesaria e da Monarquia Brasileira frequentaram, no período de 9 a 16 de setembro, curso e seminário sobre museologia, sob orientação do prof. Basil C. Hedrick, promovidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Comissão Fulbright e Museu Nacional de Belas Artes.

##### 3.3.2 Aposentadoria

Neste exercício foram aposentados os seguintes funcionários do Museu Imperial: Domingos da Motta e João Maria da Conceição.

##### 3.3.3 Concursos

Realizados de acordo com a autorização do Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) cinco concursos para Preenchimento na Tabela de Pessoal do Museu Imperial (CLT). Foram nomeados 15 funcionários para os seguintes empregos: Auxiliar de Jardinagem (3), Vigia (5), Faxineiro (3), Auxiliar de Documentação (2) e Ficharista (2).

#### 3.4 OBRAS

Prosseguimento da construção de um edifício anexo, destinado a instalação dos setores administrativos, técnicos, culturais, educativos do Museu Imperial:

a) Execução de rede elétrica externa aérea e quadro de comando com proteção do sistema;

b) Construção da caixa d'água e rede de abastecimento;

c) Construção dos trainés no 2º pavimento.



Este livro foi impresso  
nas oficinas gráficas da  
Editora Vozes Limitada  
Rua Frei Luís, 100  
Petrópolis, Estado do Rio  
de Janeiro, Brasil





Missa de abertura das Comemorações do Sesquicentenário. Em 09.01.72



Homenagem a d. Pedro no Sesquicentenário do Fico.



Visita do ministro Jarbas Passarinho ao Museu Imperial. Em 10.03.72.

O ministro da Educação e Cultura, o diretor geral do Departamento de Assuntos Culturais e o príncipe d. Pedro



O ministro Jarbas Passarinho visita a Exposição do Sesquicentenário. Em 10.03.72.



O ministro Jarbas Passarinho, o diretor do DAC, arquiteto Renato Soeiro e o diretor do Museu Imperial. Em 10.03.72.



Solenidade promovida pelo Museu Imperial, Instituto Histórico de Petrópolis e Associação Rodoviária Brasileira. Conferência do sr. Gustavo Ernesto Bauer. Em 24.03.72.



Dr. Jorge Bouças fala sobre o Caminho do Ouro. Em 24.03.72.



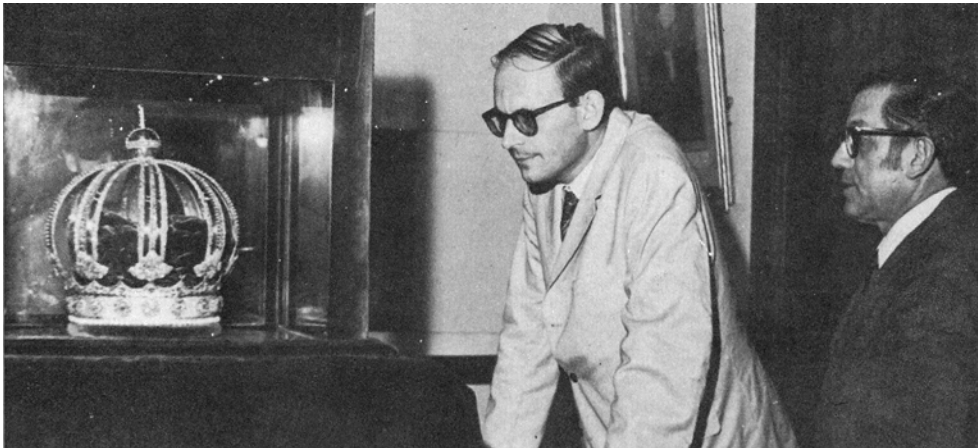
Sesquicentenário da 1ª passagem de d. Pedro I pelo Córrego Seco. Conferência do gen. Jonas Correia sobre Insignias Imperiais. Em 25.03.72.

O príncipe d. Pedro discursa na inauguração do retrato de d. Pedro I na casa do padre Correa. Em 25.03.72.





O presidente do Conselho Federal de Cultura inaugura a 3ª Exposição do Sesquicentenário da Independência, na presença dos descendentes de d. Pedro I. Em 21.04.172.



O diretor do Conselho Internacional de Museus visita o Museu Imperial a 17.05.72.



Concerto do Quarteto da UFRJ a Sala de Música de d. Pedro II. Em 22.06.72.



Assistência ao concerto do Quarteto da UFRJ. Em 22.06.72.

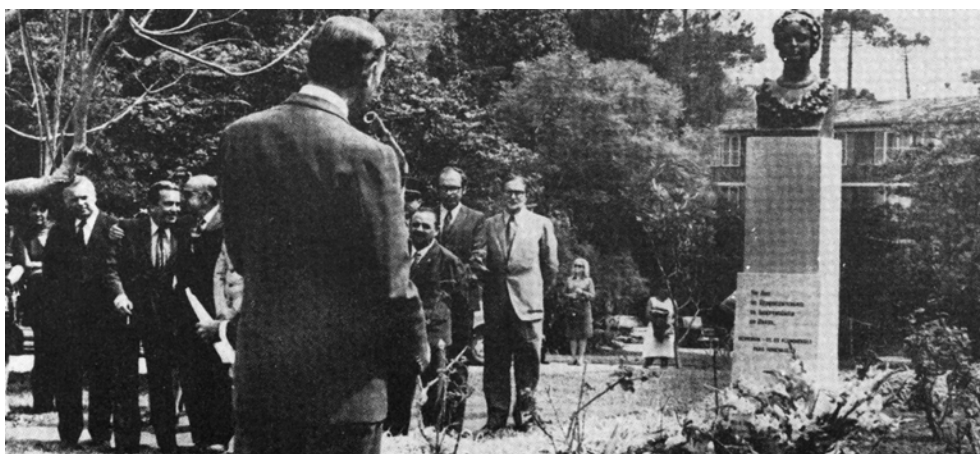


O presidente do Conselho Federal de Cultura, prof. Artur César Ferreira Reis, inaugura o Curso Sesquicentenário a 01.08.72.



Inauguração da Exposição Comemorativa do Sesquicentenário de d. Teresa Cristina, na prefeitura de Teresópolis a 06.07.72.





O príncipe d. Pedro fala na inauguração do busto da imperatriz Leopoldina, no parque do Museu Imperial. Em 29.09.72.



O ministro Jarbas Passarinho visita a Biblioteca do Museu Imperial. Em 14.09.72.



O ministro Jarbas Passarinho, o diretor geral do DAC, Renato Soeiro e o diretor do Museu Imperial. Em 14.09.72.





O ministro da Educação e Cultura e diretor geral do DAC na Biblioteca do Museu Imperial. 14.09.72.

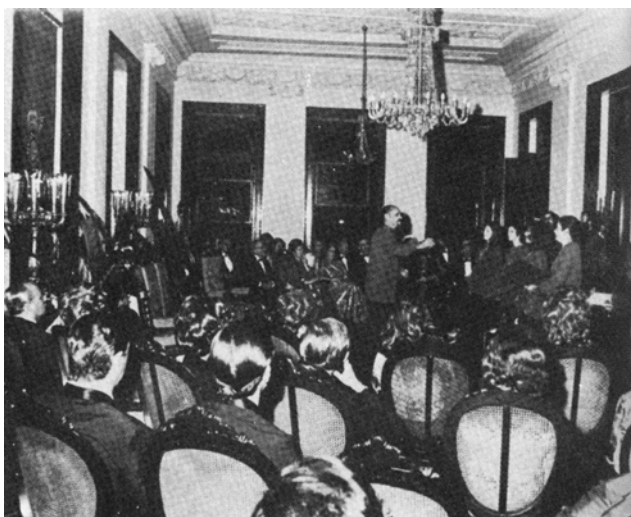
Exposição comemorativa do Ano Internacional do Livro. Em 18.11.72.



O príncipe d. Pedro, o diretor geral do DAC, Renato Soeiro e subchefe do gabinete do ministro, d. Yésis Passarinho, inauguram a exposição comemorativa do 147º aniversário de d. Pedro II. Em 02.12.72



Concerto do coral de Roberto de Regina, na Sala de Música de d. Pedro II, no Sesquicentenário da coroação de d. Pedro I. 01.12.72



Apresentação do Coral de Roberto de Regina na Sala de Música de d. Pedro II a 01.12.72.

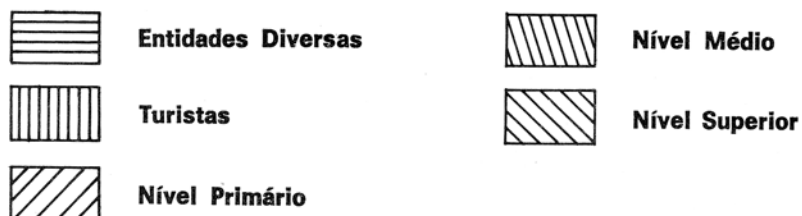
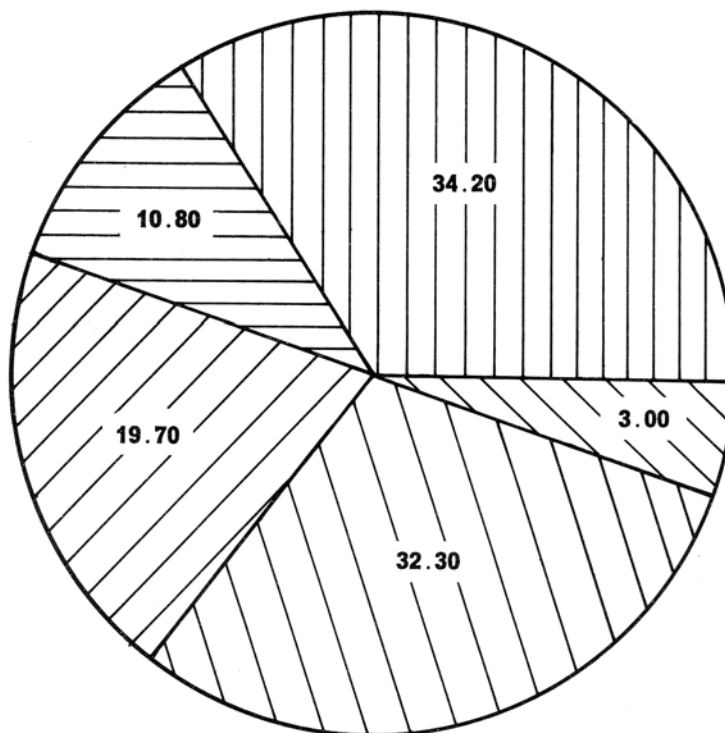
Apresentação d. Esperanza, o príncipe d. Pedro, a sra. Renata Soeiro e o diretor geral do DAC, representante do ministro da Educação e Cultura, no concerto de 01.12.72.



## VISITAÇÃO

### I. VISITAÇÃO COLETIVA

	%		% Total		Total
Turistas	34.20	—	34.20	—	10.450
Entidades Diversas	10.80	—	10.80	—	3.312
Nível Primário	19.70	—	} 55.00	—	5.998
Nível Médio	32.30	—		—	9.899
Nível Superior	3.00	—		—	919
<b>Total</b>			<b>100%</b>		<b>30.578</b>

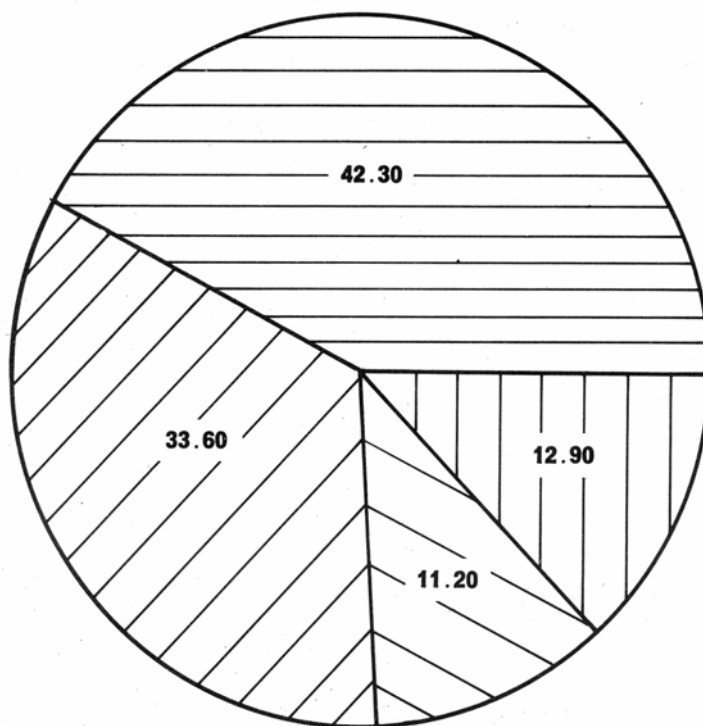




---

## II. VISITAÇÃO GERAL

	%	
Mulheres	42.30	116.053
Homens	33.60	92.468
Visitação Coletiva	11.20	30.578
Crianças	12.90	35.717
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>274.816</b>




---

 **Mulheres**

 **Visitação Coletiva**

 **Homens**

 **Crianças**



















